

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
SEGURANÇA SOCIAL
MESTRADO PROFISSIONAL**

**INTERFACE ENTRE PODER PÚBLICO MUNICIPAL E
UNIVERSIDADE: O CASO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA DA UFRB NA ÁREA AMBIENTAL**

Fabiane Correia da Cunha

**CRUZ DAS ALMAS - BAHIA
2019**

**INTERFACE ENTRE PODER PÚBLICO MUNICIPAL E
UNIVERSIDADE: O CASO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA DA UFRB NA ÁREA AMBIENTAL**

Fabiane Correia da Cunha

Tecnóloga em Gestão de Cooperativas
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2015

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Américo Almassy Junior

**CRUZ DAS ALMAS - BAHIA
2019**

FICHA CATALOGRÁFICA

C972i	<p>Cunha, Fabiane Correia da. Interface entre poder público municipal e universidade: o caso das ações de extensão universitária da UFRB na área ambiental / Fabiane Correia da Cunha._ Cruz das Almas, BA, 2019. 159f.; il.</p> <p>Orientador: Alexandre Américo Almassy Junior.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas.</p> <p>1.Extensão universitária – Universidades e faculdades. 2.Extensão universitária – Meio ambiente. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas. II.Título.</p> <p>CDD: 378.155</p>
-------	--

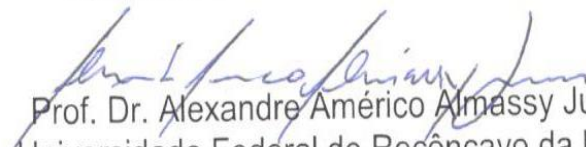
Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas - UFRB.
Responsável pela Elaboração – Antonio Marcos Sarmiento das Chagas
(Bibliotecário - CRB5 / 1615). Os dados para catalogação foram enviados
pela usuária via formulário eletrônico.


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
SEGURANÇA SOCIAL - PPGPPSS
MESTRADO PROFISSIONAL

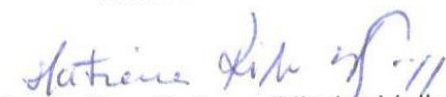
INTERFACE ENTRE PODER PÚBLICO MUNICIPAL E
UNIVERSIDADE: O CASO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA DA UFRB NA ÁREA AMBIENTAL

Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado
Fabiane Correia da Cunha

Aprovada em: 28 de fevereiro de 2019


Prof. Dr. Alexandre Américo Almássy Junior
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Orientador


Prof. Dr. Renato de Almeida
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Examinador Interno


Profa. Dra. Tatiana Ribeiro Velloso
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Examinadora Externa

DEDICATÓRIA

Dedico a todas as mulheres fortes que assim como a minha mãe abandonou praticamente a sua casa e o seu emprego para cuidar da minha avó – que hoje sofre com uma doença irreversível.

Dedico a minha tia Maria Anisia, pela luta diária e sofrida junto com a minha mãe nos cuidados com a minha avó.

Dedico a minha avó Maria (que também é a minha mãe, a minha madrinha de Crisma e a minha mentora na reza do Santo Terço Bizantino), por ser a mais admirável dentre todas as matriarcas da minha família.

Dedico a todas as pessoas que assim como eu tem que acordar às 05:55, ir trabalhar às 07:15, retornar para casa às 17:30 e ter que madrugar estudando, porque acreditam que somente a sua força de vontade vão levá-las à realização dos seus sonhos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as coisas boas que acontecem na minha vida e pela fé e esperança em que me é depositada nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais Florisvaldo e Iracy, pelo amor incondicional, pelo investimento nos meus estudos, pela amizade, pelo carinho, pelo companheirismo e por nunca permitirem que eu desista dos meus sonhos.

Aos meus irmãos Danilo e Isabela, por todos os momentos juntos, pelo orgulho que sentem de mim e pelas nossas discussões irreverentes sobre determinados assuntos “bobos”, mas que sempre terminam em gargalhadas. Os meus argumentos nunca são suficientes nestes debates (risos).

Ao meu orientador, professor Alexandre Américo Almassy Junior, pela tranquilidade, serenidade, paciência e pelas contribuições durante todos os momentos da pesquisa. Destaco a sua dedicação aos orientandos como uma virtude extremamente positiva.

Aos demais professores do Programa, especialmente ao professor Renato de Almeida, ao professor Jesus Manuel Delgado Mendez e ao professor José Pereira Mascarenhas Bisneto, pelas contribuições à minha formação acadêmica. Ainda agradeço aos professores que tive a oportunidade de conhecer durante a graduação na Universidade: José da Conceição Santana, Maria da Conceição de Menezes Soglia e Tatiana Ribeiro Velloso. Vocês enriqueceram a minha bagagem profissional.

À irmã que o Mestrado me deu, que eu nem sabia que tinha. Darlany, obrigada pela sincera amizade, pelo companheirismo e por me fazer rir (mesmo sem saber) nos momentos em que eu precisava aliviar a minha mente. Agradeço também a Aline, pela companhia na hora do almoço, pelos conselhos e por fazer despertar em mim uma força que eu nem sabia que tinha.

A todos os colegas do curso, por cada momento em passamos juntos e construímos o nosso aprendizado de forma coletiva. Adelcio, Genesy, Luana, Marcia e José Tenório, tenham certeza que foram momentos incríveis e que deixaram lições para toda a vida.

Aos amigos do coração, Jean e Laiza, por todos os pensamentos positivos que vocês me transmitem, pela cumplicidade e pela fidelidade. Embora exista sempre uma “pressa” nos nossos momentos, eu sempre continuo levando vocês ao lugar aonde ninguém pode esquecer, que é o coração.

Aos partícipes da pesquisa de campo, pela grande contribuição que deram a este trabalho de Dissertação. Obrigada pela receptividade de cada um de vocês. Até hoje não encontro palavras para agradecê-los.

À Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), pela grande contribuição que tem dado à extensão universitária, e em especial aos servidores Fabio e Sinvaldo, pela disponibilidade em contribuir com esta pesquisa científica.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que eu vencesse mais este desafio.

EPÍGRAFE

*Infalível Criador,
que, dos tesouros da Vossa sabedoria,
tirastes as hierarquias dos anjos,
colocando-as com ordem admirável no céu;
Vós, que distribuístes o universo com encantadora harmonia;
Vós, que sois a verdadeira fonte da luz
e o princípio supremo da sabedoria,
difundi sobre as trevas da minha mente o raio do esplendor,
removendo as duplas trevas nas quais nasci:
o pecado e a ignorância.*

*Vós, que tornastes fecunda a língua das crianças,
tornai erudita a minha língua
e espalhai sobre os meus lábios a vossa bênção.*

*Concedei-me a agudeza de entender,
a capacidade de reter,
a sutileza de relevar,
a facilidade de aprender,
a graça abundante de falar e de escrever.*

*Ensinai-me a começar,
regei-me no continuar e no perseverar até o término.*

*Vós, que sois verdadeiro Deus e verdadeiro homem,
que viveis e reinais pelos séculos dos séculos.
Amém.*

(Oração de Santo Tomás de Aquino)

INTERFACE ENTRE PODER PÚBLICO MUNICIPAL E UNIVERSIDADE: O CASO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UFRB NA ÁREA AMBIENTAL

RESUMO: O objetivo desta dissertação foi investigar os fatores limitantes e potencializadores das relações entre a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e órgãos do poder público local no âmbito dos projetos e programas de extensão universitária na área ambiental vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX) e realizados nos últimos oito anos. Para tanto, os objetivos específicos a serem alcançados foram: identificar como tem ocorrido a dinâmica de desenvolvimento de projetos e programas de extensão universitária na área de meio ambiente vinculados ao PIBEX, tendo como norte a articulação da Universidade com o poder público local; analisar a importância do PIBEX para o fomento da extensão universitária e para a formação acadêmica e profissional dos extensionistas a partir da relação entre os projetos e programas ambientais com o poder público local; e propor um Plano de Ação como forma de potencializar os projetos e programas de extensão universitária do PIBEX na linha ambiental, com vistas a otimização do vínculo entre a Universidade e o poder público local. Para alcançar tal intento, a princípio realizou-se análise documental dos instrumentos legais que normatizam o Programa e a extensão universitária na UFRB, ao passo que debruçou-se sobre a literatura acerca da questão ambiental no seio da universidade, através da extensão universitária, e sobre o papel do poder público perante a mesma matéria. Em seguida, procedeu-se à leitura de relatórios dos projetos e programa selecionados para a pesquisa e, com base nesses documentos, foram elaborados os roteiros de perguntas para as entrevistas. Com vistas a compreender em profundidade a relação dos sujeitos envolvidos na execução das ações extensionistas, ou seja, orientadores, bolsistas, poder público local e membros da comissão do PIBEX, foram realizadas 13 entrevistas semiestruturadas, cujos dados obtidos foram analisados valendo-se da técnica de Análise de Conteúdo. Os resultados obtidos demonstraram que a relação/articulação entre a instância da UFRB, materializada nos projetos e programas de extensão e órgãos do poder público local ocasiona tanto fatores potencializadores – a propagação das atividades, a inclusão de temas ambientais considerados urgentes para os municípios e o favorecimento do fazer extensionista, como também limitantes – a resistência e ausência de comprometimento em firmar vínculos, o entendimento superficial sobre as verdadeiras finalidades dos projetos e programas e a falta de compartilhamento dos resultados obtidos ao final das ações de extensão. Ante esses resultados, foi proposto um Plano de Ação para potencializar as ações de extensão universitária do PIBEX na linha ambiental, com vistas a otimização do vínculo entre a Universidade e o poder público local.

Palavras-chave: Ação Extensionista; Direito Ambiental; Política de Extensão

INTERFACE BETWEEN PUBLIC MUNICIPAL POWER AND UNIVERSITY: THE CASE OF UFRB UNIVERSITY EXTENSION ACTIONS IN THE ENVIRONMENTAL AREA

ABSTRACT: The objective of this dissertation was to investigate the limiting and potentiating factors of the relations between the Federal University of Recôncavo da Bahia (UFRB) and local public authorities in the scope of projects and programs of university extension in the environmental area linked to the Institutional Scholarship Program of University Extension (PIBEX) and carried out in the last eight years. In order to achieve this, the specific objectives to be achieved were: to identify how the dynamics of development of university extension projects and programs in the area of the environment related to the PIBEX have taken place, with the University as a whole with the local public power as the north; to analyze the importance of PIBEX for the promotion of university extension and for the academic and professional formation of the extension agents, based on the relation between environmental projects and programs with the local public power; and to propose an Action Plan as a way to enhance the projects and programs of university extension of the PIBEX in the environmental line, with a view to optimizing the link between the University and the local public power. In order to achieve this, the documentary analysis of the legal instruments that regulate the Program and the university extension at UFRB was carried out, while the literature on the environmental issue within the university was studied through university extension and on the role of public power in the same field. Then, the reports of the projects and program selected for the research were read and, based on these documents, the questionnaire scripts were prepared for the interviews. In order to understand in depth the relationship of the subjects involved in the execution of the extensionist actions, that is, supervisors, scholarship holders, local public authorities and members of the PIBEX commission, 13 semi-structured interviews were conducted, whose data were analyzed using the technique of Content Analysis. The results show that the relationship/articulation between the UFRB instance, materialized in the projects and programs of extension and local public authorities causes both potential factors - the propagation of activities, the inclusion of environmental themes considered urgent for the municipalities and the favoring the extensionist, as well as limitations - the resistance and lack of commitment to establish links, the superficial understanding of the true purposes of the projects and programs, and the lack of sharing of the results obtained at the end of extension actions. In view of these results, an Action Plan was proposed to strengthen the actions of university extension of PIBEX in the environmental line, with a view to optimizing the link between the University and local public power.

Key words: Extensionist Action; Environmental Law; Extension Policy

LISTA DE SIGLAS

ABRUEM – Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais

ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

APP – Área de Proteção Permanente

CAHL – Centro de Artes, Humanidades e Letras

CCAAB – Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas

CCS – Centro de Ciências da Saúde

CECULT – Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas

CETEC – Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas

CETENS – Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade

CFE – Conselho Federal de Educação

CFP – Centro de Formação de Professores

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CODAE – Coordenação de Extensão

CONAC – Conselho Acadêmico

CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

CRUTAC – Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária

DAU – Departamento de Assuntos Universitário

ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes

FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira

IBEU – Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária

IES – Instituições de Ensino Superior

IMCBio – Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade

INCUBA – Incubadora de Empreendimentos Solidários

IPES – Instituições Públicas de Ensino Superior

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEASB – Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia

MEC – Ministério da Educação

MINTER – Ministério do Interior

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PIBEX – Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária

PINAF – Programa Integrado de Ação Afirmativa

ProExt – Programa de Extensão Universitária

PROEXTE – Programa de Fomento à Extensão Universitária

RENEX – Rede Nacional de Extensão

SESu – Secretaria de Educação Superior

SIEX – Sistema de Informações sobre Extensão Universitária

SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TOPA – Todos pela Alfabetização

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UNE – União Nacional dos Estudantes

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da Pró-Reitoria de Extensão	75
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Barema para avaliação das propostas de projetos e programas do PIBEX (2018).....	117
Quadro 2 - Plano de Ação para fortalecimento da relação entre a UFRB e o poder público local.....	131

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantitativo de bolsas de extensão do PIBEX entre os anos de 2009 a 2017	82
Gráfico 2 - Distribuição de propostas PIBEX por área temática entre 2009 a 2017	82
Gráfico 3 - Distribuição de propostas na linha temática Meio Ambiente por Centro de Ensino entre 2009 a 2017	83

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1	A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A QUESTÃO AMBIENTAL.....	22
2.1.1	A Trajetória da Extensão Universitária no Brasil	22
2.1.2	Políticas Públicas de Fomento à Extensão Universitária.....	30
2.1.3	A Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e a Questão Ambiental.....	37
2.2	O PAPEL DO PODER PÚBLICO PERANTE A QUESTÃO AMBIENTAL ...	45
2.2.1	O Direito Humano Fundamental ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado	45
2.2.2	O Poder Público e a Obrigação com a Questão Ambiental.....	50
2.2.3	Responsabilidade do Poder Público pela Implementação de Políticas Públicas em Matéria Ambiental	56
3	PERCURSO METODOLÓGICO	64
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA E DA UNIDADE DE ANÁLISE	64
3.2	DEFINIÇÃO DO UNIVERSO E DA POPULAÇÃO DA PESQUISA	65
3.3	TIPO, ABORDAGEM E MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO	67
3.4	PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS.....	68
3.5	QUESTÕES ÉTICAS DA PESQUISA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS	71
4	A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFRB	74
4.1	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO NA UFRB	74
4.2	O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – PIBEX	79
5	APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	85
5.1	RELAÇÃO ENTRE O PODER PÚBLICO LOCAL E OS PROJETOS/PROGRAMAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ÁREA AMBIENTAL DO PIBEX	85
5.2	PODER PÚBLICO LOCAL E A QUESTÃO AMBIENTAL: UM OLHAR A PARTIR DOS PROJETOS E PROGRAMAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE DA UFRB	100
5.3	A IMPORTÂNCIA DO PIBEX PARA O FOMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFRB.....	110

5.4 CONTRIBUIÇÕES DO PIBEX PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DOS EXTENSIONISTAS	120
6 PROPOSTA DE UM PLANO DE AÇÃO PARA POTENCIALIZAR AS AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DO PIBEX NA LINHA AMBIENTAL, COM VISTAS A OTIMIZAÇÃO DO VÍNCULO ENTRE A UNIVERSIDADE E O PODER PÚBLICO LOCAL	130
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138
APÊNDICES.....	150
APÊNDICE A - Roteiro para entrevista com os orientadores dos projetos/programa do PIBEX.....	151
APÊNDICE B - Roteiro para entrevista com os bolsistas dos projetos/programa do PIBEX.....	152
APÊNDICE C - Roteiro para entrevista com os membros da comissão do PIBEX	153
APÊNDICE D - Roteiro para entrevista com os gestores do poder público local	154
APÊNDICE E - Termo de Consentimento e Esclarecido (TCLE) – orientadores dos projetos/programa do PIBEX.....	155
APÊNDICE F - Termo de Consentimento e Esclarecido (TCLE) – bolsistas dos projetos/programa do PIBEX.....	156
APÊNDICE G - Termo de Consentimento e Esclarecido (TCLE) – membros da comissão do PIBEX.....	157
APÊNDICE H - Termo de Consentimento e Esclarecido (TCLE) – gestores do poder público local	158

1 INTRODUÇÃO

A relação do ser humano com o meio ambiente, desde os primórdios da humanidade, sempre ocorreu de forma direta e natural, mas que, no entanto, tem sofrido diversas transformações com o passar dos anos. Num primeiro momento, o indivíduo se aproximava da natureza para retirar desta apenas o essencial para a sua sobrevivência. Com o passar do tempo, passou a explorá-la de acordo com as suas necessidades não levando em consideração a possibilidade de exauri-la, contribuindo, dessa forma, para a instalação de crise ambiental, em decorrência do modelo de desenvolvimento vigente, onde impera a lógica da produção para o mercado (SILVA, 2015).

De acordo com Lima (2002), a sociedade vive uma crise ambiental, caracterizada principalmente pela industrialização desenfreada, rápido crescimento populacional nos centros urbanos, consumo predatório de bens e serviços e atividades agrícolas e extrativistas, que põe em risco não apenas os recursos naturais, mas também a qualidade da vida humana no planeta. Sob o ponto de vista da condição ambiental, isso requer medidas urgentes que perpassem por pelo menos três eixos fundamentais: ações de conscientização social, medidas científicas e tecnológicas limpas e políticas públicas eficientes e eficazes.

Esse cenário tem permitido que a temática ambiental integre o rol de discussões da era atual e cada vez mais se torna visível a preocupação de diferentes segmentos da sociedade como, movimentos sociais, pesquisadores, organizações não governamentais, poder público e da própria universidade em relação aos impactos provocados pelo ser humano aos ecossistemas naturais (FRANÇA; RUARO, 2009).

Carvalho (2015) enfatiza que a preocupação com o meio ambiente vem estimulando novos estudos, pesquisas e debates sobre a matéria. Tais discussões procuram envolver os vários sujeitos sociais, inclusive as administrações públicas municipais, no processo de responsabilização entre sociedade e poder público para a proteção da natureza e para o desenvolvimento de um modelo de gestão que assegure a manutenção e a preservação desse bem.

O município integra a federação brasileira, conforme Arts. 1º e 18 da Constituição Federal [...], e possui autonomia político administrativa e

financeira. Como ente da federação, o município tem crescido enormemente em importância tanto na oferta direta de bens e serviços públicos, quanto na promoção da cidadania, aperfeiçoando e acentuando as diferentes práticas de participação da sociedade na administração pública. Além desta dimensão política, o município tem também ocupado papel de destaque na promoção do desenvolvimento econômico e social das regiões, especialmente mediante a assunção de diferentes formas organizacionais, com ênfase para a formação de convênios, consórcios, programas, entre outras formas de atuação com forte orientação sistêmica. (KLERING, et. al., 2011, p. 32).

As questões ambientais que a administração pública municipal precisa conhecer e intervir envolvem as necessidades existentes nos ecossistemas e no local de sua responsabilidade para tanto, existem políticas ambientais que orientam essa intervenção, envolvendo elementos como, promoção da educação ambiental, planejamento da matriz energética, controle dos tipos de poluição, gerenciamento das licenças ambientais, controle dos impactos ambientais e suas consequências econômicas para o município. No entanto, é interessante que o poder público disponha de profissionais capacitados, e, de certa forma, sensibilizados com tudo o que diz respeito a busca pelo desenvolvimento sustentável. Além disso, é preciso que os cidadãos sejam sempre considerados quando abordagens como estas são tratadas no âmbito de um governo local, uma vez que as ações que daí surgirão, beneficiarão a todos os munícipes (SCHNEIDER, 2009).

Tendo em vista o contexto da crise ambiental que é vivenciado atualmente, na qual o ser humano extrapolou todos os limites para manter a sustentabilidade da vida na terra, nota-se a necessidade de que a presente temática seja discutida não apenas no âmbito da administração pública municipal e da sociedade em geral, acerca da complexidade da interação ser humano-natureza, mas também no âmbito das universidades, para que ocorra uma mudança de percepção nos futuros profissionais que estas formarão. Ressalta-se que a crise ambiental é um dos grandes desafios da sociedade contemporânea, mas somente soluções técnicas não são suficientes para solucionar o problema, pois de acordo com Guimarães e Tomazello (2003), é preciso criar alternativas nas bases educacionais que promovam mudanças de hábitos, valores e atitudes.

Para Oliveira (2009), a universidade assume lugar de destaque na sociedade enquanto promotora do conhecimento e formadora de consciências individuais e coletivas. Assim como assume lugar importante na responsabilidade socioambiental frente à crise ambiental, principalmente quando lança mão de alguns mecanismos de sensibilização como, por exemplo, participação e socialização dos conhecimentos

produzidos para prevenção da natureza. Como berço do saber, a instituição não pode mitigar a obrigação de pesquisar, debater, construir e difundir o conhecimento que produz. Assim, a universidade aparece muitas vezes integrada a realidade social, de tal modo que a população pode ver-se envolvida nas suas ações, seja na interação em projetos ou até mesmo em programas.

O papel primordial da universidade é a de gerar e difundir conhecimentos e saberes. Enquanto organismo socialmente constituído e determinado, tem refletido historicamente o quadro social de sua época e incorporado em suas agendas a temática fornecida pela sociedade onde se encontra inserida, abrigando em si os germes das contradições geradas na e pela própria sociedade, no confronto entre as diferentes perspectivas e interesses que permeiam o todo social. (SANTOS, 2010, p. 11).

A partir dessa conjuntura, acredita-se que através do eixo extensionista, a universidade lança mão do caráter prático, ativo e dinâmico nos debates e ações sustentáveis por parte da comunidade acadêmica, agindo em conjunto com a sociedade em geral.

Como atividade acadêmica, a extensão diferencia-se das demais por constituir um processo metodológico que pergunta pela importância social do ensino e que busca, por meio da pesquisa, referências objetivas aos problemas reais que envolvem a sociedade (SANTOS, 2010). Diante disso, a palavra extensão implica em estender-se, levar algo a algum lugar ou até alguém (FREIRE, 1982).

Para Oliveira e Garcia (2009, p. 112), a extensão universitária é entendida nos dias atuais como:

[...] um espaço privilegiado para viabilizar a interação do social e do institucional, em variadas e amplas dimensões, a fim de difundir e construir novos conhecimentos, frutos da intensa reflexão provocada sobre paradigmas atuais. A extensão, hoje, articula um processo educativo, cultural e científico, ao lado do ensino e da pesquisa, gerado pelas possibilidades e pela força articuladora que está na natureza das ações nascidas das relações sociais e comunitárias.

Logo, pode-se dizer que a extensão universitária é, na realidade, uma forma de interação que deve existir entre a universidade e a comunidade na qual está inserida. Ou seja, é uma espécie de ponte permanente entre universidade e os diversos setores da sociedade (SANTOS, 2010).

O papel da educação superior nas discussões sobre meio ambiente no contexto da extensão universitária vai muito além da relação ensino-aprendizagem interiorizada em salas de aula, ele avança no sentido de projetos e/ou programas extraclasse envolvendo a população, como espaço de formação para a comunidade local. As

oportunidades para se trabalhar a temática na universidade envolvem: práticas concretas de ações de sustentabilidade que podem se resumir, dentre outras coisas, em projetos de extensão processual e contínuo de caráter educativo, social, científico ou cultural com objetivo específico e pré-determinado; podem ser vinculadas a programas específicos da instituição; podem ser simplesmente projetos isolados; e ainda surgir em formato de cursos e eventos frequentes (LARA, 2012).

O presente trabalho parte do reconhecimento da importância dos projetos e programas de extensão universitária da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a sua contribuição para o desenvolvimento local, bem como a colaboração do poder público local como possível parceiro dessas ações. Para tanto, identificou-se que o Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX) seria relevante objeto para a viabilização dos estudos, por constituir-se como um dos programas mais relevantes na área da extensão na UFRB.

O PIBEX é uma ação da Universidade protagonizado pela Pró-Reitoria de Extensão, cujo núcleo é responsável pelo planejamento, coordenação, supervisão e avaliação da extensão universitária. O Programa foi criado em 2009, com o objetivo de conceder bolsas a discentes regularmente matriculados nos mais variados cursos de graduação vinculados a um projeto ou programa de extensão, orientados por um docente do quadro efetivo. Ao longo de sua criação, o PIBEX já concedeu centenas de bolsas de extensão por ano, abrindo oportunidades também para que os alunos participem das ações como extensionistas voluntários. Ressalta-se que das oito linhas temáticas abarcadas pelo PIBEX definidas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária (Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho), os projetos e programas selecionados para esta pesquisa partiram da área de Meio Ambiente.

Os projetos e programas de extensão universitária selecionados para estudo na Pró-Reitoria de Extensão foram aqueles desenvolvidos nos últimos oito anos, considerando que o PIBEX foi criado na Universidade no ano de 2009. A partir dessa conjuntura, associada ao marco temporal para análise dos projetos e programas de extensão, teve-se como questão norteadora elaborada durante a pesquisa de campo: Quais os fatores limitantes e potencializadores das relações entre a UFRB e o poder público local, no âmbito dos projetos e programas de extensão universitária na área ambiental vinculados ao PIBEX, nos últimos oito anos?

Diante desse quadro, traçou-se como objetivo geral: Investigar os fatores limitantes e potencializadores das relações entre a UFRB e órgãos do poder público local no âmbito dos projetos e programas de extensão universitária na área ambiental vinculados ao PIBEX e realizados nos últimos oito anos. Ao passo que os objetivos específicos a serem alcançados foram: a) Identificar como tem ocorrido a dinâmica de desenvolvimento de projetos e programas de extensão universitária na área de meio ambiente vinculados ao PIBEX, tendo como norte a articulação da Universidade com o poder público local; b) Analisar a importância do PIBEX para o fomento da extensão universitária e para a formação acadêmica e profissional dos extensionistas a partir da relação entre os projetos e programas ambientais com o poder público local; e c) Propor um Plano de Ação como forma de potencializar os projetos e programas de extensão universitária do PIBEX na linha ambiental, com vistas a otimização do vínculo entre a Universidade e o poder público local.

A motivação para a realização de um trabalho como este decorreu não somente da familiaridade da pesquisadora com a temática ambiental, mas também de uma série de experiências vivenciadas tanto na academia (enquanto aluna de graduação da UFRB), quanto na vida profissional (enquanto técnica em um projeto de extensão universitária na mesma instituição de ensino).

Na condição de graduanda do curso superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, a pesquisadora integrou por um período de três anos um projeto de extensão universitária, cujo foco voltou-se para a temática dos resíduos sólidos, com ações direcionadas a uma associação de catadores de materiais recicláveis situada em Cruz das Almas, no Estado da Bahia. A ação realizada com os catadores, teve a intenção de dignificar o trabalho dos mesmos a partir da formação da associação e na sua relação com as políticas públicas. Durante o estágio no projeto, foram mantidos diálogos junto ao poder público local com o intuito de firmar parcerias entre a associação e a Prefeitura Municipal, objetivando a estruturação da gestão coletiva de reciclagem de resíduos sólidos no município.

Já na vida profissional, a pesquisadora assumiu o cargo de Tecnóloga em Gestão de Cooperativas na Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBA) da UFRB durante dois anos para trabalhar novamente no mesmo projeto de extensão. As ações no campo de trabalho foram semelhantes às do período de estágio na

graduação (processo de formação da associação), com ressalvas para novos diálogos com os gestores públicos municipais locais e de outras regiões do Estado.

As experiências citadas anteriormente contribuíram significativamente para o crescimento pessoal e profissional da pesquisadora, pois durante todo o processo de formação, as ações extensionistas possibilitaram a vivência com os diversos segmentos sociais envolvidos nas atividades planejadas.

Para percorrer o caminho que possibilitasse encontrar respostas para o questionamento, optou-se por realizar uma pesquisa do tipo exploratória, utilizando-se de uma abordagem qualitativa implementada a partir do estudo de caso. Na primeira etapa, realizou-se uma análise documental nos instrumentos normativos que disciplinam as atividades de extensão na UFRB e no seio do próprio PIBEX. Além disso, foram coletados dados na Pró-Reitoria de Extensão, referentes aos relatórios entregues pelos bolsistas e orientadores durante os anos de 2009 a 2017.

Por conseguinte, partiu-se para a pesquisa de campo, de onde foi possível realizar entrevistas semiestruturadas com os bolsistas e com os docentes que os orientaram nas atividades extensionistas. Essa fase também se estendeu aos membros da comissão organizadora do PIBEX e aos gestores do poder público local em que os projetos e programas de extensão universitária foram desenvolvidos.

Como forma organizativa, o trabalho está estruturado em sete capítulos, no qual o primeiro se refere à presente introdução. Seguido do segundo, que corresponde ao referencial teórico que embasou a pesquisa bibliográfica. Nesse momento textual, estão expostos o viés da extensão universitária com a questão ambiental incluindo, a trajetória, as concepções e as principais políticas de fomento à extensão, além do princípio da indissociabilidade desse tripé com o ensino e a pesquisa. Também, no mesmo capítulo, apresenta-se o papel do poder público perante a matéria ambiental, com destaque para a relevância do direito humano ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a obrigação da administração pública com essa questão e a sua responsabilidade pela implementação de políticas públicas sustentáveis.

No terceiro capítulo, é apresentado o percurso metodológico da pesquisa, que compõe a base de dados da investigação. Referem-se ainda na mesma seção, o lócus estudado, os instrumentos utilizados na fase investigativa e os procedimentos adotados durante a análise dos resultados obtidos.

Em seguida, no quarto capítulo, exibe-se as atribuições incumbidas a Pró-Reitoria de Extensão da UFRB. Na oportunidade, discute-se a criação do PIBEX, apresentando os fenômenos mais significativos acerca das suas últimas oito edições, as quais integram o recorte temporal da pesquisa.

No quinto capítulo, discute-se os resultados obtidos pelo estudo através das categorias analíticas, quais sejam: relação entre os projetos e programas de extensão universitária na área ambiental e o poder público local; poder público local e a questão ambiental a partir dos projetos e programas de extensão universitária na área de meio ambiente; importância do PIBEX para o fomento da extensão universitária na UFRB; e as contribuições do PIBEX para a formação acadêmica e profissional dos extensionistas.

Já no sexto capítulo, propôs-se um Plano de Ação como forma de potencializar os projetos e programas de extensão universitária do PIBEX na linha ambiental, com vistas a otimização do vínculo entre a Universidade e o poder público local.

E, finalmente no sétimo capítulo, podem ser conferidas as considerações finais à luz dos objetivos propostos no decorrer do projeto de pesquisa que culminou nesse trabalho de dissertação.

Diante do exposto, reitera-se a importância da discussão da temática ambiental no contexto do poder público municipal como forma de criar ações condizentes com as especificidades da sociedade local em relação ao trato das questões ambientais. Além disso, acredita-se que a temática deva perpassar também pelas instituições de educação superior, já que as mesmas tem o papel de abrir novos horizontes no âmbito social, principalmente através da extensão, que é o meio pelo qual a universidade desenvolve ações na relação com a sociedade no intuito de impactar diretamente no seu desenvolvimento socioeconômico, cultural e local. Atenta-se, portanto, a recomendação para a ação conjunta dessas duas instâncias perante a presente matéria.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A QUESTÃO AMBIENTAL

Neste subcapítulo, procura-se elucidar a historicidade das atividades de extensão no âmbito da universidade brasileira e das políticas nacionais de fomento a sua institucionalização. Para compreender a gênese da extensão universitária no Brasil, torna-se importante o resgate do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e de que forma a questão ambiental insere-se nessa relação.

Para tanto, faz-se necessário explicitar em que contexto está inserida a questão ambiental enfatizada ao longo das discussões que aqui se apresentam. Para Silva e Crispim (2011), a questão ambiental que vem sendo debatida em todos os âmbitos da sociedade é de interesse geral, já que as mudanças ambientais podem acarretar consequências positivas ou negativas à qualidade de vida humana e aos recursos naturais. A percepção social do caráter global dos grandes desafios que são impostos à humanidade criou as condições para a emergência de um intenso debate sobre o destino ambiental do planeta, sendo esse debate, um elemento constitutivo da nova ordem mundial.

2.1.1 A Trajetória da Extensão Universitária no Brasil

O percurso histórico traçado por Gurgel (1986) referente a extensão universitária no Brasil remonta três momentos importantes, a saber: o pioneirismo (1909 a 1937), o período de experiências isoladas (1937 a 1968) e o início do processo de maior institucionalização, caracterizado também pela redefinição do conceito de extensão (1969 a 1975).

Conforme Diniz (2012), a trajetória da extensão universitária revelou-se como uma importante referência, não somente no plano do registro das diversas etapas da extensão, mas também pela reflexão sobre as suas diferentes definições, retomando a ideia de comunicação presente nos estudos de Paulo Freire realizados no ano de 1975.

A extensão universitária surgiu na segunda metade do século XIX como um elemento estruturador e definidor da universidade, e estava ligada à duas vertentes

identificadas como: a das Universidades Populares Europeias e ao modelo de extensão norte-americano (GURGEL, 1986). Mais tarde, surge as ações dos estudantes que colocaram a extensão universitária em evidência a partir difusão das concepções de educação e de vida em sociedade.

Tendo como ponto de partida as abordagens teóricas e históricas percorrida pelas duas vertentes identificadas por Gurgel (1986) e das atividades do movimento estudantil, pode-se encontrar nas práticas extensionistas das universidades, três paradigmas ideológicos que se entrecruzam e ganham materialidade: a prestação de serviço, o assistencialismo e a extensão dialógica (OLIVEIRA; GOULART, 2015).

A cada um desses paradigmas corresponde os limites das suas práticas. A ideia de uma universidade eminentemente como prestadora de serviços, pode estreitar, por uma concepção unicamente mercadológica, seu *ethos*, cabendo nesses casos, a extensão tão somente como captadora de recursos nos vários setores da sociedade civil, através da prestação de serviços, impedindo-a de vivenciar, no todo, sua capacidade ampla de conceber ações extensionistas como lugar de criação e recriação, que incorpora o ensino e a pesquisa em prol do desenvolvimento da sociedade (BRASIL, 2018).

Já a atividade puramente assistencial às comunidades carentes, mostra-se afastada da busca de soluções para os problemas sociais, econômicos e culturais (BRASIL, 2018).

Finalmente, a concepção que se tem de universidade, por vezes dialógica, pode atribuir a extensão, e, conseqüentemente a própria universidade, tarefas que extrapolam a sua capacidade de ação (BRASIL, 2018).

Em seu surgimento, a extensão universitária buscou, também, por meio da prestação de serviços, diminuir a pressão dos movimentos sociais, formados por grupos de intelectuais de Universidades Populares Europeias e setores marginalizados. [...]. Apesar do caráter social e político desses movimentos, suas reivindicações mantinham-se no nível de prestação de serviços ao propor a oferta de “cursos livres, programas de melhoramento dos trabalhadores e de difusão cultural” [...]. (OLIVEIRA; GOULART, 2015, p. 10).

Como pode-se notar, o modelo de extensão das Universidades Populares Europeias surgiu sob a forma de educação continuada através das denominadas Universidades Livres. A primeira Universidade Livre brasileira foi criada em Manaus, Estado da Amazônia, no ano de 1909, sendo extinta em 1926. Outra nasceu na antiga Universidade de São Paulo (USP), em 1911, trabalhava com cursos de extensão e

era vinculada a Universidade Popular, que, por sua vez, tinha como objetivo a prestação de cursos gratuitos dos mais variados temas abertos à toda população (GURGEL, 1986).

Notadamente, na medida em que o Brasil se modernizou, surgiram as primeiras atividades de extensão desenvolvidas de forma institucional. As atividades aconteciam na Universidade Passageira de São Paulo, entre 1911 a 1917, sob a forma de conferências e eventos semanais, além de aulas práticas estendidas à comunidade. Porém, essas atividades não eram vistas com “bons olhos” pela população, na verdade, passaram a ser ignoradas ou não compreendidas como benefício, revelando um certo posicionamento autocrático das universidades, no sentido de impor somente as suas ideias particulares e visões de mundo ao invés de propor uma solução que identificasse as reais necessidades e demandas sociais (SILVA, 2008).

Verificou-se que os temas trabalhados junto a população não atendiam os interesses desta, fato comprovado pelo distanciamento entre os intelectuais que ministravam os cursos e os problemas que faziam parte do cotidiano das massas. Não houve sucesso por conta da ausência de pensamento que deveria prevalecer entre teoria e prática ou até mesmo pela maneira como os cursos de extensão eram ministrados – desligados do sistema acadêmico e fora da realidade da comunidade, gerando, desta forma, a falta de interesse por tais cursos (SILVA, 2008).

Outro modelo de extensão universitária que viria a influenciar a América Latina e, conseqüentemente, o Brasil, foi o desenvolvido nos Estados Unidos [...], onde criaram-se projetos de desenvolvimento regional de comunidades rurais e locais por intermédio da prestação de serviços técnicos, educação à distância, cursos profissionalizantes, entre outros. Esse modelo de extensão também se caracterizava basicamente pela fase/face de prestação de serviços e fase/face de assistencialismo. [...]. (OLIVEIRA; GOULART, 2015, p. 11).

Do discurso anterior, nota-se que o modelo de extensão norte-americano também influenciou o Brasil sendo que, nos Estados Unidos, a extensão surgiu como iniciativa de instituições oficiais enquanto as universidades populares brasileiras partiam de iniciativas de setores particulares interessados em desenvolver ações com os sujeitos mais carentes da população. Assim, a extensão mostrou-se predominantemente técnica e ligada a programas de desenvolvimento. Ela chegou ao Brasil com esse perfil em 1920, quando da criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, Estado de Minas Gerais. Essa vertente passou a desenvolver

as atividades de extensão voltadas para a prestação de serviços na área rural levando assistência técnica aos agricultores. Da mesma forma, a Escola Agrícola de Lavras já iniciara suas primeiras atividades de extensão entre os anos de 1922 a 1924, através da prestação de serviços agrícolas junto as propriedades rurais, inspirando-se, assim, no modelo norte-americano (SILVA, 2008).

Com a Revolução de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública juntamente com o Estatuto das Universidades Brasileiras. O Estatuto passou a conciliar a organização do Ensino Superior à forma universitária e manteve as escolas superiores e as faculdades isoladas na oferta desse nível de ensino. Além disso, o modelo universitário presente no Estatuto representava uma verdadeira vitória em termos de uma política educacional autoritária, principalmente por conta da universidade passar a funcionar como centro difusor de ideologia e não apenas pela vertente da extensão universitária, mas pela possibilidade de integrar elementos de informação e pesquisa para o estudo, e ensino dos problemas que mais interessavam o país (CUNHA, 2007).

A Constituição de 1934 culminou na criação do Conselho Nacional de Educação que teve como objetivo a elaboração de um plano nacional voltado para a educação. O projeto inicial desse plano chegou a ser criado pelo Conselho, porém a sua tramitação no Congresso Nacional foi interrompida após o Golpe de Estado de 1937. O Estado Novo promulgado a partir do golpe de 1937 praticamente não contribuiu com o Ensino Superior já que, as bases fundamentais já haviam sido traçadas com o Estatuto de 1931, que, por sua vez, vigorou por aproximadamente 30 anos e através dele a extensão universitária despontava com a sua primeira expressão legal (CUNHA, 2007).

O papel do movimento estudantil na definição da identidade da Universidade Popular já tinha sido claro no movimento conhecido como Manifesto de Córdoba e na elaboração de uma universidade com função norteadora para a extensão universitária. O movimento estudantil, da forma organizada como veio a ser conhecido posteriormente pela União Nacional dos Estudantes (UNE), surgiu no final do ano de 1937 (DINIZ, 2012). Nesse período, os estudantes brasileiros vivenciaram experiências ligadas a elaboração de salas de leitura em bairros comunitários e ao desenvolvimento de outras atividades de difusão cultural. A extensão passou a ser reconhecida como um elemento importante da vida social da universidade, sendo

trabalhada através da oferta de cursos e conferências voltadas para a educação (GURGEL, 1986).

A partir da década de 1960, países da América Latina vivenciaram as ditaduras militares que ficaram caracterizadas por uma atuação extremamente repressora, inclusive dos movimentos estudantis. No Brasil, as ações estudantis ficaram direcionadas ao compromisso com as classes populares superando o assistencialismo, além da integração com as instituições governamentais, principalmente no interior do Estado, fato que contribuiu para que a extensão ganhasse forma naquele período histórico (SILVA, 2008).

Embora enfraquecido o caráter político da extensão universitária e envolvimento pelo clima de repressão por parte do governo, os movimentos estudantis mantinham sua atuação, realizando atividades extensionistas desvinculadas da instituição universitária. [...], a União Nacional dos Estudantes (UNE) propunha uma atuação que levasse o “estudante a participar da vida social das comunidades, propiciando a troca de experiências”. Esses princípios viriam a influenciar posteriormente a fase/face da extensão que denominaremos aqui como dialógica. Essa fase/face da extensão começa a ser delineada quando, ainda sob a ditadura militar, extensionistas que atuavam sob a perspectiva de mudança social e difusão cultural, passaram a discutir a extensão como missão social das universidades brasileiras [...]. (OLIVEIRA; GOULART, 2015, p. 12).

Do I Seminário Nacional de Reforma Universitária realizado pela UNE na cidade de Salvador, Estado da Bahia, em 1961, originou o documento denominado Declaração da Bahia. Esse evento enfatizou que as Instituições de Ensino Superior (IES) tivessem compromissos claros com as classes populares, sendo a extensão universitária fundamental, seja na prestação de cursos e serviços sociais, ou mediante apoio a órgãos do Governo e proposta de trabalho curricular em decorrência de período de férias sob a forma de estágios. De uma maneira geral, o documento recomendou que as medidas propostas não possuíssem caráter paternalista, mas despertassem a consciência popular para os direitos e a cidadania (NOGUEIRA, 2005).

De acordo com Cunha (2007), alguns meses após a realização do I Seminário Nacional da Reforma Universitária, o Ministério da Educação (MEC) convocou o Simpósio Nacional de Reitores com a finalidade de debater as políticas para o Ensino Superior e apresentar demais sugestões. A articulação entre reitores e burocracia educacional objetivava rematar a Reforma Universitária institucionalizando a discussão, e procurando cooptar os demais segmentos envolvidos, principalmente os estudantes. Nesse contexto, as sugestões propostas pelos reitores culminaram com

a criação do Fórum Universitário, em 1962. O Fórum Universitário, por sua vez, deveria interagir as demandas dos estudantes expressas desde o documento Declaração da Bahia, dos reitores e do recém-instalado Conselho Federal de Educação (CFE), conduzindo as mudanças no Ensino Superior através de sua competência para aprovar ou não estatutos e regimentos das universidades brasileiras.

Cabe ressaltar que o movimento pela Reforma Universitária decorrente das experiências dos estudantes, demonstraram grande relevância e influenciaram, de uma forma ou de outra, as futuras políticas de extensão universitária no Brasil. Ainda assim, ao retomar algumas bandeiras difundidas pela ideia de Universidade Popular¹, os estudantes suscitaram questionamentos que passaram a influenciar diretamente algumas concepções de extensão desenvolvidas posteriormente sendo que, a própria UNE contribuiu significativamente para uma proposta de atuação no sentido de mobilizar os estudantes e conduzi-los à integrar a vida social das comunidades, possibilitando a troca de experiências e conhecimentos entre as áreas profissionais relacionadas numa perspectiva interdisciplinar, além de atender as demandas da população carente (DINIZ, 2012).

Como descrito por Diniz (2012), através do Golpe Militar de 1964, a Reforma Universitária foi encampada pelos militares que fizeram uso de diversas soluções técnicas sugeridas pelo movimento de reforma, mas dispensaram as alternativas políticas ao introduzir seu cunho centralizador e conservador. Dotados das concepções de desenvolvimento e segurança nacional e com a aprovação da Lei nº 5.540/1968, a Lei da Reforma Universitária de 1968, os militares colocaram em ação seu projeto de modernização das universidades, tendo como visão o modelo norte-americano, e deram uma nova institucionalização à extensão universitária.

A Lei da Reforma Universitária referiu-se à extensão de maneira secundária, porém contemplando as duas vertentes extensionista difundidas até aquele momento: a realização de cursos (concepção europeia) e a prestação de serviços (concepção

¹ No Brasil, a primeira Universidade Popular é de iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). A ENFF nasceu com o objetivo de estimular uma formação crítica voltada à realidade do campo e às diversidades sociais e culturais do Brasil. A ideia era a de que os estudantes saíssem da universidade com capacidade de pensar e articular ações que se contraponham no *status quo* (OLIVEIRA; GOULART, 2015).

norte-americana). De qualquer forma, o principal destaque da Reforma foi o acréscimo das pesquisas às ações das universidades. A extensão foi recepcionada como uma atividade complementar, compreendida como a realização de cursos e serviços que estendiam à sociedade atividades de ensino e resultados da pesquisa. Apesar da referência superficial à extensão no texto dessa legislação, não é possível indagar um desprezo por ela uma vez que, os Governos Militares tiveram uma preocupação, ainda que razoável, em relação ao papel que a extensão desempenharia em seu planejamento ideológico de desenvolvimento e segurança nacional (DINIZ, 2012).

Conforme Gurgel (1986), o período compreendido entre 1969 a 1975, destacou-se como o momento de maior institucionalização da extensão universitária no Brasil, principalmente por ficar marcado por duas experiências de iniciativa do Governo Militar: o Programa Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e o Projeto Rondon.

Estudos realizados por Diniz (2012) apontam que a primeira experiência foi criada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1966, tendo como objetivo proporcionar ao estudante universitário uma atuação junto às comunidades rurais. O Programa começou a ganhar destaque em virtude dos muitos resultados positivos que obteve, além de servir aos propósitos de legitimação do Governo Militar interessado em mostrar à população sua preocupação com as massas mais carentes.

Já a segunda experiência, foi instituída em amplitude nacional através de decreto, no ano de 1968. O Governo Militar vinculou o projeto ao Ministério do Interior (MINTER), e em parceria com as forças armadas realizou intercâmbio entre várias regiões do país sendo que, o principal objetivo era identificar o universitário com a realidade brasileira para possibilitar o envolvimento e a participação dele no desenvolvimento nacional e comunitário. Não obstante, começaram a surgir críticas por parte dos estudantes recrutados, especialmente no que se refere ao não envolvimento de departamentos universitários e nem de seus docentes, bem como o caráter esporádico das atividades e a falta de continuidade das ações (DINIZ, 2012).

Ambas experiências favoreceram a proposta da criação de uma Coordenação Nacional de Desenvolvimento, vinculada ao MEC e ao MINTER, cuja missão era propor uma política nacional de extensão universitária traçando normas, diretrizes e acompanhamento das ações. Nesse cenário, com forte traço assistencialista e

centralizador, próprio do Governo Militar, o documento criado no âmbito do CRUTAC afirmava que as universidades, embora tivessem iniciativas a partir de seus departamentos, seriam consideradas somente como instituições executoras operando conforme as diretrizes nacionais. No entanto, as IES deveriam ter em seu escopo um órgão responsável pela execução da extensão, além de demais medidas que pudessem articular a extensão na vida acadêmica e sua vinculação ao estágio curricular (DINIZ, 2012).

No ano de 1974, foi criada a Coordenação de Extensão (CODAE) vinculada ao Departamento de Assuntos Universitário (DAU) sob a influência de documentos do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Através dessa comissão, ao MEC, foi permitido novas responsabilidades e coordenação em nível nacional contribuindo com o desenvolvimento da extensão, elaboração das diretrizes políticas comuns para as universidades brasileiras e proposta de uma maior articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão (DINIZ, 2012).

Para dar fechamento a esta ordem cronológica, em 1975, o MEC divulgou o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, direcionando o DAU para a sua execução, através da CODAE – que propôs uma gama de medidas de gestão, avaliação e sistematização das experiências, incentivo e envolvimento de discentes. No MEC, o grupo que ocupava a CODAE tinha nas ideias de Paulo Freire uma importante referência considerando que, esse grupo usava constantemente a terminologia “retroalimentação” – a qual proporcionava a incorporação do significado e sentido de comunicação ao extensionismo. Em algumas experiências de Paulo Freire, o conceito de comunicação foi muito destacado e compreendido, chegando a haver coordenações de comunicação em lugar da extensão universitária (DINIZ, 2012).

Ante o exposto, acredita-se que o estudo realizado por diversos autores acerca da evolução histórica da extensão universitária no país contribuiu na elucidação das principais políticas e práticas de extensão nos últimos anos. As fontes bibliográficas ora citadas, constituem-se em um campo de investigação diversificada, qualificada e em permanente diálogo. Cabe agora, analisar como se constituiu a perspectiva de política pública de extensão universitária e quais suas possíveis implicações para o futuro da extensão universitária brasileira.

2.1.2 Políticas Públicas de Fomento à Extensão Universitária

Da mesma maneira como houve demora na concretização real da universidade no Brasil, o mesmo veio a acontecer com as políticas de extensão. É mais precisamente por volta da década de 1960 que essa atividade começou realmente a ser contemplada em um país onde o Ensino Superior ainda caminhava em “passos lentos”. A extensão universitária surgiu como uma atividade acadêmica destinada principalmente a realização de cursos, e, logo após, essa função foi tendo sua ação ampliada em decorrência das políticas que foram sendo concebidas (VIERO, 2012). A partir dessa concepção, será abordado no subtópico que aqui se inicia os marcos mais relevantes que culminaram verdadeiramente na consolidação de uma política pública de extensão universitária no Brasil.

Do ponto de vista legal, a Lei nº 4.024/1961 (duas vezes reformulada pela Lei nº 5.692/1971 e pela Lei nº 9.394/1996), conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), contempla a extensão como uma modalidade de curso, isto é, como mais uma alternativa de atividade universitária. O texto legal alerta para a necessidade de que as IES prestem serviços especializados à população, estabelecendo a sua participação, bem como objetivando a socialização das conquistas resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica desenvolvida na universidade (BRASIL, 1961).

O artigo 69 da LDB faz uma breve referência à extensão universitária ao enfatizar que nos estabelecimentos de Ensino Superior podem ser ministrados cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão ou qualquer outro, abertos a candidatos preparados, habilitados e de acordo com os requisitos legais exigidos (BRASIL, 1961). Em análise crítica a esse artigo, Nogueira (2005) nota uma distância entre o texto legal e a prática no sentido de que, a extensão institucionalizada, fica limitada a cursos dirigidos por professores. De maneira geral, a uma clientela que integra a universidade, seja a que frequenta seus cursos regulares, seja aquela portadora de diplomas de nível superior.

Através da Lei da Reforma Universitária, a extensão passa a ser compulsória, ou seja, as IES devem oferecer atividades extensionistas de forma obrigatória. Conforme expressa o artigo 20 dessa Lei, as universidades passarão a oferecer à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais (assim como infere a LDB),

as atividades de ensino, e, conseqüentemente, os resultados da pesquisa que lhes são inerentes (BRASIL, 1968). A partir disso, uma vez incorporada, a extensão passa a acarretar mudanças estruturais e gestoras nas instituições como, por exemplo, a inclusão de unidades específicas que tratam exclusivamente da sua gestão, trazendo um avanço na medida em que assume a indissociabilidade entre as atividades de ensino e pesquisa (VIÉRO, 2012). No entanto, a referida Lei faz referência a extensão universitária apenas de forma secundária, não deixando transparecer qualquer avanço no sentido de clarear sua prática ou mesmo de realizá-la (SILVA, 2008).

A primeira política de extensão universitária no Brasil foi datada de 1975, em meio ao forte controle da censura da época. Constituiu-se numa significativa inovação conceitual, além de ficar caracterizada pelos acirrados debates e disputas ideológicas entre o MEC e as organizações de Ensino Superior. A legislação propôs a abertura a outras universidades e a população para a troca de saberes, centralizando a competência do MEC na proposição de diretrizes extensionistas para as universidades a partir do Plano de Trabalho de Extensão Universitária (OLIVEIRA, 2009).

De acordo com Nogueira (2005), o referido documento constitui um marco apresentando diversas inovações para a época como: a mudança e a instituição de um novo público atendido pela atividade extensionista – organizações, outras instituições e populações de um modo geral (descolando-se da clientela historicamente atendida); a consignação da relação ensino, pesquisa e extensão; o estabelecimento da relação dialógica universidade-sociedade por meio das trocas entre os saberes acadêmicos e os saberes populares (em oposição ao autoritarismo até então identificado); a ampliação do rol de atividades de extensão – cursos, serviços, difusão cultural, comunicação de resultados de pesquisas, projetos de ação comunitária; e a participação docente e discente no desenvolvimento das ações extensionistas.

A partir de 1980, houve uma forte tendência de vincular as políticas nacionais de extensão com as atividades de ensino e pesquisa. Com esse propósito, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira (FORPROEX), criado em 1987, tornou-se, ao longo dos anos, uma relevante instância política que exerce uma função importante na criação de diretrizes para a conceituação, institucionalização, financiamento e avaliação da extensão

universitária no âmbito das IES (DINIZ, 2012). O FORPROEX propôs um dos conceitos mais marcantes e completos para a extensão universitária:

Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. (FORPROEX, 2001, p. 5).

Conforme Viero (2012), a década de 1990 ficou marcada pelos inúmeros debates nos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Extensão, os quais contribuíram significativamente para a construção de princípios norteadores da implantação da avaliação da extensão universitária resultando, dentre outras coisas, na difusão do significado dessa atividade para o contexto universitário.

O Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), criado em 1993, é considerado um marco significativo na política de financiamento do MEC às ações de extensão com foco no desenvolvimento de políticas públicas sociais nas mais distintas áreas. A responsabilidade de elaboração do PROEXTE ficou a cargo da Comissão de Extensão – integrada por membros do FORPROEX e da Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC, atendendo a uma antiga reivindicação do FORPROEX (DINIZ, 2012).

O PROEXTE abordou o conceito e diretrizes políticas para a extensão, se fortalecendo à medida que a SESu/MEC decidiu que só financiaria projetos que estivessem de acordo com o conceito, os objetivos e as diretrizes nele traçados. A proposta induziu a consolidação da extensão nas universidades em torno de uma política de extensão intencionalmente elaborada e com a participação das diversas instâncias acadêmicas. Além disso, reforçou o compromisso da universidade com a sociedade, que deveria estar articulada com as demandas sociais mais urgentes e considerou a extensão como o processo que articula o ensino e a pesquisa com essas demandas, alertando para que as IES não substituam o Estado em suas funções quanto às áreas de educação, saúde, cultura, dentre outras (NOGUEIRA, 2005). Apesar dos avanços, o PROEXTE foi interrompido no mesmo ano pelo MEC, intensificando ainda mais as dificuldades para a manutenção dos programas de extensão que começavam a iniciar naquele momento (FORPROEX, 2006)

A Política Nacional de Extensão Universitária, que é pactuada pelas universidades públicas brasileiras, reunidas através do FORPROEX, teve como documento o Plano Nacional de Extensão Universitária, publicado em 1999. Esse documento apresenta metas para a efetivação de programas e projetos de extensão que contribuam para a implementação e o impacto de políticas, potencializando e ampliando a qualidade das ações propostas, projetando a natureza delas e a missão da universidade pública, incluindo, ao mesmo tempo, a organização da atividade extensionista e sua articulação com a sociedade (DINIZ, 2012).

Dentre as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária, ganharam destaque: a inclusão das instituições de Ensino Superior na Rede Nacional de Extensão (RENEX), elaboração e implementação de um programa Nacional de Avaliação com apoio do MEC e aplicada nas universidades, e criação de um Banco de Dados e Informações inter-relacional. A RENEX, por sua vez, teve como eixo fortalecedor a consolidação do Sistema de Informações sobre Extensão Universitária (SIEEX), que é um aplicativo digital criado para atender as necessidades de registros das atividades de extensão desenvolvidas no âmbito das IES integrantes do FORPROEX (DINIZ, 2012). Também, o Plano Nacional de Extensão Universitária estabeleceu como metas para a consecução dos seus objetivos: a definição de linhas estratégicas de extensão nos planos prioritários das universidades, integração da extensão no currículo das universidades e institucionalização de um Programa Nacional de Fomento à Extensão, custeio e bolsas de extensão (FORPROEX, 2001).

A Política Nacional de Extensão Universitária também foi reforçada pela Lei nº 10.172/2001, que estabeleceu o Plano Nacional de Educação 2001-2011. O Plano Nacional de Educação destacou, dentre as metas e objetivos do Ensino Superior, tornar a prática da pesquisa como uma ferramenta mantenedora dos processos de ensino-aprendizagem na educação, incluído a participação dos discentes na realização da pesquisa, ainda assim, preconizou a implantação do Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as universidades públicas do país, assegurando que no mínimo 10% do total de disciplinas exigidas para a graduação fossem reservadas para a atuação de alunos em ações extensionistas (BRASIL, 2001).

Em meados de 2003, surgiu um novo cenário político, e a SESu/MEC implementou o Programa de Extensão Universitária (ProExt), visando apoiar as

organizações de Ensino Superior federais para o desenvolvimento da extensão, no âmbito de projetos e programas que contribuíssem com a implementação de políticas, potencializando e ampliando os horizontes de qualidade das ações desses projetos. Desde o início, houveram avanços significativos no ProExt por conta da ampliação de parcerias interministeriais, principalmente com os Ministérios da Pesca e Aquicultura, da Saúde e das Cidades (DINIZ, 2012).

Sob o ponto de vista organizacional da institucionalização das ações, o FORPROEX (2007) preconizou que todas as atividades de extensão deveriam ser classificadas de acordo com áreas temáticas, área temática principal e, de forma opcional, em área temática secundária. Essa classificação deveria observar os respectivos assuntos que estavam em destaque nas ações. O principal objetivo da classificação foi a sistematização, visando contribuir com os estudos e relatórios sobre a produção da extensão no Brasil, os agrupamentos temáticos e a articulação de indivíduos ou grupos que atuavam na mesma área temática. De modo geral, as organizações de Ensino Superior necessitariam se basear nas seguintes áreas para o desenvolvimento da extensão universitária: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia, e Produção e Trabalho.

O FORPROEX (2007) também abordou às linhas de extensão que a partir do ano de 2006 substituíram o termo “linhas programáticas”. Cabe lembrar que, ao todo, existem 53 linhas a partir das ações ministeriais como, por exemplo, Educação Profissional, Formação de Professores Espaços de Ciência, mas que não são necessariamente ligadas a uma das áreas temáticas citadas anteriormente. Quanto às ações de extensão, estas poderiam se dar através de programas, projetos, cursos, eventos e prestações de serviços.

O diagnóstico integrado ao Plano Nacional de Educação na vigência de 2001-2010 revela que a manutenção das finalidades da universidade (ensino, pesquisa e extensão), “[...] constituem o suporte necessário para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País, [...]” (BRASIL, 2001, p. 30). Por conseguinte, o Plano destaca a importância de apoio financeiro específico para as atividades de pesquisa e extensão. Identifica-se que ainda prevalece na universidade o desafio de reunir em suas ações de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos de importância, abrangendo

a superação das desigualdades sociais, regionais e territoriais, qualidade e cooperação internacional (BRASIL, 2001).

O Plano também apresenta como um de seus objetivos institucionalizar um sistema de avaliação e instituir programas de promoção que gerem “[...] a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica.” (BRASIL, 2001, p. 35). Para tanto, apresenta como meta para garantir o cumprimento de tal objetivo a “[...] criação de conselhos [...] com o objetivo de assegurar o retorno à sociedade dos resultados das pesquisas, do ensino e da extensão” (BRASIL, 2001, p. 45).

Nesta caminhada, o Plano Nacional de Extensão Universitária da vigência 2011-2020, contribuiu significativamente para promover a Política Nacional de Extensão Universitária reforçada em 2012, reafirmando os objetivos pactuados ao longo da existência do FORPROEX (FORPROEX, 2012a). Muitos deles foram formalizados no Plano Nacional de Extensão Universitária de 1999, aos quais se acrescentaram outros que se faziam necessários para o enfrentamento de novos desafios e aproveitamento de novas oportunidades, tendo em vista o contínuo fortalecimento da extensão universitária. Em respostas ao FORPROEX ocorrido no mesmo ano, a Política Nacional de Extensão Universitária estabeleceu como diretrizes a interação dialógica, a interdisciplinaridade e interprofissionalidade; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; o impacto na formação do estudante; e o impacto e transformação social, tendo por pilares a sistematização do fazer extensionista e sua universalização (FORPROEX, 2012b).

Levando em consideração as diretrizes da extensão universitária levantadas pelo FORPROEX, dentre as quais destaca-se a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mais recentemente, a Lei nº 13.005/2014, que versa sobre o Plano Nacional de Educação 2014-2024, ao incorporar tal articulação com as demais atividades universitárias, aponta na meta de número 12 a elevação da taxa bruta de matrícula nas IES para 50% e a taxa líquida para 33% da população com idades entre 18 a 24 anos, assegurando para, pelo menos, 40% as novas matrículas nas instituições de ensino público. Para tanto, uma das pretensões é assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para curso de graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação em conformidade com as áreas de maior pertinência social (BRASIL, 2014).

No que tange aos períodos posteriores, em 2015, o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Indicadores de Avaliação da Extensão surgiu com vistas a dar apoio a Coordenação Nacional do FORPROEX assim como assessorar as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES). No ano seguinte (2016), o FORPROEX divulgou publicamente o relatório referente a pesquisa dos Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU), o qual teve como responsável o grupo de trabalho citado anteriormente. Os principais objetivos desse grupo de trabalho foram a criação de indicadores para avaliação da extensão universitária e a seleção de indicadores para sustentar a matriz orçamentária acerca da extensão para as instituições que integram as IPES, como a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) (SOUSA, 2018).

De modo geral, os indicadores² não avaliaram os impactos das ações de extensão perante os segmentos sociais, mas, por outro lado, analisou a relação com a indicação de alguns critérios como, representação da sociedade nas IPES, parcerias interinstitucionais, envolvimento de profissionais externos na atividade extensionista, dentre outros. Além disso, como um dos resultados mais importantes do grupo de trabalho, pode-se citar a proposta de uma referência nacional de indicadores de extensão universitária, direcionado para o conjunto final de objetivos estratégicos e indicadores (SOUSA, 2018).

Diante do cenário da crise orçamentária nas IES brasileiras nos últimos dois anos, mais recentemente, os Encontros Nacionais do FORPROEX realizados nos anos de 2017 e 2018, debateram veementemente a necessidade do estabelecimento de condições financeiras, institucionais e acadêmicas como prerrogativas para o processo de alinhamento da extensão universitária aos interesses, demandas, causas e problemas sociais e da classe trabalhadora, propondo como deliberação, a proposição de criação de um fundo de apoio à extensão, distribuído por meio de matriz de recurso orçamentário para cada universidade pública, processo que poderá ser elaborado como minuta de projeto de lei (FORPROEX, 2017; FORPROEX, 2018).

² De acordo com o relatório de pesquisa do IBEU, os cinco indicadores avaliados durante o estudo realizado pelo grupo de trabalho foram: Política de Gestão, Infraestrutura, Plano Acadêmico, Relação Universidade-Sociedade e Produção Acadêmica (IBEU, 2017).

Nesse escopo, como uma das frentes de atuação, o Encontro Nacional do FORPROEX em 2018 resultou na criação de uma comissão temporária para defender a incrementação do orçamento destinado à extensão universitária, apresentando como uma das ações pautadas, o fortalecimento político das Fundações e Agências de Fomento à Pesquisa, apresentando demandas estruturadas para que, considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, estabeleçam linhas de financiamento à extensão para compartilhamento dos recursos disponíveis nas IES, cumprindo, desta forma, a função social do fomento à ciência, tecnologia, arte, cultura e inovação social, desenvolvidas no âmbito da educação superior (FORPROEX, 2018).

Nota-se que a extensão insere-se como prática acadêmica objetivando interligar a organização do Ensino Superior, por meio de um diálogo bidirecional, nas ações de ensino e pesquisa com as demandas da população. Assume-se a possibilidade de produção de saberes na interface universidade-comunidade (pesquisa) e um novo significado de ensino que engloba todos os espaços, dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo histórico-social com as múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multidisciplinar, como exigência da própria prática (BRASIL, 2001).

Ademais, para refletir sobre a correlação entre as políticas públicas de extensão universitária, é necessário compreender seu caráter difuso, para além da dimensão própria de cursos, projetos, programas institucionais específicos das IES públicas e serviços prestados à população, ou seja, para além da política pública específica das universidades, a extensão poderá interagir com outras políticas públicas e setores do Governo, a exemplo do meio ambiente. Daí decorre a natureza especial da atividade de extensão universitária, quando estudada sob a perspectiva de interação universidade e demais segmentos da sociedade.

2.1.3 A Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e a Questão Ambiental

No Brasil, a reiteração histórica da articulação entre ensino e pesquisa, é de que a extensão universitária surgiu como uma forma de estender o conhecimento para a sociedade (divulgação de conhecimento e prestação de serviços), de benefício à

população carente (assistência) ou ainda voltada ao desenvolvimento na ditadura civil-militar, foi enfatizada por diversos autores como, Diniz (2012), Gurgel (1986), Nogueira (2005) e Silva (2008). Não obstante, outros autores como Freire (1982) e Melo Neto (2001) apresentam novas concepções sobre o termo extensão universitária.

Freire (1982) analisa o conceito de extensão sob o ponto de vista semântico e identifica que o termo indica a ação de “estender”. O mesmo autor aponta o equívoco gnosiológico da extensão e assevera que ela só tem sentido se tomar a educação como prática da “domesticação”. Essa extensão tem como finalidade substituir uma forma de conhecimento por outra e se tornar uma ação indiscutivelmente mecanicista.

[...] o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações. (FREIRE, 1982, p. 36).

Entretanto, segundo Freire (1982) esse conhecimento só é produzido através de uma dialogicidade na relação entre os partícipes das atividades extensionistas, isto é, por meio da “comunicação” onde ambos se tornam sujeitos de transformação da sociedade.

Gurgel (1986) afirma que a extensão universitária como elemento de ligação entre a universidade e a sociedade em que se insere, deve ser vista como um ambiente facilitador de estabelecimento de uma ligação com a classe trabalhadora, que permita um intercâmbio de conhecimentos, no qual a unidade de ensino aprenda a partir do saber popular e assessore as comunidades no sentido de sua emancipação crítica.

De acordo com Melo Neto (2001), há novas concepções de extensão universitária que seguem na perspectiva da produção do conhecimento, as quais consideram que a relação da universidade com a sociedade deve ser uma via de mão dupla: uma eventista-inorgânica limitada apenas na prestação de serviços, difusão da cultura e promoção de eventos; e outra processual-orgânica, a qual considera a extensão como contributiva do processo formativo do aluno e na produção de conhecimento da universidade. O autor define a extensão universitária como um trabalho social com uma utilidade definida, cujo resultado ou o produto desse trabalho chama-se conhecimento para a transformação social.

Diante disso, infere-se que a relação universidade e sociedade é de suma importância para ambas, na qual há uma produção de conhecimento crítico, reflexivo

e comprometido com a comunidade. E um dos espaços em que esta relação aparece é nas atividades extensionistas, por isso a relevância da compreensão das concepções desta função da universidade, sem dissociá-la do ensino e da pesquisa.

Quando da elaboração da Constituição Federal de 1988, o Fórum Nacional da Educação na Constituinte liberou a aprovação da emenda popular que tratava do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como paradigma de uma universidade socialmente referenciada e expressão da expectativa de elaboração de um projeto democrático de sociedade, que viera a se tornar o artigo 207 do texto constitucional: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (BRASIL, 2016, p. 123).

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão pode ser entendido como resposta às demandas populares por uma universidade socialmente responsável, que dialogue de modo eficaz com os diversos setores da sociedade e que propague a formação e produção de conhecimento em constante diálogo com as necessidades sociais (GONÇALVES, 2015). A respeito disso, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) reiterou que o princípio da indissociabilidade se refere a um conceito importante para o âmbito acadêmico, contribuindo para a aproximação entre universidade e sociedade, o conhecimento crítico, a emancipação teórica e prática dos discentes, e o significado social do trabalho desenvolvidos nas IES. A concretização desse princípio está ligada ao desenvolvimento de projetos coletivos de trabalho que são referenciados na avaliação e no planejamento institucional em prol do interesse social (ANDES, 2013).

Para Gonçalves (2015), a discussão e a construção coletiva do papel da universidade e de como a indissociabilidade pode e deve ser integrada administrativa e academicamente, perpassando a política de formação e de constituição do conhecimento, caracteriza-se como o principal desafio a ser enfrentado para a implementação e consolidação desse princípio no Ensino Superior.

Por acarretar mudanças significativas de compreensão acerca da universidade, da prática acadêmica, da formação para certas áreas do saber e do conhecimento que deve ser produzido, a consolidação do princípio da indissociabilidade ocorre de forma lenta e gradual (GONÇALVES, 2015). A indissociabilidade, nas palavras de

Moita e Andrade (2009), significa a necessária superação de dicotomias. A articulação apenas entre o ensino e a extensão, aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade atual, porém carece da pesquisa. Caso considere-se somente a articulação entre ensino e pesquisa, ganha-se em termos de difusão de tecnologias, todavia, há o risco de se perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final do saber científico – que, neste caso, é a sociedade. Por fim, se existir apenas a relação entre extensão e pesquisa, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade – que é originada através do ensino.

Por outro lado, a proposição da indissociabilidade como efetivo princípio formativo, envolve duas dimensões mais diretas (mas não únicas), nas universidades: a prática docente e a flexibilização curricular. A atividade docente universitária exige a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Integra a essa característica, a produção do conhecimento, assim como a socialização. A indissociabilidade infere também na atividade reflexiva e problematizadora do futuro profissional. Portanto, articula componentes curriculares e projetos de pesquisa e de intervenção, levando em consideração que a realidade social exige o emprego de uma pluralidade metodológica que não pode prender-se apenas a uma única disciplina. A pesquisa e a extensão, articuladas com a docência, precisam ir além do que se encontra de imediato em um determinado campo de visão, pois não se trata de pensar a extensão como diluição de ação, ou seja, para uso externo daquilo que a instituição universitária produz de interessante. O conhecimento científico gerado na universidade não serve para mera divulgação, mas sim para melhorar a sua capacidade de decisão (VEIGA, 2006).

Depreende-se, desta maneira, que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não pode ser tratada de forma isolada, como um princípio em si mesmo. Ela decorre de uma série de debates em torno da consolidação de um projeto de universidade, cuja formação e produção de conhecimento dialogam diretamente com determinadas questões que integram a sociedade (GONÇALVES, 2015).

Por isso, concorda-se com Chauí (2003), quando ela afirma que a universidade é uma instituição social e através dessa característica a mesma passa a exprimir, de forma determinada, a estrutura e a maneira de funcionamento da sociedade como um todo.

[...], a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. [...]. (CHAUI, 2003, p. 5).

A universidade, como berço do saber, não pode deixar em segundo plano a sua responsabilidade de pesquisar, debater, construir e difundir conhecimento. E, além disso, praticar ações voltadas às questões ambientais no âmbito de seu campo de interferência. Sabendo-se que as IES tem a sua empregabilidade embasada pelo tripé ensino, pesquisa e extensão, no tocante as questões ambientais, tal articulação é definida e dispõe de uma relevância inestimável (OLIVEIRA, 2009). Desta forma, a relação triparte mostra-se como condição *sine qua non* para a integração da abordagem ambiental na universidade, sobretudo, em decorrência das características transversais, multi e até transdisciplinar da questão ambiental e de toda educação daí oriunda (MARCOMIN; SILVA, 2009).

Sob a perspectiva do ensino, a universidade desempenha um importante papel na formação de profissionais capacitados para trabalhos interdisciplinares, articulando as diversas áreas de conhecimento na busca de alternativas para à problemática ambiental. A pesquisa possibilita a criação de experimentos e novas descobertas diante também das questões ambientais. Já na área da extensão, cabe a universidade difundir as tecnologias pesquisadas, aplicando-as em benefício da sociedade, provendo os indivíduos de recursos técnicos para a melhoria da qualidade ambiental. O papel da educação superior nas discussões sobre meio ambiente, no contexto da extensão universitária, vai muito além da relação ensino-aprendizagem interiorizada em salas de aula, ele avança no sentido de projetos e/ou programas extraclasse, com o objetivo de garantir alternativas e/ou soluções para a população no entorno (OLIVEIRA, 2009).

Oliveira (2009) ainda conclui que a universidade tem sua função na questão ambiental no que se refere a produzir informação sobre os problemas e propor soluções para superar tais desvios. O que é materializado em projetos de pesquisa (gerando conhecimento), e no desenvolvimento e difusão de novas tecnologias limpas e seguras (através de parcerias e redes de trabalho). Além da pesquisa e da extensão, o papel do ensino e educação para o meio ambiente visa sensibilizar diretamente os alunos e ainda influenciar os agentes tomadores de decisão. O que ocorre pela

reorientação dos currículos e pela criação de painéis de especialistas para assessorar os Governos, acompanhando, de forma crítica, as ações destes e de outros agentes sociais para manter o alinhamento com o compromisso socioambiental. Assim sendo, espera-se formar indivíduos com valores culturais e padrões comportamentais de correspondência social, que busquem soluções não somente para a problemática ambiental, mas também modificando e reorientando as práticas sociais não-sustentáveis.

Desta maneira, tanto o peso do tripé ensino, pesquisa e extensão quanto o fato de uma quantidade cada vez maior de pessoas estarem ingressando no Ensino Superior – as quais futuramente ocuparão a sua profissão no mercado de trabalho, fazem das universidades lugares privilegiados para o desenvolvimento de modelos sociais, devendo tais instituições assumir seu papel de forma mais ativa no processo de transição rumo a uma sociedade sustentável (OLIVEIRA, 2009).

As questões ambientais estão correlacionadas diretamente com as funções da universidade, já que a educação é fundamental para provocar mudanças no comportamento da sociedade, levando em consideração que a pesquisa científica e as inovações tecnológicas são as peças propulsoras para alcançar a sustentabilidade. Como patrimônio público, a universidade deve colaborar para a definição de responsabilidades para o desenvolvimento do pensamento crítico que possibilite a incorporação do meio ambiente em todos os seus aspectos. Caso contrário, será apenas uma instituição que atribui títulos e possibilita empregos melhores ou ainda desenvolve pesquisas financiadas pelos interesses das grandes corporações empresariais (ROCHA; BUTZE, 2011).

De acordo com Vaz et. al. (2010), no cenário ambiental atual, as IES possuem grandes obrigações já que, vão além dos limites da preocupação em ensinar e formar cidadãos, ocupando importância no contexto da sociedade, com a obrigação social de capacitar pessoas cientes da necessidade de garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado às futuras gerações. Para tanto, Lima e Golembiewski (2015) salientam que a universidade pode fortalecer a sua preocupação ambiental junto aos acadêmicos e a comunidade em que está inserida através da efetivação da sua função educativa. Essa condição nasce do reconhecimento de que a instituição universitária é uma organização capaz de compartilhar suas experiências com a

comunidade, contribuindo para que esta (comunidade) possa atingir um nível satisfatório de sustentabilidade e comprometimento com a causa ambiental.

Sob o ponto de vista de Philippi Junior et. al. (2004), a questão ambiental nas IES deve ser desenvolvida aliada à promoção da educação ambiental, entendendo-se este processo como transversal a todas as disciplinas e por meio do qual o indivíduo constrói valores, atitudes e conhecimentos voltados para a noção de sustentabilidade. A própria Lei nº 9.795/1999, que trata da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), dispõe sobre a educação ambiental como um processo educativo fundamental sendo que, a mesma deve estar presente, de forma articulada, em todas as modalidades do processo educativo, tanto no nível formal quanto no nível não-formal, devendo as instituições educacionais promovê-la de forma integrada em seus programas e projetos. Isto é tratado no artigo 10 da mesma Lei, o qual também aborda a importância da inclusão das questões ambientais na formação técnico-profissional:

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas. (BRASIL, 1999, p. 3).

Já a Resolução nº 002/2012, sancionada pelo Conselho Nacional de Educação, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, a qual sugere, dentre outras coisas, que as universidades devem promover sua gestão e a articulação ensino, pesquisa e extensão guiadas pelos princípios e metas da educação ambiental, além de orientar que os sistemas de ensino busquem as condições necessárias para que as instituições educacionais constituam-se em espaços educadores sustentáveis, formando uma integração entre currículos, gestão e edificações em relação harmônica com a natureza, tornando-se referência para seu território (BRASIL, 2012).

Em vista disso, nota-se que a educação ambiental passa a assumir cada vez mais uma função transformadora, na qual a corresponsabilização dos indivíduos

torna-se uma meta essencial para promover o desenvolvimento sustentável³. Entende-se, desta forma, que a educação ambiental é condição mais que necessária para modificar o quadro de crescente degradação ambiental a qual vivenciamos (JACOBI, 2003).

Embora a questão ambiental esteja mais explícita atualmente, historicamente, a relação da universidade com a dimensão associada ao meio ambiente sempre foi difícil já que, sua organização, que geralmente ocorre a partir de contextos departamentalizados – característica própria da estrutura universitária, tende a valorizar as especificidades, deixando como plano de fundo as posições pluralistas. Por conta disso, na maioria das vezes, as propostas interdisciplinares ficaram de fora dos debates (GUIMARÃES; TOMASIELLO, 2013). E, apesar da crescente importância atribuída ao meio ambiente, com o passar das décadas, o papel das IES ainda não está nítido nesse campo, principalmente no âmbito nacional. Nota-se que são poucas as ações que se enquadram nessa realidade (MOREIRA, 2013).

Nessa mesma linha de pensamento, Guimarães e Tomasiello (2013) dizem que só recentemente a universidade brasileira começou a trilhar o caminho rumo à implementação de políticas e programas direcionados ao alcance de um meio ambiente sustentável nas suas atividades e em seus territórios. As discussões ambientais demonstram, enfim, estar adentrando o seu período de maturidade, na qual algumas concordâncias conceituais já permitem o avanço em direção à prática dos discursos de desenvolvimento sustentável. Assim, a criação, avaliação e difusão de instrumentos e modelos em prol do meio ambiente em espaços universitários são certamente experiências inovadoras e fundamentais para a inserção de tal temática nas IES.

Considerando as discussões dos autores, sob diversos enfoques e em diferentes contextos, fica evidente que, seja pelo ensino, pela pesquisa ou pela extensão, a universidade têm papel basilar na questão ambiental. Observa-se ainda o grande desafio das universidades, transcendendo as exigências de formação técnica e científica e assumindo cada vez mais o dever de formar pessoas conscientes de sua função social, dentro do espírito da temática ambiental (OLIVEIRA, 2009).

³ De acordo com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD (1988), desenvolvimento sustentável é definido como aquele capaz de atender às demandas das presentes gerações sem interferir na possibilidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades.

2.2 O PAPEL DO PODER PÚBLICO PERANTE A QUESTÃO AMBIENTAL

O presente subcapítulo trata do direito humano fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, que ficou conhecido mundialmente, e, mais tarde, viera a ser destacado pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 225. Além disso, aborda a obrigação constitucional do poder público (em atenção especial aos deveres e fundamentos para a sua atuação) e de toda a sociedade perante as questões ambientais, no intuito de proteger os recursos naturais para as presentes e futuras gerações.

Para tanto, procurou-se explicitar a conceituação de políticas públicas e de políticas públicas ambientais, visando traçar o percurso histórico da política pública ambiental brasileira, assim como a importância da responsabilidade da administração pública na sua formulação e implementação.

2.2.1 O Direito Humano Fundamental ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado

A percepção de que as questões relacionadas ao meio ambiente não se restringe somente à problemática ocasionada crise ambiental, mas engloba um universo mais amplo e complexo, que envolve todo o planeta e pode expor riscos à saúde mundial, foi fundamental para a inserção dessa discussão na esfera de proteção dos direitos humanos (TRINDADE, 1993).

Levando em consideração que a matéria ambiental não é responsabilidade exclusiva dos Estados, mas sim dever de toda a sociedade, consagra-se que as Constituições dos diversos países passaram a tratar o meio ambiente como direito humano fundamental. Decorrente desse entendimento, nasce a obrigação das Nações de preservar a natureza como forma de proteger a sociedade como um todo (CAMPOS, et. al., 2011).

Foi através da Declaração de Estocolmo, em 1972, em observância a linha dos princípios consignados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, por ocasião da Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano, idealizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), o reconhecimento do desenvolvimento sustentável. A referida Declaração impôs o dever de proteger melhor o meio ambiente

para as presentes e futuras gerações e estabeleceu a obrigação de cuidado com a natureza baseada na ideia de que a saúde da população depende diretamente do equilíbrio ambiental (SOUTO, 2008).

Diante dos tratados e convenções internacionais, surgiram os princípios que nortearam a elaboração das leis ambientais, assim como as diretrizes direcionadas ao poder público para a definição de políticas ambientais ao nível nacional e local. No ramo do direito, existe um conjunto de princípios que tratam do direito ambiental, constituindo-se como verdadeiro núcleo central na qual as normas são constituídas. Dentre tais princípios, salienta-se o “Princípio do Direito Humano Fundamental ao Meio Ambiente”, já que dele decorre todos os outros: da prevenção e precaução, do poluidor-pagador, da publicidade e da informação (CAMPOS, et. al., 2011).

Os direitos fundamentais são reconhecidos em todo o mundo, através dos pactos, tratados, declarações e demais instrumentos de caráter internacional. Esses direitos nascem com os sujeitos e são proclamados, isto é, eles preexistem a todos os organismos políticos e sociais, não sendo permitida a sua retirada ou restringidos pelas instituições governamentais, que, por sua vez, devem proteger tais direitos de qualquer violação (CAMPOS, et. al., 2011).

Salienta-se que por conta da evolução do reconhecimento dos direitos fundamentais e da organização jurídico-estatal, houve a concretização do reconhecimento do direito constitucional ao ambiente e de sua tutela jurídica. Inicialmente, os direitos fundamentais tiveram sua significação ampliada, conferindo-lhe atuação prestacional, ou seja, ao Estado é atribuída a responsabilidade de efetivar certos direitos da sociedade. Mais tarde, com o advento da crise ambiental, conjeturou-se a necessidade da adoção do bem ambiental no âmbito de proteção constitucional como direito fundamental (MALGARIM, 2007). O direito humano fundamental ao meio ambiente está inserido no artigo 225 da Constituição Federal de 1988, refletindo o seu tempo, buscando responder as necessidades da pessoa humana por qualidade de vida, e para atingir esta finalidade, por solidariedade:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 2016, p. 131).

Constata-se que o reconhecimento do direito ao ambiente e sua inserção no texto constitucional abrange tanto o caráter fundamental como o difuso. Fundamental

porque o seu conteúdo normativo apresenta estreita relação com outros direitos fundamentais como, a vida, saúde e dignidade. No mesmo viés, é difuso porque diz respeito à todos, sem distinção, tendo em vista que tal artigo dirige-se a uma coletividade indeterminada de indivíduos (OLIVEIRA; MONTEIRO, 2014).

O texto constitucional deixa transparecer que a preocupação com a preservação do meio ambiente ultrapassa o plano das presentes gerações, e busca proteção para as gerações futuras, pois foi conferido ao Estado e aos indivíduos o dever de proteger a natureza para as presentes e futuras gerações. Salienda ser o direito fundamental intergeracional de participação democrática, e, como consequência, extrapola, em sua abrangência, o direito nacional de cada Estado soberano e atinge um nível intercomunitário, caracterizando-se como um direito que rodeia a toda sociedade (MALGARIM, 2007).

Vale destacar ainda que nada mais democrático que configurar na Constituição a responsabilidade compartilhada e solidária entre Estado e sociedade civil na preservação da natureza. O próprio artigo 225 confere essa prerrogativa, considerando que o Estado assume a função de gestor do direcionamento de alternativas de efetividade de um ambiente protegido em detrimento da visão que o reputa como único centro de poder das decisões concernentes à natureza (LEITE, 2007). Assim, é possível concluir que existe uma verdadeira consagração da política ambiental, bem como uma obrigação jurídica constitucional atribuído ao Estado e aos indivíduos (CANOTILHO, 2007).

Neste cenário, o texto constitucional ainda impõe uma orientação de todo o ordenamento infraconstitucional, ficando em destaque o reconhecimento do direito-dever ao meio ambiente. A preservação da natureza passa a ser o alicerce em que se assenta a política econômica e social pois, uma vez presentes em um sistema constitucional, as normas incumbidas aos demais ramos jurídicos que mantém relação com o amplo conceito de meio ambiente não pode ser aplicada sem levar em consideração as normas ambientais que impregnam a ideologia constitucional. Desta forma, por determinação constitucional, as questões ambientais devem ser consideradas em posição de destaque nas decisões que envolvam políticas que, de certa forma, afetem a natureza, quer no presente ou no futuro, dado o caráter solidarista assumido pelo direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (MALGARIM, 2007).

Dentro dessa perspectiva, o direito humano fundamental ao meio ambiente configura-se como uma extensão do direito à vida, sem o qual nenhum indivíduo pode exigir a proteção dos seus direitos fundamentais infringidos. A vida tutelada, por sua vez, transcende os estreitos limites de sua simples atuação física, englobando também o direito à sadia qualidade de vida em todas as suas dimensões. Sendo a vida um direito reconhecido universalmente como um direito humano básico, o seu gozo é condição *sine qua non* para o gozo de todos os demais direitos humanos (TRINDADE, 1993).

Para Campos et. al. (2011), o direito ao desenvolvimento sustentável está interligado na medida em que, violar o meio ambiente, é violar o direito humano à qualidade de vida, de onde se infere a necessidade de compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com o equilíbrio ecológico. Com isso, o meio ambiente é consagrado como direito fundamental, e, dessa recente compreensão, decorre a obrigação das Nações de preservar a natureza como forma de proteger a sociedade, independente de classe econômica.

Observa-se que o direito fundamental é, simultaneamente, um direito social e individual uma vez que, tal direito de fruição ao meio ambiente ecologicamente equilibrado não decorre de nenhuma prerrogativa privada. Outrossim, não é permitido em nome desse direito apropriar-se de forma individual de parcelas do meio ambiente para consumo privado, porque este é bem comum do povo. Portanto, a realização individual do direito fundamental está ligada diretamente à realidade social. A conjugação de interesses nessa relação diz respeito as liberdades individuais como indissociáveis das liberdades sociais e coletivas na concepção de direito fundamental (MALGARIM, 2007).

Diferentemente dos chamados direitos da primeira geração (direitos individuais e políticos) – caracterizado pela garantia do sujeito diante do poder do Estado, e dos direitos da segunda geração (direitos sociais, culturais e econômicos) – identificados pela obrigação de prestação positivas do Estado em benefício do indivíduo; o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado à sadia qualidade de vida integra a terceira geração dos direitos fundamentais (SOUTO, 2008).

A terceira geração dos direitos fundamentais é marcada pelo alto teor de humanismo, porque destinam-se não somente à proteção de direitos individuais ou de

determinados grupos e não se restringem há certo momento. Trata, sobretudo, dos direitos difusos e da proteção do patrimônio histórico, cultural e ambiental, visando reprimir os problemas ambientais e assegurar uma vida digna (CAMPOS, et. al., 2011). Essa geração dos direitos diz respeito ao dever de colaboração de todos os Estados e de todos os indivíduos e transforma um fator coletivo justificador de um outro nome dos direitos em causa: “direito dos povos” (CANOTILHO, 2007). Assim, os direitos da terceira geração tendem a se fortalecer ainda mais no século atual, enquanto direitos que destinam-se à proteção dos interesses dos indivíduos, de um determinado grupo ou Estado, e têm por primeiro destinatário o próprio gênero humano, num momento expressivo de sua afirmação como valor fundamental, em termos de existencialidade concreta (SARLET, 2006).

Nesse mesmo viés, a característica primordial do direito humano fundamental ao meio ambiente e os direitos da terceira geração, reside na sua titularidade coletiva, por vezes indefinida, em que pese ficar preservada sua dimensão individual, que carece de novas técnicas de garantia e proteção. Sarlet (2006) confirma que os direitos fundamentais podem ser considerados como “direitos de solidariedade e fraternidade”, de modo especial em virtude de sua aplicação universal, e por conferirem esforços e responsabilidades em grandes escalas para alcançar a sua efetivação.

Embora a defesa do meio ambiente faça parte dos chamados “direitos de solidariedade e fraternidade”, compondo o grupo dos direitos da terceira geração, tal cenário não impossibilita a inter-relação com as demais dimensões de direitos (tanto com os da primeira quanto com os da segunda geração), uma vez que essas categorias apresentam cunho apenas didático, sendo certo que uma dimensão de direitos não substitui a outra, mas interage com ela. Portanto, afasta-se a noção de sucessão de direitos, adotando-se a ideia da expansão e associação, considerando que a interdependência constitui uma das principais características dos direitos fundamentais (SOUTO, 2008).

É possível afirmar que os novos direitos humanos vem incorporando em seu sistema a proteção dos bens e serviços ambientais comuns da humanidade, e, cada vez mais, as lutas dos grupos sociais por sua autonomia local e regional vão reivindicando o direito aos recursos naturais. Cabe ao cidadão, procurar se familiarizar com os mecanismos de participação comunitária pelos quais possam fazer jus seus

direitos legais objetivando interferir nas questões ambientais, visando encontrar alternativas eficazes para os problemas ambientais, melhorar sua qualidade de vida e assegurá-la aos seus futuros descendentes, pois na visão de Fernandes et. al. (2014, p. 6):

[...] a participação popular na gestão ambiental sem margens de dúvidas é acompanhada das devidas informações a respeito do meio ambiente que as autoridades públicas dispõem, fazendo assim, necessário, que todos caminhem juntos visando um único objetivo, tanto quanto, governo e população à sustentabilidade do meio ambiente.

Além disso, é preciso que os sujeitos realizem uma apreciação crítica e reflexiva acerca do modelo de desenvolvimento vigente, que gera o atual quadro de degradação ecológica e examine mecanismos de soluções que impliquem diretamente na busca pelo desenvolvimento sustentável (CAMPOS, et. al., 2011).

2.2.2 O Poder Público e a Obrigação com a Questão Ambiental

A positivação do direito ao desenvolvimento sustentável assenta-se na preocupação do texto constitucional com a recente crise ambiental vivenciada atualmente pela sociedade, cujos padrões de desenvolvimento econômico e social, distanciados da preocupação com seu entorno, colocou o ser humano como verdadeiro degradador do meio ambiente, e, ao mesmo tempo, como parte integrante desse meio em virtude do modelo capitalista de produção (SOUTO, 2008).

Na tentativa de propor-lhe os caminhos jurídicos apropriados a serem trilhados para a alternativa mais adequada e célere da problemática ambiental do mundo contemporâneo, o artigo 225 da Constituição estende à sociedade o direito ao gozo de um meio ambiente equilibrado e a obrigação do poder público no dever fundamental de protegê-lo e preservá-lo, assegurando o cumprimento da norma. Assim, o poder público passa a figurar como verdadeiro gestor, e não mais como proprietário dos bens ambientais, alargando, deste modo, o dever estatal de informar e possibilitar a participação da sociedade civil em suas ações de gestão e proteção (SOUTO, 2008).

A análise do constitucionalismo brasileiro permite compreender que a proteção ambiental foi estabelecida de maneira específica e global, uma vez que incumbiu aos poderes públicos federal, estadual e municipal, assim como a coletividade, o dever da defesa das questões ambientais, por ser a natureza um patrimônio comum a todos

(LENZA, 2008). Por outro lado, Moraes (2007) expõe que é novidade mundial incluir o município como ente da Federação, sendo que esta inclusão veio acompanhada de atribuições particulares e comuns com os Estados e União, destacadas pela Constituição. Ao estabelecer essa premissa, a Constituição reestabeleceu a autonomia municipal prescrevendo tratamento diferenciado à entidade local e permitindo competência para elaboração da Lei Orgânica, bem como a capacidade de organização, de autogoverno e ações legislativas próprias, de autoadministração e autonomia financeira (CAMPOS, et. al., 2011).

O poder público é constituído por órgãos dotados de autoridade que exercem importante papel perante o meio ambiente. Isto ocorre, sobretudo, porque o mesmo detém o poder-dever de pautar políticas públicas de Estado, editar leis e fiscalizar o seu cumprimento, além de ser responsável por reunir as condições necessárias para conduzir o comportamento de uma comunidade e espreiar a relevância e o significado das questões ambientais. Assim, através de sua organização político-administrativa, o poder público, legitimado legalmente pela soberania popular, passar a exercer autoridade significativa em matéria ambiental, atuando, muitas vezes, como agente de mudanças e ruptura de paradigma (OLIVEIRA; MONTEIRO, 2014).

Nesse contexto, o poder público, frente ao comando imperativo das normas e perante a importância dada à natureza, passa a ter como obrigação controlar os recursos ambientais, tais como, a água, o ar, o solo, a fauna e a flora, que são patrimônios históricos de cada Nação.

Como obrigação, cabe ao gestor público administrá-los e prestar contas de sua gestão sobre a utilização desses recursos, que são considerados “de uso comum do povo”. A responsabilidade do Estado perante as questões ambientais exige dos gestores públicos uma postura de compromisso para com todos os recursos, sejam eles de cunho ambiental, social, econômico ou político, tendo em vista que é sob suas respectivas obrigações que se encontram administrados esses bens. Então, não há que se falar em tutela ambiental do gestor público sem considerar o papel fundamental do Estado para estabelecer a ordem jurídica e a ordem social. É nesse viés que os Estados devem se ater muito mais com o meio ambiente do que com os sujeitos da coletividade, para que as gerações que não tiverem a possibilidade de protestar tenham um Estado curador dos interesses das gerações que estão por vir (LENZA, 2008).

Da análise do rol das normas específicas do artigo 225 do texto constitucional (do parágrafo § 1º e incisos I ao VII), faz-se importante uma análise sintética dos deveres atribuídos ao poder público para a tutela do meio ambiente, os quais revelam o nível de detalhamento das normas ambientais presentes no ordenamento jurídico brasileiro e as justificativas para a identificação de outros instrumentos que conduzam à concretização de tais normas (SOUTO, 2008).

A primeira missão atribuída ao poder público consiste em preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas. Esse dispositivo refere-se a proteção do meio ambiente natural ou sua recuperação de forma abrangente, envolvendo nesse processo os elementos bióticos e abióticos, que, interagindo entre si, formam um conjunto harmonioso que gera condições para o surgimento de vida. A promoção do manejo ecológico é realizada por meio da administração planejada das espécies de fauna e flora que são transferidas de ambiente sempre que necessário para barrar a extinção de ambas em determinado ecossistema (SIRVINSKAS, 2008).

Do mesmo modo, compete ao poder público preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético. Através desse dispositivo, pode-se extrair a sustentação jurídica para a manipulação de organismos que sofrem modificações genéticas, dando-se origem a novas espécies úteis ao ser humano. A essencialidade ecológica está concentrada diretamente na existência da vida na Terra já que, em sendo maior a diversidade, conseqüentemente será maior a probabilidade de vida e adaptação às recentes mudanças. Em relação à fiscalização da pesquisa, pretende-se a fixação de regras que ponham limites à manipulação do material geneticamente modificado, com o objetivo de evitar a invasão de espécies exóticas que causem severas alterações nos ecossistemas locais (SIRVINSKAS, 2008).

A Constituição também incumbe ao poder público a tarefa de definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção. Trata-se de um dispositivo que define os espaços territoriais, principalmente os protegidos, isto é, aqueles de preservação permanente, as reservas florestais legais e demais áreas de proteção especial (MILARÉ, 2011).

Outra importante missão conferida ao poder público visa exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade. Depreende-se por esse dispositivo, que é de competência do Estado exigir, sob a hipótese proposta, estudos antecipados de impacto ambiental, sendo esse um dos instrumentos mais importantes para a proteção do meio ambiente constante na Lei nº 6.938/1981, a Política Nacional do Meio Ambiente. Do mesmo modo, destaca-se dois princípios: o da prevenção (face ao estudo prévio do empreendimento) e o princípio da integração (que trata da integração do meio ambiente às alternativas de ação dos poderes públicos e privados, além da divulgação das informações de seu conteúdo a ser debatida em audiência pública) (SIRVINSKAS, 2008).

A Constituição estabelece também ao poder público a função de controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente. Em razão da proteção do meio ambiente integrar um dos deveres do Estado, a Constituição possibilita que o poder público interfira nas atividades econômicas de caráter privado com a finalidade de impedir danos à vida humana e à qualidade de vida ambiental. Tem-se, então, a aplicação do princípio do poluidor pelo poder público (COUTINHO, 2009). Entende-se que o principal objetivo desse dispositivo é estimular a adoção de tecnologias e ferramentas de desenvolvimento de produção mais limpa, e de novas estratégias de controle de poluição e fontes de contaminação à natureza (SIRVINSKAS, 2008).

Outro dever imposto ao poder público refere-se à promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. A fim de propiciar a adequada proteção ambiental, a Constituição também estabelece a educação ambiental, através da qual pretende-se formar uma consciência ambiental, de modo a proporcionar o melhor gerenciamento e utilização dos recursos ambientais em prol do interesse social. Ou seja, tal medida visa estimular a construção de valores, conhecimentos, atitudes, habilidades e competências nos indivíduos sobre a importância da proteção do meio ambiente, face as consequências negativas que a sua violação pode trazer para todos os seres vivos (COUTINHO, 2009).

Por fim, a Constituição prevê que é dever do poder público proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. Tal medida, tem como finalidade proteger o direito à vida, através do correto gerenciamento dos recursos vivos e naturais. A proteção à fauna, à flora e aos vários ecossistemas existentes deve ser um objetivo presente constantemente na atividade estatal (COUTINHO, 2009).

Em relação aos fundamentos para a atuação do poder público, o artigo 37 da Constituição proclama que “[...] a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]” (BRASIL, 2016, p. 36). Tais princípios constituem como o nexos na fixação de diretrizes para a atuação do Estado. Além deles, Coutinho (2009) relaciona outros conjuntos de princípios e/ou fundamentos, os quais se relacionam com a proteção ambiental.

O poder conferido a Administração Pública tem como finalidade possibilitar que a mesma desempenhe a função para a qual foi criada, ou seja, a satisfação das demandas sociais. É assim que nasce o princípio da supremacia do interesse público. Tal princípio, divide-se de acordo com a doutrina: interesse público primário – que diz respeito ao interesse da sociedade e interesse público secundário – que se refere ao interesse da administração pública, enquanto ente estatal, visando à consecução dos objetivos do Governo. Conclui-se que o interesse público que deve servir de base para os direitos fundamentais é aquele correspondente aos valores demandados pela sociedade, assim como aos objetivos do Estado que é considerado como o representante dos interesses sociais em todas as tomadas de decisões (COUTINHO, 2009).

Já o princípio da indisponibilidade do interesse público, se justifica em detrimento da natureza dos bens tutelados pela Administração Pública. Entende-se que o interesse público é tido como o interesse do corpo social, da coletividade, fato pelo qual, o gestor público não pode dele dispor porque este não lhe pertence. Daí, o poder público é um mero “curador” de interesses coletivos. Ou seja, por se referir à bens coletivos, não são dispostos livremente, pois se trata de um bem de uso pertencente a toda a sociedade, possuindo caráter indisponível. O mesmo princípio também é aplicado às questões ambientais, como preconiza a Constituição: o meio

ambiente é um direito fundamental de todos, e por ser um bem de uso comum, tem caráter indisponível. Essa disponibilidade tem como função conferir aos bens jurídicos tutelados maior proteção pelo ordenamento jurídico possibilitando assim, a aplicação de medidas protetivas sempre que estes forem ameaçados (COUTINHO, 2009).

O princípio da natureza pública da proteção ambiental parte da premissa de que, pelo fato do meio ambiente constituir-se como um bem de uso coletivo, a sua proteção deve ser feita visando o bem-estar da coletividade. Tal princípio ainda possui fundamentação legal para a obrigatoriedade da intervenção estatal visto que, faz referência a um direito de interesse público. Porém, por possuir natureza de uso coletivo, o meio ambiente não se insere entre os bens suscetíveis de disponibilidade pelo Estado, de tal modo que a proteção ambiental deve buscar garantir a qualidade de vida e saúde da sociedade, sobrepondo-se aos interesses individuais (COUTINHO, 2009).

Cabe ao Estado a missão de cuidar da natureza. Para isso, é necessário que o mesmo passe a fiscalizar e orientar a população acerca dos limites para o adequado uso dos bens naturais, o que pode ser realizado através das polícias administrativas. Assim, o princípio do controle do poluidor pelo poder público permite a realização de intervenções estatais visando a preservação e manutenção dos bens ambientais, de forma a permitir a sua adequada utilização e disponibilidade permanente. Na medida em que os limites são estabelecidos pela ação do poder de polícia, a Administração Pública aplica, de modo coercitivo, as normas necessárias para que se reduza a problemática ambiental. Assim, sempre que a preservação da natureza estiver exposta à riscos, cabe ao poder público intervir visando o uso consciente do meio ambiente por parte da sociedade (COUTINHO, 2009).

Outro princípio destacado é o da consideração da variável ambiental no processo decisório de políticas de desenvolvimento, ou seja, sempre que o poder público tiver que se posicionar sobre determinada política nessa seara, precisará analisar o seu impacto em relação a natureza, a qual também deve ser protegida. A relevância desse princípio constitui como uma alternativa eficaz para minimizar os danos ambientais, permitindo que as atividades do Estado, bem como do setor privado, se influenciem pelo desenvolvimento ecologicamente sustentável. Para tanto, é necessária uma política pública voltada para a gestão ambiental, onde as ações

estatais considerem em seu processo a sociedade e conseqüentemente a preservação do meio ambiente (COUTINHO, 2009).

A proteção do meio ambiente pelo poder público também é justificada pelo que se convencionou a chamar de princípio da natureza dos bens jurídicos tutelados, o que permite a sua atuação preventiva. A atuação estatal no novo panorama jurídico deve valer-se por fundamentos de direito administrativo e ambiental, os quais devem agir como orientadores a fim de propiciar a adequada utilização dos recursos naturais, assim como na proteção de outros direitos básicos, como a defesa da vida, qualidade de vida e a dignidade da pessoa humana (COUTINHO, 2009).

Salienta-se que a Constituição assegura a ordem jurídica da supremacia do interesse social tendo como direcionamento a reponsabilidade do poder público perante seus atos, pois como ente supremo e representante da ordem pública, este tem a obrigação de assumir as suas responsabilidades decorrentes das suas funções. Por meio da premissa supracitada, o instituto da responsabilidade ambiental do poder público se configura como sendo objetivo, ou seja, lhe cabe resguardar a obrigação constitucional de preservar o meio ambiente, visando a sua preservação e manutenção (OLIVEIRA; MONTEIRO, 2014).

2.2.3 Responsabilidade do Poder Público pela Implementação de Políticas Públicas em Matéria Ambiental

O poder público tem o dever de dispor à população o acesso a determinados serviços, cabendo-lhe assegurar certos direitos básicos aos cidadãos. Sabe-se que o Poder Executivo, além de executar leis, tem a função de determinar suas políticas e programas sociais em cumprimento aos ordenamentos legais (COUTINHO, 2009).

Para uma melhor compreensão do tema abordado, faz-se oportuno um breve conceito do que é uma política pública. Bucci (1997, p. 95), apresenta a diferença entre política e políticas públicas, afirmando que:

A política é mais ampla que o plano e se define como o processo de escolha dos meios para a realização dos objetivos do governo com a participação dos agentes públicos e privados. Políticas públicas são os programas de ação do governo para a realização de objetivos determinados num espaço de tempo certo.

Por sua vez, Secchi (2017) conceitua política pública como uma diretriz para a resolução de um problema público. Em outras palavras, é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém, sendo que tais atividades ou passividades dessa orientação também integram a política pública. Neste cenário, a passividade surge como a ausência de interesse ou negligência perante um problema público. O mesmo autor salienta que o que define se uma política é pública, é a sua finalidade de responder a um problema público, independente do tomador de decisão da política ter personalidade jurídica estatal ou não estatal.

O termo políticas públicas possui outros significados que privilegiam aspectos diversificados como, ações, processo decisório, atores políticos e planejamento (PECCATIELLO, 2011). Appio (2004) reporta que as políticas públicas no Brasil se desenvolvem em duas frentes: políticas públicas de caráter social e políticas públicas de caráter econômico, ambas apresentam em seu entorno sentidos complementares e um objetivo comum, que é o de impulsionar o desenvolvimento de todo um país, através da melhoria das condições de vida dos indivíduos. O mesmo autor ainda preconiza que:

As políticas públicas podem ser conceituadas, portanto, como instrumentos de execução de programas políticos baseados na intervenção estatal na sociedade com a finalidade de assegurar igualdade de oportunidades aos cidadãos, tendo por escopo assegurar as condições materiais de uma existência digna a todos os cidadãos. [...]. (APPIO, 2004, p. 217).

Pela definição, nota-se que as políticas públicas devem obrigatoriamente estar direcionadas a realizar às atribuições previstas constitucionalmente, portanto, os programas elaborados pelo poder público devem balizar-se nos direitos previstos, ainda que de modo genérico na Constituição, considerando que promover o desenvolvimento humano, proteger o cidadão e incentivar as atividades econômicas, constituem uma das principais atribuições do Estado (COUTINHO, 2009).

No âmbito das políticas públicas, o planejamento estatal visa o atingimento do interesse público e assim, o cumprimento da opção já levada a efeito pelo legislador que, ao criar as metas em planos de ação executiva deve, junto com o gestor público, observar os princípios de igualdade e justiça social que entrelaçam o ordenamento constitucional. As normas constitucionais balizam o legislador, ao passo que os mecanismos utilizados pelo gestor público são as regras constitucionais e os textos infraconstitucionais que estejam de acordo com a ordem constituída. Neste ínterim,

as políticas públicas contempladas em legislação ordinária incubem o gestor da sua aplicação e regulamentação, de forma teórica e prática (COUTINHO, 2009).

Entende-se que as políticas públicas podem ser interpretadas como um conjunto de planos e programas de ação traçados pelos agentes investidos de poder estatal ao estabelecerem diretrizes, metas e objetivos voltados à garantia dos direitos fundamentais através da intervenção no domínio social. Vê-se que as políticas públicas possuem fundamentação na existência dos direitos sociais, que se realizam por meio de prestações positivas do poder público (KUNTZ; VOLPATO, 2015).

Existe uma relação direta entre problemática ambiental e políticas públicas. As demandas da sociedade exigem intervenções político-administrativas, realizáveis através do aparato legal e das políticas públicas. Percebe-se que tais demandas, configuram-se cada vez mais como demandas socioambientais, carecendo de mudanças contextualizadas no tempo e espaço (PECCATIELLO, 2011).

Na seara ambiental, o poder público deve lançar mão de políticas públicas como forma de atuar em defesa do meio ambiente como forma de evitar sua degradação, utilizando de todos os instrumentos à sua disposição para manter o equilíbrio ecológico. Na visão de Arena Filho (2015), são políticas públicas ambientais, o conjunto de mecanismos elencados em programas de ação governamental quando se tem como principal objetivo, a garantia do direito fundamental ao meio ambiente equilibrado.

De acordo com Prado (2013, p. 68) “[...] toda política ambiental deve procurar equilibrar e compatibilizar necessidades de industrialização e desenvolvimento com as de proteção, restauração e melhora do ambiente”.

Para Philippi Junior et. al. (2004, p. 688):

Como política é o conjunto de diretrizes advindas da sociedade, por meio de seus vários grupos, os programas de ação e sua execução destinam-se a atingir seus objetivos. Quando esses objetivos estão relacionados com a proteção do meio ambiente, tem-se a política ambiental.

Os mesmos autores dizem que as políticas públicas ambientais são consideradas condições fundamentais e suficientes para estabelecer um *modus vivendi* em conformidade com a capacidade de suporte territorial e com o desenvolvimento autossustentável. Por fim, eles ainda preconizam que:

[...] a saúde ambiental e a política ambiental são milenares. [...] O desenvolvimento da agricultura [...] e o uso da madeira para cozinhar e

aquecer no inverno levaram as populações a se assentar em forma de povoados e cidades, assim foram surgindo e as normas ambientais e de saúde [...] e se tornando mais numerosas e mais detalhadas. (PHILIPPI JUNIOR, et. al., 2004, p. 689).

No que se refere às políticas públicas ambientais no Brasil, cabe destacar que, historicamente, no país sempre predominou uma economia fortemente exploratória dos recursos naturais, pautando todo seu desenvolvimento (econômico, político e social) na produção de produtos primários como, agricultura, pecuária, extração de metais preciosos e de madeira, de maneira agressiva e predatória (SALHEB, et. al., 2009).

Isso começou desde o período colonial com a monocultura da cana de açúcar, depois a mineração, seguida pelo café, mas, com mais fervor, ficou bastante marcado durante a ditadura militar, entre os anos 1960 e 1970, em que a política nacional visava “integrar para não entregar”, numa clara alusão à necessidade urgente de ocupação dos vazios demográficos da região norte, o que significava, em outras palavras, ocupar a Amazônia a qualquer custo. (SALHEB, et. al., 2009, p. 13).

Essa pretensão provocou uma elevação nos índices de devastação da floresta, agredida pela indústria da madeira, da agropecuária e do minério. E, enquanto ocorriam tais “mudanças”, o crescimento econômico das regiões sul e sudeste do país contribuíam para a difusão da industrialização de bens de consumo, porém com custos elevadíssimos a natureza, como, a destruição das matas ciliares e seus ecossistemas; a poluição de nascentes e bacias hidrográficas nas proximidades das áreas urbanas e a intensificação da poluição sanitária decorrente da explosão do movimento de urbanização – êxodo rural (SALHEB, et. al., 2009).

Em virtude disso, enfatiza-se que a reflexão sobre a conjuntura de políticas públicas ambientais obriga a reflexão acerca da origem em que estas foram formatadas no Brasil e quais legados puderam deixar. Salienta-se que o resgate histórico dará subsídios para a compreensão das principais características encontradas nas políticas públicas com a característica predominantemente ambiental.

Como descrito por Monosowski (1989), basicamente, a política ambiental brasileira se desenvolveu a partir de quatro abordagens estratégicas, no período correspondente de 1930 até o ano de 1988, quais são: a administração dos recursos naturais; o controle da poluição industrial; o planejamento territorial; e a gestão integrada dos recursos. Essa categorização assina os principais objetivos de cada etapa associada à evolução histórica, porque somente o critério cronológico, não

abordaria a característica de permanência até os dias atuais de muitas das estratégias adotadas.

A primeira etapa ocorre a partir dos anos de 1930, caracterizada pela regulamentação da apropriação dos recursos naturais em amplitude nacional, focada nas necessidades da industrialização e urbanização. Nesse período, foi criada a maioria dos mecanismos legais (destaca-se a criação do Código das Águas, Código Florestal e Código de Mineração em 1934) que dariam suporte à criação de áreas protegidas no Brasil, embora essa questão não vinha sendo tratada desde 1989, ano da instituição da República (PECCATIELLO, 2011).

A segunda etapa ganha força a partir da década de 1970, cuja abordagem baseava-se no controle da poluição ambiental. Um evento decisivo que ocorreu nesse período foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em 1972, em Estocolmo, na Suécia. O Brasil contribuiu pouco nessa ocasião, mostrando-se relutante quanto à priorização do meio ambiente em sua agenda governamental, tendo em vista que as ações mostraram-se contrárias aos objetivos imediatos de crescimento econômico adotados naquele período (PECCATIELLO, 2011). E como bem assiná-la Monosowski (1989), a fragilidade das políticas ambientais eram perceptíveis, considerando que as estratégias elaboradas atacavam determinados efeitos do modelo de desenvolvimento, porém sem questionar a sua finalidade – que era a de minimizar a problemática ambiental que poderia comprometer, em certas áreas, o bom andamento das atividades produtivas. Tal abordagem, ainda buscava respostas a respeito de uma pressão da opinião pública, sensibilizada pela degradação do ambiente urbano.

Como um desdobramento da etapa anterior, a abordagem estratégica de planejamento territorial também ocorreu a partir da década de 1970. Essa etapa foi marcada pelo crescimento da urbanização e das regiões concentradas em metrópoles já que, os recursos naturais tornaram-se cada vez mais escassos, o que gerou um estado de alerta em relação a importância de ordenação territorial como um instrumento de política preventiva dos impactos à natureza. As ações de controle ficaram concentradas nas atividades privadas, direcionadas para a delimitação das áreas industriais e para a concentração das atividades potencialmente poluidoras nas principais regiões metropolitanas do país (PECCATIELLO, 2011). Entretanto, as políticas ambientais ainda continuavam urbanas, sendo o espaço rural excluído de

qualquer controle para que seus recursos estivessem expostos às formas de apropriação mais rentáveis a curto prazo (MONOSOWSKI, 1989).

Na década de 1980 acontece a quarta etapa, denominada gestão integrada de recursos. Destaque especial nesse momento para a criação da Política Nacional de Meio Ambiente. Essa Política foi inovadora na época, pois determinou a responsabilização do Estado por suas ações no ambiente, o qual passa a ser obrigado a seguir a norma ambiental, além de adotar instrumentos para viabilizar sua aplicação, como a avaliação dos impactos ambientais e as penalidades legais ou compensatórias ao não cumprimento das medidas de preservação e correção da degradação ambiental (PECCATIELLO, 2011). Percebe-se que o caráter conservacionista passa a ser mantido pela política ambiental brasileira, onde ganha destaque aspectos de restrição a utilização dos recursos e espaços voltados para reduzir as consequências do crescimento econômico, ao invés de dar prioridade a questão ambiental de modo geral, enquadrando elementos relativos à preservação para um real desenvolvimento (MONOSOWSKI, 1989).

Finalmente, sob a influência de paradigmas internacionais, o Brasil avança, e, em 1988 é promulgada a Constituição Federal. Criou-se, desta forma, o elemento normativo que estava faltando para considerar o direito ao meio ambiente um ordenamento jurídico brasileiro, a exemplo do que já vinha ocorrendo em outras partes do mundo (COUTINHO, 2009). Na Constituição, a proteção ambiental e a salvaguarda da qualidade de vida equilibrada são asseguradas através da implementação de políticas públicas (APPIO, 2004).

Na atualidade, a instituição de políticas públicas ligadas as questões ambientais é um desafio e um dever atribuído pela Constituição ao poder público nas três esferas de Governo e está direcionada à evolução dos direitos fundamentais que, por sua vez, perpassam o desenvolvimento da sociedade, tendo em vista que possui raízes pautadas nos cidadãos e no reconhecimento deste como detentor dos direitos. Fica evidente que o meio ambiente, como direito fundamental, não visa somente a proteção ambiental, mas a vida de toda uma coletividade, cuja titularidade é imensurável. Portanto, para esse direito se realizar, é necessária a implementação de políticas públicas (KUNTZ; VOLPATO, 2015).

Na opinião de Appio (2004), o compromisso da administração pública em instituir políticas públicas ambientais ocorre quando vê-se que a garantia a uma natureza ecologicamente sadia está diretamente ligada com a efetividade dos demais direitos fundamentais, como a qualidade de vida e o bem-estar. Desta forma, não se pode conceber a vida e o bem-estar social em um ambiente em crise. Cabe ao Estado, o compromisso de instituir políticas públicas condizentes e eficazes com um meio ambiente saudável.

Coutinho (2009) assevera que o poder público tem a obrigação de atuar com políticas públicas, não apenas de forma eficaz na defesa do meio ambiente para evitar sua degradação, mas, sobretudo, na prevenção do dano ambiental e com a finalidade de preservar e manter os processos ecológicos essenciais. Porém, esta não é uma responsabilidade apenas dos governantes. Existe a necessidade da participação dos cidadãos na proteção ambiental, pois que constitucionalmente, cabe tanto ao Estado como a sociedade civil o dever de preservar os recursos ambientais para as presentes e futuras gerações.

Tecnicamente, a formulação de políticas públicas referente a matéria ambiental, cabe ao Poder Legislativo que, em todo sentido, representa a vontade da população, ao formular as diretrizes a serem seguidas. No entanto, essa formulação também pode decorrer do Poder Executivo ou até mesmo da sociedade, sendo este primeiro, responsável pela sua execução e implementação (COUTINHO, 2009).

Já o Poder Judiciário, tem suma importância na concretização do direito fundamental, logo que o Estado também provoca danos ao meio ambiente, seja por ação ou omissão, direta ou indiretamente. A função do Poder Judiciário contribui para a manutenção de um ambiente saudável e do dever de preservá-lo, além disso, a sociedade também pode contar com mecanismos jurídicos para salvaguardar esse direito utilizando instrumentos como a Ação Civil Pública. De todo modo, através do Poder Judiciário, os indivíduos podem atuar na proteção da natureza quando constata-se a ineficiência na implementação de políticas públicas voltadas para a área ambiental (COUTINHO, 2009).

Na medida em que ocorrem omissões do poder público na implementação de políticas públicas ambientais, a sociedade pode encontrar no Poder Judiciário as ações judiciais que determinam ao Estado medidas de preservação dos bens

ambientais. A própria Constituição Federal de 1988 enfatiza a proteção da participação popular frente as políticas públicas de qualquer natureza, quando em seu artigo 37, § 3º, prevê a participação democrática dos usuários dos serviços públicos na administração tanto direta como indireta (BRASIL, 2016). Ao analisar esse tema, sob a visão da legitimidade da importância da participação popular no viés das políticas públicas, Bucci (1997, p. 269) escreve que:

O processo administrativo de formulação e execução das políticas públicas é também processo político, cuja legitimidade e cuja 'qualidade decisória', no sentido da clareza das prioridades e dos meios para realizá-las, estão na razão direta do amadurecimento da participação democrática dos cidadãos.

Assim, o Estado deve agir através de seus diversos órgãos ambientais atuando em defesa do meio ambiente para evitar a degradação utilizando, inclusive, de todos os instrumentos à sua disposição, como o poder de polícia ambiental. É cabível lembrar que uma atuação fragilizada e uma fiscalização pouco eficiente por parte do Estado, acarretam consequências negativas aos interesses sociais, ao meio ambiente e a qualidade de vida humana (COUTINHO, 2009).

Assim, pode-se observar que a questão ambiental criou forças nas últimas décadas no Brasil, o que, conseqüentemente, reflete nas ações do poder público e da sociedade civil organizada. A questão ambiental passa a ser incorporada na agenda política mesmo com o desafio permanente de equacionar a crise ambiental frente ao crescimento econômico. Como pôde-se notar, a evolução do posicionamento e das ações brasileiras frente às exigências mundiais, demonstra esses esforços, embora de difícil implementação, pois exigem equilíbrio dos bens ambientais e a participação da sociedade como um todo (PECCATIELLO, 2011).

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo será apresentado o percurso metodológico trilhado pela pesquisa, que compõe a base de dados da investigação. Também apresenta-se o lócus que serviu de estudo, assim como, os instrumentos utilizados na fase exploratória e os procedimentos adotados durante a análise das informações obtidas, dentre outros aspectos que conduziram aos resultados alcançados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA E DA UNIDADE DE ANÁLISE

Para o desenvolvimento da pesquisa, delimitou-se como local de estudo exploratório a UFRB, em específico a Pró-Reitoria de Extensão – órgão vinculado diretamente a Reitoria, cuja finalidade é planejar, coordenar, supervisionar e avaliar a extensão universitária, sendo responsável, portanto, pela proposição da política de extensão nessa instituição de ensino, conforme o que consta no seu site institucional (UFRB, 2018a).

Nesta perspectiva, para o estabelecimento da extensão universitária, várias ações articuladas e concomitantes são empreendidas. Normas e incentivos tem sido criados para desenvolver um ambiente de motivação, por exemplo, a obrigatoriedade da ação extensionista nos currículos dos cursos de graduação, a valorização das atividades de extensão para progressão dos professores e a criação do PIBEX (UFRB, 2009).

O PIBEX, por sua vez, é um programa criado pela Pró-Reitoria de Extensão que trata da concessão de bolsas para o desenvolvimento de atividades de extensão universitária a estudantes de diferentes cursos de graduação, orientado e acompanhado por um docente efetivo da carreira do magistério da UFRB no exercício de suas funções⁴ (UFRB, 2016). O PIBEX, em conformidade com Plano Nacional de Extensão Universitária, engloba projetos e programas de diversas linhas temáticas (definidas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária): Comunicação, Cultura,

⁴ De acordo com a Resolução nº 006/2016, que dispõe sobre o regulamento para o PIBEX na UFRB, professores substitutos ou temporários não podem submeter aos editais a esse Programa (UFRB, 2016).

Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho.

Por hora, cabe salientar que o presente trabalho apresenta informações mais específicas para compreensão das atribuições da Pró-Reitoria de Extensão e o seu papel no âmbito da UFRB, bem como acerca do PIBEX enquanto programa permanente de apoio à extensão universitária.

3.2 DEFINIÇÃO DO UNIVERSO E DA POPULAÇÃO DA PESQUISA

Tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.416/2010, que regulamenta os artigos 10 e 12 da Lei nº 12.155/2009 que tratam da concessão de bolsas para o desenvolvimento de atividade de ensino e extensão universitária em nível nacional, no seio da UFRB, a regulamentação da atividade extensionista no âmbito do PIBEX ocorreu somente em 2012, através da Resolução do Conselho Acadêmico (CONAC) nº 009/2012, porém as primeiras bolsas de extensão foram concedidas em 2009. Em virtude disso, o marco temporal da pesquisa se iniciou em 2009 (ano que marca a criação do Programa) e finalizou-se em 2017 (pois os relatórios disponibilizados para análise na Pró-Reitoria de Extensão foram datados até esse ano). Em suma, o período eleito de análise dos projetos e programas submetidos ao PIBEX compreende os anos de 2009 a 2017.

O PIBEX seleciona anualmente projetos e programas com propostas de trabalho que estejam abarcadas por uma das oito áreas temáticas distintas, conforme foram listadas anteriormente. Contudo, a área escolhida para análise foi a de Meio Ambiente, levando em consideração a linha de pesquisa em que a pesquisadora está inserida no Programa de Mestrado, ou seja, Gestão de Políticas Ambientais.

Tendo em vista a presença dos sete Centros de Ensino da UFRB⁵, selecionou-se para a pesquisa, os projetos e programas submetidos por docentes do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e do Centro de Ciências Exatas

⁵ Atualmente a UFRB oferta cursos de graduação e pós-graduação (*Lato e Stricto Sensu*) distribuídos em 6 *campus* e 7 Centros de Ensino no Estado da Bahia, quais seja: CCAAB e CETEC em Cruz das Almas; Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) em Cachoeira; Centro de Ciências da Saúde (CCS) em Santo Antônio de Jesus; Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS) em Feira de Santana; Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT) em Santo Amaro da Purificação; e Centro de Formação de Professores (CFP) em Amargosa.

e Tecnológicas (CETEC), ambos situados em Cruz das Almas. Estes foram escolhidos em virtude do tempo de existência, ou seja, por serem os Centros de Ensino mais antigos da instituição e por caracterizarem-se como os mais propensos ao desenvolvimento de atividades na linha ambiental, considerando a presença dos diversos cursos de graduação e pós-graduação nessa área.

Cabe destacar que o PIBEX dá a liberdade para que os docentes submetam os mesmos projetos ou programas em mais de uma edição, não impondo limites para isto. Como o próprio título do trabalho que aqui se apresenta já traz em seu ensejo o intuito de analisar a relação entre universidade e poder público, estudou-se a possibilidade de abarcar para a pesquisa tanto os projetos e programas que mantiveram alguma parceria com a esfera pública no local em que foram desenvolvidos – a fim de apresentar os principais aspectos decorrentes da articulação, quanto aqueles que não mantiveram tal relação – na tentativa de explicitar os motivos pelos quais impossibilitaram-na.

Tomando essas informações como horizonte, foram catalogados na Pró-Reitoria de Extensão da UFRB, ao todo, 42 projetos e/ou programas na área temática de Meio Ambiente. Para a pesquisa, selecionou-se 4 ações desse tipo, ou seja, 2 projetos (coordenados por docentes do CCAAB) que mantiveram relação com o poder público local, sendo escolhidos para integrar o estudo de forma intencional. Selecionou-se ainda dentro desse universo (definidos por sorteio de forma aleatória entre os 40 restantes) mais 2 ações (1 projeto e 1 programa coordenados por docentes do CETEC), cuja execução não apresentou envolvimento com o poder público local.

Portanto, os projetos selecionados deveriam atender a quatro critérios: 1) ter acontecido no período de 2009 a 2017; 2) ser representativo da área temática de Meio Ambiente; 3) partir dos Centros de Ensino do CCAAB e do CETEC; 4) e que já estivessem finalizados.

Em razão dessa delimitação e para alcançar os objetivos propostos, a amostra elegível também foi intencional, ou seja, composta por 4 docentes (orientadores) e 4 discentes (bolsistas de extensão), como sujeitos da pesquisa que compuseram os projetos e programas selecionados. Os demais integrantes da pesquisa foram os membros da comissão do PIBEX (por regulamentar as atividades de extensão no

âmbito do Programa) e os gestores do poder público (distribuídos nos municípios onde os projetos e programas foram desenvolvidos).

3.3 TIPO, ABORDAGEM E MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

Analisando o conjunto das informações que fundamentaram a temática estudada, a metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória, que, de acordo com Gil (2014), trata-se de uma pesquisa desenvolvida com a finalidade de proporcionar visão geral, de tipo aproximado, em relação a um determinado fenômeno. A mesma é adotada principalmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses claras e operacionalizáveis sobre ele. Por outro lado, quando o tema selecionado é genérico, é necessário torná-lo mais explícito, o que exige revisões da literatura, discussões com especialistas, dentre outros procedimentos. Deste modo, pretendeu-se chegar a um produto final mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados.

Considerando que até o presente momento não houve a realização de outras pesquisas no âmbito da UFRB que possibilitassem analisar a relação entre universidade e poder público no seio de projetos de extensão universitária na área ambiental, inclusive como estratégias para viabilizar e/ou contribuir para uma boa relação entre ambas as partes, esta pesquisa pode ser considerada como pioneira e contemporânea.

A pesquisa configurou-se como de abordagem qualitativa, pois dentre outras características, visou identificar e analisar profundamente a percepção dos sujeitos em relação a determinado problema específico. De acordo com Minayo et. al. (2005), a abordagem em questão promove o aprofundamento das reflexões com a finalidade de compreender e explicar o objeto da pesquisa, abordando o conjunto das expressões humanas nas suas estruturas, processos, representações, símbolos e significado para a sociedade.

Triviños (1987) esclarece que na pesquisa qualitativa as descrições dos fatos estão impregnadas dos significados que o ambiente lhe concede, e como aquelas são produtos de uma visão subjetiva, acaba por rejeitar toda expressão quantitativa, numérica ou de medida. Desta forma, a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fato num

contexto. Por isso, não é vazia, mas consistente e lógica. Sendo assim, os resultados são expressos, por exemplo, em retratos (ou descrições), narrativas ou ilustrados com declarações dos sujeitos investigados para dar o fundamento concreto necessário ao estudo que está sendo realizado. É nessa perspectiva que se desenvolveu a pesquisa, que, à luz da abordagem qualitativa, permitiu uma maior interação da pesquisadora com o grupo de pesquisados.

Já o método utilizado na pesquisa teve como principal suporte o estudo de caso. A respeito desse procedimento, Yin (2010) define-o como sendo um estudo empírico que tem por finalidade investigar um determinado fenômeno em sua profundidade e em seu contexto real, quando as fronteiras entre tal fenômeno e contexto são poucos evidentes.

Para Minayo et. al. (2005), as principais questões que compõe o desenho do estudo de caso são: definição do foco de análise, construção do problema, formulação de proposições para os vários aspectos do estudo, determinação da unidade de análise e estabelecimento de critérios para a interpretação dos dados. Os instrumentos utilizados nesse método são, geralmente, os documentos escritos e o material primário coletado em campo, assim, se faz necessária a utilização de diversas fontes de informação para a construção de uma base de dados consistente no decorrer das investigações.

3.4 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

Conforme Gil (2014), a pesquisa de campo constitui-se na verificação baseada em experiência adquirida no local em que ocorreu o fenômeno ou que apresenta elementos para poder explicá-lo, ou seja, nela é enfatizada a importância de o pesquisador ter uma experiência direta com a situação em estudo.

Realizou-se a pesquisa de campo junto a Pró-Reitoria de Extensão da UFRB para obter informações que possibilitassem identificar o quantitativo e as principais informações acerca dos projetos e programas na linha temática de Meio Ambiente submetidos ao PIBEX. Feito isto, utilizou-se dados primários e dados secundários para a concretude da pesquisa. Os dados primários foram obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas. Quanto aos dados secundários, procedeu-se à seleção da literatura acerca da temática que compôs o referencial teórico deste trabalho, além

da análise documental que permitiu o exame em complexidade do PIBEX. Portanto, durante a coleta de dados, recorreu-se a três procedimentos:

1. Pesquisa Bibliográfica: realizou-se através de levantamento e consulta a livros, trabalhos finais de conclusões de cursos acadêmicos, periódicos e artigos científicos disponíveis em formato *online*, que subsidiaram a realização de uma análise mais profunda sobre o tema extensão universitária, seus conceitos e contextos, sua relevância em termos de política pública, indissociabilidade entre ensino e pesquisa e aproximações junto a questão ambiental, bem como o papel do poder público perante a responsabilidade e implementação de ações governamentais em matéria ambiental, dentre outras abordagens;
2. Pesquisa Documental: a pesquisa abarcou em seu itinerário a análise documental referente ao PIBEX, aonde fez-se a leitura dos Relatórios Parciais e dos Relatórios Finais produzidos pelos bolsistas e seus respectivos orientadores. Por conseguinte, analisou-se as resoluções normalizadoras acerca da extensão universitária na UFRB (Resoluções CONAC nº 003/2014 e nº 038/2017) e que disciplinam o próprio PIBEX (Resoluções CONAC nº 009/2012 e 006/2016). E, por fim, fez-se um estudo nos editais de seleções do PIBEX, com a finalidade de identificar o quantitativo de bolsas propostas em cada edição e demais elementos que constavam nesses documentos;
3. Entrevistas Semiestruturadas: esta etapa ocorreu para possibilitar a interação entre a pesquisadora e os entrevistados na perspectiva de, se necessário, fornecer esclarecimentos a respeito das questões propostas e para possibilitar, em alguns casos, o acréscimo de perguntas, na tentativa de obter-se esclarecimentos adicionais. Essa possibilidade é ratificada por Triviños (1987), quando compartilha que a entrevista semiestruturada é aquela que parte de determinadas perguntas básicas, apoiadas em questionamentos que interessam à pesquisa e, que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novos questionamentos que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante.

Autores como Alves-Mazzoti (2000) pensam que, em decorrência da sua natureza interativa, a entrevista possibilita abordar temáticas complexas que, dificilmente, poderiam ser explorados de forma adequada por meio de questionários.

Em vista disso, a realização das entrevistas permitiu também a identificação de aspectos de difícil compreensão e, que, por outro lado, se tornariam ainda mais incompreensíveis caso fossem analisados em respostas fornecidas através de um questionário, assim como tornou possível uma maior aproximação entre a pesquisadora e os entrevistados, numa perspectiva de construção do conhecimento.

Antes da realização das entrevistas, as leituras nos Relatórios Parciais e Finais dos projetos e programas executados no âmbito do PIBEX permitiram identificar os *e-mails* dos coordenadores e bolsistas, fato que facilitou o contato com essas pessoas através dessa plataforma *online*. Além disso, solicitou-se à Pró-Reitoria de Extensão acesso aos *e-mails* dos membros integrantes da comissão do PIBEX, visto que estes não constavam nos Relatórios, tampouco no site institucional do próprio Programa.

A principal finalidade das entrevistas foi identificar com maior profundidade o ponto de vista de cada partícipe. E, tendo como base a literatura especializada já disposta no referencial teórico, que foram elaborados os roteiros das entrevistas (conforme Apêndices A, B, C e D). Deste modo, as entrevistas foram organizadas e realizadas da seguinte forma:

- As entrevistas semiestruturadas com os coordenadores dos projetos e programa ocorreram entre os meses de outubro a novembro de 2018, conforme definição, local e horário estabelecido e na presença exclusiva dos mesmos. Preliminarmente, encaminhou-se, via *e-mail*, o convite para a participação destes como voluntários da pesquisa;
- Para os bolsistas, as questões com o roteiro da entrevista foram encaminhadas por *e-mail*, entre os meses de outubro a novembro de 2018. Pelo fato de serem egressos, constatou-se que os bolsistas residiam em outras cidades, inclusive em outros Estados do Brasil. Logo, as entrevistas através desse canal de comunicações *online* apresentaram-se como alternativas metodológicas mais factíveis. Salienta-se que a formatação das perguntas presentes nos roteiros das entrevistas foram elaboradas no editor de textos do *Microsoft Word*, por ser o mais flexível possível, permitindo que os participantes tivessem total liberdade nas respostas aos questionamentos ali contemplados;
- Com os membros da comissão do PIBEX, as entrevistas foram realizadas entre os meses de novembro a dezembro de 2018, também em conformidade com a

definição, o local e horário estabelecido. Salientando-se que, preliminarmente, encaminhou-se através de *e-mails* o convite para participação voluntária na pesquisa. Além disso, convites foram feitos pessoalmente na Pró-Reitoria de Extensão;

- Já as entrevistas com os gestores do poder público, ocorreram entre os meses de outubro a dezembro de 2018. O convite foi feito presencialmente nos próprios órgãos. Posteriormente, tais gestores definiram a data, o local e o horário em que a pesquisadora poderia comparecer para a entrevista.

Cabe lembrar que na fase da realização de todas as entrevistas presenciais, recorreu-se ao gravador, cujo objetivo foi garantir a fidedignidade das respostas dos entrevistados, e, posteriormente, servir como suporte para a descrição dos resultados da pesquisa.

3.5 QUESTÕES ÉTICAS DA PESQUISA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

Para o desenvolvimento da pesquisa em questão, foi observada a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012, a qual normatiza estudos que envolvem a participação de seres humanos. A mesma recebeu parecer favorável a sua execução pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFRB e foi aprovada sob o nº 3.036.514.

Cada um dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram elaborados em duas vias (ficando uma de posse dos entrevistados e a outra com a pesquisadora), assinados pela pesquisadora, pelo orientador da pesquisa e pelos partícipes, conforme os modelos constantes nos Apêndices E, F, G, e H. A pesquisadora ficará responsável por manter os TCLE's, assim como todos os dados recolhidos no estudo de campo em arquivo, físico e digital, por um período de cinco anos após o encerramento da pesquisa.

Em anexo ao *e-mail* dos bolsistas, se encaminhou também os TCLE's, no qual consta a apresentação da pesquisa e da sua autora, bem como informações sobre o caráter voluntário, salientando a manutenção do sigilo e anonimato. Esse documento

ainda advertia sobre os riscos decorrentes da participação na pesquisa e discorria sobre a importância da contribuição dos sujeitos envolvidos.

Ressalta-se que, para cumprir os aspectos éticos da pesquisa, no que se refere a confidencialidade e a identificação dos participantes, houve a omissão dos nomes destes, assim como dos títulos dos projetos e programa, os quais foram denominados de Projetos A, B e C, e Programa D⁶.

O conteúdo recolhido através das entrevistas serviu de base para a organização das categorias de análise de dados e a formulação de um produto final, disponíveis em capítulos específicos dentro deste trabalho. Encerrada a coleta, as informações obtidas foram tratadas à luz da Análise de Conteúdo, definida por Bardin (2009) como, um procedimento metodológico, desencadeado nas Ciências Sociais, para estudos que envolvem comunicações e textos, e que parte de uma perspectiva sistemática para a descrição do conteúdo das mensagens. Trata-se de um método prático de descrição de falas, que podem ser expressas por escrito, através de áudio ou apreensões imagéticas. Para o processo de Análise de Conteúdo, a autora assinala três etapas básicas: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados; e a inferência e interpretação.

A pré-análise é basicamente a organização do material, que diz respeito as técnicas empregadas na reunião das informações, permitindo formular os objetivos e hipóteses para a pesquisa e determinar o *corpus* da investigação, ou seja, a especificação do campo no qual o pesquisador deve fixar sua atenção (BARDIN, 2009). Para isto, ao final da pesquisa de campo – desenvolvida através da análise nos documentos do PIBEX e naqueles que regulamentam a extensão universitária na UFRB, além das entrevistas semiestruturadas, realizou-se o que Bardin (2009) chama de “leitura flutuante”, ou seja, interpretou-se todo o material coletado tendo como instrumento de suporte, as leituras e os áudios, visando conduzir as etapas subsequentes de uma forma mais fluída.

⁶ De acordo com a Resolução nº 038/2017, define-se como projeto de extensão toda ação processual e contínua de cunho educativo, social, cultural, científico e tecnológico, devendo apresentar objetivo específico e prazo determinado. Além disso, apresenta duas formas: vinculado a um programa – com forma preferencial em que o projeto integra uma gama de ações, ou não vinculado a um programa – na forma de projeto isolado. O conceito de programa de extensão está vinculado ao conjunto articulado de projetos e outras atividades de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando-se ao tripé ensino, pesquisa e extensão, possui caráter orgânico-institucional, apresenta orientações para um objetivo comum e deve ser executado a médio e longo prazo (UFRB, 2017).

A exploração do material, de acordo Bardin (2009), começa já na pré-análise, porém nesta, especificamente, o material de documentos que constitui o *corpus* é submetido a uma interpretação aprofundada, orientando-a, em princípio, pelos referenciais teóricos. São procedimentos básicos nessa instância do estudo a codificação, classificação e categorização. Para tanto, nessa fase da pesquisa, procedeu-se a codificação das categorias através das quais foram interpretados os materiais coletados em campo. Recorreu-se a técnica de análise temática ou categorial para o tratamento dos resultados, cujos temas ou itens de significação foram identificados. Ou seja, fez-se a divisão do texto das entrevistas em unidades com a finalidade de encontrar núcleos de sentidos, e, posteriormente, realizar o reagrupamento em classes ou categorias.

Por fim, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, objetivaram tornar os dados válidos e significativos, assim, à medida que as informações obtidas são confrontadas com informações já existentes, pode-se chegar a amplas generalizações, o que, para Bardin (2009), torna a Análise de Conteúdo um dos mais significativos instrumentos para a análise das comunicações de massa. Visando finalizar essa última parte da análise dos dados, confrontou-se as falas dos entrevistados com o referencial teórico sobre o qual se discutiu toda a temática abordada.

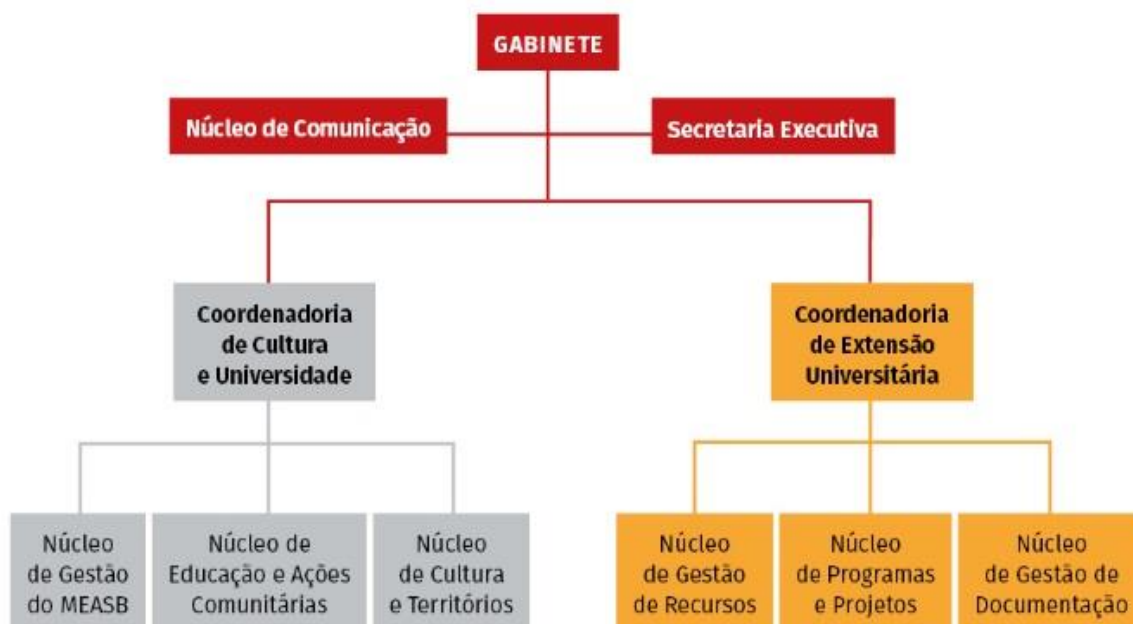
4 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFRB

O capítulo que se inicia apresenta em seu escopo dois subtópicos, sob os quais discute-se as principais responsabilidades atribuídas ao órgão proponente da extensão nessa instituição de ensino, a Pró-Reitoria de Extensão; bem como, as características do objeto pesquisado, ou seja, o PIBEX.

4.1 PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO NA UFRB

A extensão universitária, dentro do organograma institucional da UFRB, está subordinada a Pró-Reitoria de Extensão. Juntamente com os Centros de Ensino, a Pró-Reitoria tem a função de planejar, coordenar, supervisionar, avaliar e propor a política de extensão institucional. E, em consonância com a multicampia da instituição, ela apoia, através de editais anuais, parcerias interinstitucionais, cursos e oficinas de formação; ações que representam a possibilidade de inclusão social e de promoção do desenvolvimento territorial. As ações de extensão universitária na instituição de ensino se efetivam por meio de programas, projetos, vivências, cursos, eventos, prestação de serviços e consultoria, publicações e demais produtos acadêmicos (UFRB, 2018a).

Atualmente, a Pró-Reitoria de Extensão é composta por duas coordenadorias – a Coordenadoria de Cultura e Universidade e a Coordenadoria de Extensão Universitária (conforme Figura 1) que atuam com seus núcleos diretamente na condução das atividades de extensão, dentre as quais destaca-se: projetos e programas, publicações, certificação, comunicação com a comunidade interna e externa, eventos, editais internos, e o fomento a empreendimentos solidários e criativos pensando o desenvolvimento cultural e social das comunidades externas (UFRB, 2018a).

Figura 1 - Organograma da Pró-Reitoria de Extensão

Fonte: UFRB (2018a).

De acordo com o que consta na própria página eletrônica da Pró-Reitoria de Extensão (UFRB, 2018a), a principal atribuição da Coordenadoria de Cultura e Universidade é articular iniciativas acadêmicas de extensão da UFRB com as políticas públicas para os campos da cultura, arte, formação, comunicação e direitos humanos. Além disso, ela tem como meta o incentivo e desenvolvimento de ações extensionista direcionadas à formação da comunidade acadêmica e da sociedade. Nesta Coordenadoria estão três núcleos:

- Núcleo de Gestão do Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia (MEASB): constituído em 2004, é responsável por preservar a memória e o patrimônio herdados do Imperial Escola Agrícola da Bahia, primeira instituição de Ensino Superior agrícola da América Latina, criada em 1877, na região do Recôncavo da Bahia;
- Núcleo de Educação e Ações Comunitárias: cabe a este núcleo a continuação das ações educacionais na área extensionista, como a capacitação dos indivíduos envolvidos com a extensão, da comunidade acadêmica e da comunidade em geral, através das trocas de conhecimentos; o desenvolvimento de programas de natureza institucional, juntamente com outros núcleos e coordenadorias, como a Universidade Aberta à Maturidade, a Revista Extensão e a implantação da curricularização da extensão na UFRB; e

a promoção de iniciativas interinstitucionais recomendadas pelo Governo Federal, a partir do MEC e pela instância estadual através da Secretaria Estadual de Educação, dentre as quais se destaca a atuação no Programa Todos Pela Alfabetização (TOPA) e a coordenação regional do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa;

- Núcleo de Cultura e Território: tem como função promover ações de extensão universitária que envolvam a disseminação da produção artística e cultural da UFRB em diálogo com as identidades e as práticas culturais presentes nas regiões do Recôncavo, Vale do Jiquiriçá e Portal do Sertão, a fim de potencializar as atividades de extensão, de ensino e de pesquisa que promovam a troca de diálogos e de experiências culturais entre o corpo acadêmico e a sociedade.

Enquanto isto, a Coordenadoria de Extensão Universitária está à frente do acompanhamento e da execução das ações dos programas e projetos desenvolvidos pela Pró-Reitoria junto à comunidade acadêmica, cujo papel é o de institucionalizar e fortalecer as políticas de extensão da UFRB em seus diversos eixos. Segundo a UFRB (2018a), tem na Coordenadoria três núcleos:

- Núcleo de Gestão de Recursos: tem como meta acompanhar o planejamento orçamentário da Pró-Reitoria de Extensão, apoiar a previsão e execução dos recursos destinados ao financiamento de programas, projetos, eventos, cursos e outras ações aprovadas em editais de fomento à extensão universitária e pelo Fundo de Apoio à Extensão Universitária da UFRB;
- Núcleo de Programas e Projetos: é responsável pela coordenação e acompanhamento das ações referentes ao PIBEX e o processo de seleção interno para os editais do PROEXTE/MEC-SESu⁷, além do apoio ao Programa Integrado de Ação Afirmativa (PINAF) e a pesquisa e divulgação de editais para projetos e programas de extensão para todos os públicos;
- Núcleo de Gestão de Documentação: possui várias atribuições na instituição de ensino como, orientação de gestores de extensão, docentes, discentes e

⁷ Recurso destinado pelo MEC em articulação com outros Ministérios, para programas e projetos de extensão universitária determinados através de seleção, os quais possibilitam o pagamento de bolsas financeiras para estudantes que integram essas atividades extensionistas (UFRB, 2014).

técnico-administrativos sobre o registro das atividades de extensão; realização de registro consolidado por modalidade das ações de extensão para posterior divulgação; realização do cadastro das ações no Sistema de Gestão de Certificados Eletrônicos da Pró-Reitoria; emissão de certificados das ações de extensão; viabilização do planejamento e sistematização de dados das ações de extensão; e disponibilização de informações sobre produtos resultantes das ações de extensão para avaliação, divulgação e publicação.

Além do PIBEX, objeto de investigação da pesquisa, são ações em curso capitaneadas pela Pró-Reitoria de Extensão: o Programa Cinema e Educação, Canto Coral, Programa Sênior a Extensão Universitária, Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Universidade Aberta à Maturidade, dentre outras. Lembrando que a Pró-Reitoria não executa tais ações, mas atua como órgão fomentador de tais projetos e programas, que ocorre através da captação de recursos e por meio da articulação feita entre grupos temáticos afins existentes na instituição (UFRB, 2018a).

As atividades de extensão poderão ser propostas por professores, estudantes e técnico-administrativos da UFRB, além disso, podem ser coordenadas por servidores aposentados (integrantes do Programa Sênior de Extensão). O Programa Sênior Extensão é uma iniciativa de promoção da permanência e fortalecimento de programas e projetos de extensão universitária da UFRB, protagonizada por servidores docentes e técnico-administrativos aposentados. Sua importância é evidenciada por permitir a continuidade de atividades extensionistas em favor do desenvolvimento regional, de pessoas e grupos do Estado da Bahia. Tal iniciativa é regulamentada pela Resolução nº 011/2014 (SANTIAGO, 2017).

Tendo em vista que a Pró-Reitoria considera a multicampia como contexto para a sua atuação, para auxiliar nessas operações, a mesma conta com a contribuição dos gestores de extensão, que atuam nos Centros de Ensino da UFRB. Hoje, existem na instituição, sete gestores desse ramo, sendo um em cada *campus*. A gestão da extensão é uma função comissionada assumida por docentes do quadro efetivo. Dentre as atribuições conferidas aos docentes, pode-se destacar: assessoramento de discentes, demais docentes e servidores técnicos a respeito da operacionalização das atividades de extensão; e orientação sobre registro, construção de propostas de atividades extensionistas e certificação, em associação com a Pró-Reitoria de Extensão, de acordo com as diretrizes dos Centros e da UFRB (UFRB, 2018a).

A Resolução nº 038/2017 destaca que a Pró-Reitoria em análise estabelece parceria contínua com a gestão de extensão dos Centros de Ensino, em conformidade com os coordenadores das atividades de extensão e metas propostas, com a finalidade de orientá-los a estabelecerem, acompanharem e proporem políticas de comunicação e produtos de divulgação, objetivando dar visibilidade às ações extensionistas para as comunidades acadêmicas e externas. Para tanto, a presente Resolução acrescenta que as atividades de extensão propostas deverão ser encaminhadas à Pró-Reitoria, para análise de uma comissão a ser composta pelos membros desta e pelos gestores de extensão sendo que, o registro na Pró-Reitoria está condicionado a sua aprovação por esta comissão (UFRB, 2017).

De acordo com o Regimento Interno do CONAC (UFRB 2007), a Câmara de Extensão é um organismo técnico de assessoramento, com funções consultivas e normativas da política de extensão na UFRB. A apreciação pelo CONAC não é necessária quando a pasta submetida à Câmara de Extensão for de interesse estrito ao cotidiano da extensão e existir unanimidade na decisão. Quando a apreciação for necessária, os órgãos técnicos especializados da UFRB serão ouvidos pela Câmara, já que esta é um órgão colegiado do CONAC.

É relevante explicar que, segundo o Regimento Interno do Conselho Acadêmico da UFRB (2007), a Câmara de Extensão é um órgão colegiado da estrutura do Conselho Acadêmico (CONAC). A Câmara tem por atribuições a análise, estudo e normatização de matérias que envolvam o planejamento e o acompanhamento da política de extensão da instituição. Para tanto, atua na emissão de pareceres, bem como nas indicações e recomendações relacionadas aos pleitos que lhe forem encaminhados, submetidos à deliberação final pelo Conselho Pleno.

[...].

De acordo com a Resolução-CONAC nº 013/2008, que alterou o artigo 24 do Regimento Interno do Conselho Acadêmico da universidade em exame, são membros desta Câmara o (a) pró-reitor(a) de extensão, um(a) discente, diretor(a) de centro de ensino e coordenadores de colegiados de cursos de graduação, de forma que a Câmara possa ter 25% dos membros oriundos do Conselho Pleno, excluídos o(a) reitor(a) e o(a) vice-reitor(a). (SOUSA, 2018, p. 68-69).

Ante os elementos expostos depreende-se que a efetividade de ações curriculares no âmbito da extensão é garantida pela aproximação entre universidade e sociedade, e que a extensão universitária é uma instância de extrema importância para o fortalecimento das funções sociais da UFRB, fato que pode ser percebido a partir do histórico de ações que a Pró-Reitoria de Extensão vem desenvolvendo nesse campo. Nota-se uma preocupação perante a continuidade das atividades de extensão na instituição, possivelmente é o que desencadeia a necessidade de uma política

permanente de apoio, seja através da concessão de bolsas ou da criação de programas extensionistas, como é o caso do PIBEX, instituído em 2009.

4.2 O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – PIBEX

O PIBEX é um programa da UFRB que concede bolsas de extensão como auxílio financeiro aos discentes de graduação vinculado a um projeto ou programa de extensão universitária, orientado por um docente da carreira do magistério dessa instituição de ensino, no efetivo exercício de suas atribuições profissionais. Para integrar o PIBEX, o aluno deve estar cursando a sua graduação a partir do segundo semestre, não podendo participar àqueles que estejam cursando este último período, e, se selecionado, recebe a bolsa de extensão correspondente a vigência do projeto ou programa que, atualmente, está no valor de R\$ 400,00 (UFRB, 2016).

Além do bolsista extensionista que recebe auxílio financeiro pelo desempenho das atividades em projetos ou programas de extensão, o PIBEX também admite a possibilidade de que discentes de graduação que não tinham sido selecionados para serem bolsistas se vinculem oficialmente ao Programa na condição de Extensionista Voluntário. Tal estudante deverá cumprir regras parecidas aos bolsistas que recebem auxílio financeiro, tanto no que diz respeito à prestação de contas acerca das atividades desenvolvidas quanto a elaboração de produtos acadêmicos decorrentes dos projetos, como requisitos para certificação quando concluída sua participação.

Os objetivos do PIBEX destacados na Resolução nº 009/2012 e, mais tarde na Resolução nº 006/2016, apresentam conexão com os propósitos da extensão universitária em toda a UFRB, tal como apresentados abaixo:

- I) Viabilizar a participação de alunos no processo de interação entre a universidade e a sociedade através de atividades acadêmicas que contribuam para sua formação profissional e para o exercício da cidadania;
- II) Incentivar os processos educativos, culturais, científicos e tecnológicos como forma de aprendizagem da atividade extensionista, articulados com o ensino e a pesquisa de forma indissociável e que viabilizem a relação transformadora entre a universidade e a sociedade, contribuindo de forma qualitativa para a inclusão social;
- III) Fomentar o interesse por extensão universitária e incentivar novos talentos potenciais de estudantes de graduação, assim como contribuir para a formação e a qualificação de cidadãos socialmente comprometidos. (UFRB, 2016, p. 1-2).

O Núcleo de Programas e Projetos, vinculado à Coordenadoria de Extensão Universitária da Pró-Reitoria de Extensão, que coordena e acompanha as ações referentes ao PIBEX. Esse núcleo ainda é responsável por receber auxílio da comissão interna do PIBEX, a qual é integrada da seguinte maneira: pelo(a) Pró-Reitor(a) de Extensão, Coordenador(a) de Programas de Extensão, Gestor(a) do Núcleo de Programas e Projetos, Gestor(a) do Núcleo de Recursos, Gestor(a) do Núcleo de Documentação, Gestor(a) do Núcleo de Formação e Gestores(a) de Extensão dos Centros de Ensino, sendo presidida por este(a) primeiro(a) (UFRB, 2016).

À Comissão do PIBEX é designada algumas obrigações referentes a toda documentação dos projetos e programas que, posteriormente, deveriam ser submetidas à Câmara de Extensão, conforme dados da UFRB (2016):

- Termo de Outorga: no qual são especificadas as obrigações da Pró-Reitoria, do futuro bolsista, do coordenador do projeto ou programa, e demais casos de suspensão, rescisão e encerramento do termo;
- Termo de Compromisso do Extensionista Voluntário: termo em que o discente declara conhecer suas obrigações perante a Pró-Reitoria e o PIBEX;
- Formulário do Relatório Parcial: referente aos resultados parciais do projeto ou programa e parecer do coordenador;
- Formulário do Relatório Final: referente aos principais resultados alcançados após a finalização do projeto ou programa e o parecer do orientador;
- Barema de Avaliação: referente a avaliação das propostas submetidas ao PIBEX e do Curriculum Vitae dos discentes e coordenadores;
- Edital de Seleção;
- e deliberar sobre os demais casos omissos.

Segundo o que dispõe no artigo 3º da Resolução nº 009/2012, a concessão das bolsas de extensão ocorre em cumprimento as normas aprovadas pela Câmara de Extensão e pelos Conselhos Acadêmico e Universitário para fomentar a extensão, de forma indissociável entre o ensino e a pesquisa, buscando a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade, através de um processo interdisciplinar, cultural e científico (UFRB, 2012).

Já o artigo 8º da Resolução nº 006/2016 destaca que as bolsas de extensão são pagas mensalmente com recursos financeiros da própria UFRB, tendo como referência os valores praticados por outros órgãos de fomento. Assim, o número de propostas selecionadas (projetos e programas), corresponde ao número de bolsas concedidas pela Pró-Reitoria de Extensão, em obediência à ordem de classificação das mesmas, e considerando à demanda qualificada de cada Centro de Ensino da UFRB (UFRB, 2016). Contudo, o corte no orçamento das universidades públicas brasileiras – ocasionado pela crise econômica e política nos últimos anos, também atingiu o PIBEX, resultando na redução do período de vigência das bolsas financeiras para pagamento aos alunos de graduação. Atualmente, esta tem sido uma das maiores dificuldades para manter o Programa na instituição.

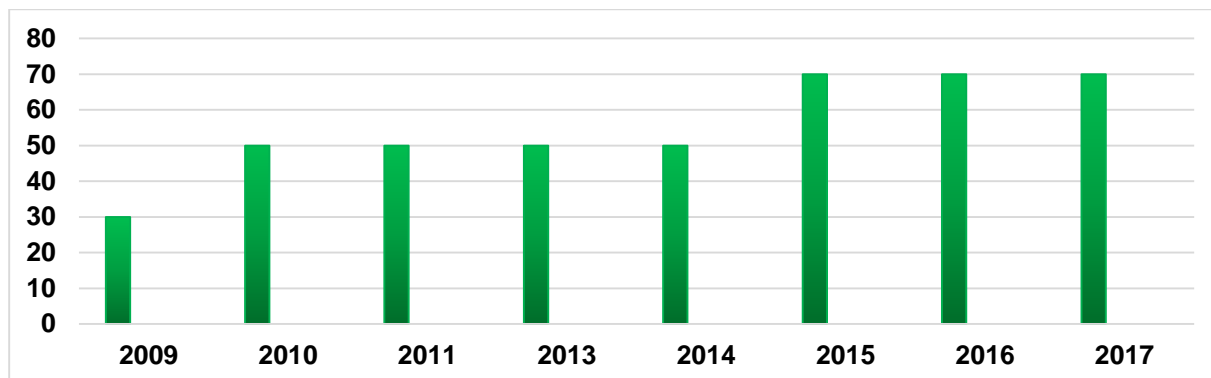
Para alocação das bolsas de extensão nos Centros de Ensino da instituição, é utilizada a seguinte fórmula, conforme explanado nos editais de seleção dos projetos e programas: $BC = Q \times DQ / DT$ (número de bolsas por Centro igual a quota do PIBEX vezes a demanda qualificada do Centro dividida pela demanda total da UFRB, em que BC significa o número de bolsas por Centro de Ensino; Q é a quota de bolsas oferecidas pelo PIBEX em determinado edital; DQ é a demanda qualificada do Centro; e DT diz respeito a demanda total de propostas de projetos e programas inscritos na UFRB (UFRB, 2016).

Em análise aos editais dos processos seletivos do PIBEX constatou-se que àqueles publicados em 2009 a 2017 tiveram a distribuição das bolsas nos mesmos anos sendo que, a execução dos projetos e programas estenderam-se até o ano posterior.

Cabe, portanto, fazer algumas ressalvas em relação a execução do Programa nos anos não citados acima. Em primeiro lugar, ressalta-se que, em 2012 não houve processo seletivo para início das atividades no mesmo ano, apenas o lançamento do edital que foi reaberto no final do ano para a execução dos projetos e programas no ano seguinte visto que, a greve nacional dos docentes e técnicos das instituições federais acabou por comprometer esse processo seletivo. Em segundo lugar, salienta-se que não houve lançamento do edital de seleção do PIBEX em 2013 tendo em vista que ainda estava em andamento a execução das bolsas do ano posterior que se estendeu até o ano seguinte.

Deste modo, as vigências das bolsas aconteceram da seguinte forma nesses últimos anos: 2009 (08/2009 a 01/2010), 2010 (08/2010 a 07/2011), 2011 (08/2011 a 07/2012), 2012 (03/2013 a 02/2014), 2014 (06/2014 a 03/2015), 2015 (04/2015 a 03/2016), 2016 (07/2016 a 12/2016), e 2017 (08/2017 a 01/2018). No Gráfico 1 é possível observar, de uma forma geral, o quantitativo das bolsas de extensão desde o ano de 2009 até o ano de 2017.

Gráfico 1 - Quantitativo de bolsas de extensão do PIBEX entre os anos de 2009 a 2017

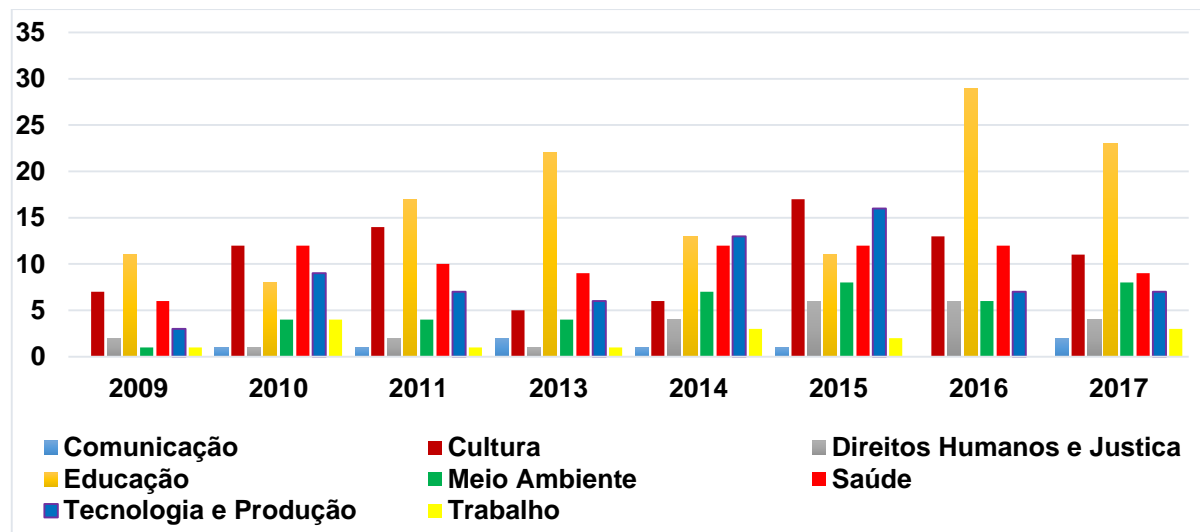


Fonte: Pró-Reitoria de Extensão da UFRB. Elaboração: Própria Autora (2018).

A interpretação do Gráfico 1 revela a evolução na distribuição das bolsas de extensão, começando com um quantitativo inicial de 30 bolsas, aumentando esse número para 50 no ano seguinte e se estendendo por mais três períodos, até a ocorrência de outro aumento para 70 bolsas, que se estendeu por mais dois anos.

No Gráfico 2, pode-se identificar a quantidade de propostas selecionadas por área temática entre 2009 a 2017.

Gráfico 2 - Distribuição de propostas PIBEX por área temática entre 2009 a 2017

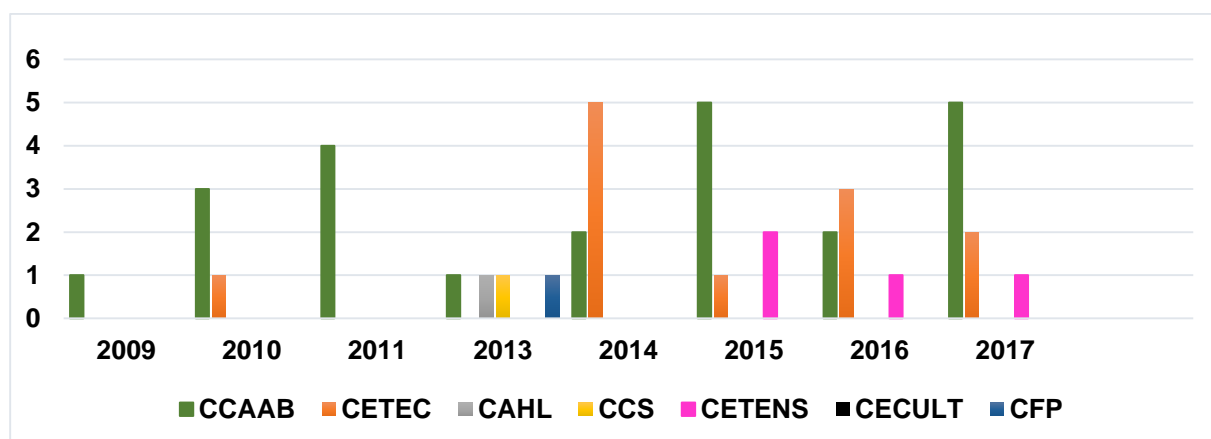


Fonte: Pró-Reitoria de Extensão da UFRB. Elaboração: Própria Autora (2018).

Diante do Gráfico 2 infere-se que a área temática Educação tem tido o maior número de submissões no conjunto de propostas aportadas pelo PIBEX, contabilizando um total de 134 propostas desde a sua primeira edição no ano de 2009 até o último período investigado pela presente pesquisa, em 2017. Por outro lado, chama a atenção que o tema Comunicação segue como aquele que menos recebeu propostas, totalizando apenas oito desde a última edição de 2017 considerando que, para algumas edições, nem sequer houve a submissão de projetos ou programas nessa linha temática.

Tratando-se ainda das áreas temáticas do PIBEX, cabe analisar agora o quantitativo de propostas submetidas pelos Centros de Ensino da UFRB cujo tema foi Meio Ambiente. Para tanto, o Gráfico 3 apresenta as informações necessárias para tal análise.

Gráfico 3 - Distribuição de propostas na linha temática Meio Ambiente por Centro de Ensino entre 2009 a 2017



Fonte: Pró-Reitoria de Extensão da UFRB. Elaboração: Própria Autora (2018).

Pelo exposto no Gráfico 3 observa-se que o CCAAB obteve o maior número de propostas diante dos demais Centros, com 23 iniciativas aprovadas, de 2009 até 2017; seguido pelo CETEC, com 12 propostas nesse mesmo período. Esse fato deve-se, possivelmente, a característica de ambos os Centros, por serem os mais antigos da UFRB, apresentarem diversos cursos na área ambiental e possuir o maior número de docentes, o que, conseqüentemente, produz maior demanda qualificada por Centro, em outras palavras, a maior quantidade de projetos e programas que se candidatam para o recebimento do aporte do PIBEX.

Pode-se notar ainda do Gráfico 3 que alguns Centros de Ensino submeteram apenas uma proposta com a temática ambiental (CFP e CAHL) desde a criação do

PIBEX. Possivelmente, o baixo quantitativo pode ser justificado pelo fato da área de meio ambiente estar vinculada com outras linhas temáticas do PIBEX. Além disso, nota-se que o CECULT nem sequer submeteu propostas desse tipo ao Programa, e mesmo caracterizando-se como um dos *campus* mais recentes da instituição, criado em 2013, por meio da Resolução nº 003/2013, acredita-se que isso também não pode ser utilizado como justificativa pelo baixo índice de propostas.

Em virtude de tudo o que foi explanado até o momento, pode-se identificar alguns dos desafios enfrentados pela Pró-Reitoria de Extensão, no sentido do enfrentamento da necessidade de instrumentalizar ações que equilibrem as oito áreas temáticas do PIBEX, consideradas de fundamental relevância pelo Plano Nacional de Extensão Universitária e das quais a UFRB segue as diretrizes para a extensão universitária. O capítulo a seguir apresenta os principais resultados da pesquisa de campo, assim como a análise de todo o conteúdo e a correlação deste com as ideias presentes nas obras dos principais autores estudados.

5 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a transcrição dos registros das entrevistas semiestruturadas e leitura minuciosa das mesmas, os dados coletados foram organizados em quatro categorias levantadas a partir da recorrência nos registros analisados, sendo elas: 1. Relação entre o poder público local e os projetos/programas de extensão universitária na área ambiental do PIBEX; 2. Poder público local e a questão ambiental: um olhar a partir dos projetos e programas de extensão universitária na área de meio ambiente da UFRB; 3. A importância do PIBEX para o fomento da extensão universitária na UFRB; e 4. Contribuições do PIBEX para a formação acadêmica e profissional dos extensionistas.

A seguir serão apresentadas as análises de cada categoria separadamente, embora elas estejam intimamente imbricadas. Foi selecionada em cada categoria os dizeres dos sujeitos partícipes da pesquisa que mais evidenciaram o avanço analisado, relacionando-os com a teoria de suporte escrita neste trabalho.

5.1 RELAÇÃO ENTRE O PODER PÚBLICO LOCAL E OS PROJETOS/PROGRAMAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ÁREA AMBIENTAL DO PIBEX

Os dois projetos de extensão universitária na linha temática de Meio Ambiente que contaram com parcerias com o poder público local foram submetidos por docentes do CCAAB e aprovados na seleção do PIBEX no ano de 2010. Já os outros dois que, neste caso, foi um projeto e um programa de extensão universitária, cujos planos de trabalho não apresentaram parcerias com o poder público local foram submetidos por docentes do CETEC e aprovados na seleção do PIBEX no ano de 2010 e 2014, respectivamente.

Por ora, acrescenta-se que os projetos e programa que compõem a pesquisa, apresentaram em suas edições, a participação de bolsistas integrantes de apenas uma única edição destes sendo que, todas essas ações tiveram a vigência de um ano. Além disso, apenas um projeto de extensão apresentou duas edições, também vigentes por um ano cada. No mais, faz-se oportuno apresentá-los nesse primeiro

momento, no intuito de que se tenha uma melhor compreensão acerca das suas principais características e abordagens.

O primeiro projeto do PIBEX selecionado para estudo, que aqui será chamado de Projeto A, teve a vigência de um ano. O Projeto foi desenvolvido junto aos professores da rede pública de ensino da Educação Básica de Maragogipe, município pertencente ao Território do Recôncavo da Bahia, tendo como objetivo a construção de um plano de ação, de forma participativa, capaz de comprometer todos os setores locais. Além dos docentes das escolas, pretendeu incluir o poder público local, representações comunitárias, conselhos gestores, dentre outros, para o enfrentamento dos problemas evidenciados numa reserva extrativista de manguezal, caracterizada como Área de Proteção Permanente (APP), a fim de criar condições necessárias para a sensibilização ambiental e o despertar para alternativas sustentáveis de desenvolvimento das comunidades.

O Projeto B foi o único que possuiu duas edições: uma em 2010 e a outra em 2011, porém, selecionou-se para a pesquisa, a edição de 2010, que apresentou articulações com o poder público local. O mesmo tratou sobre a questão do resíduo orgânico na feira livre de Cruz das Almas, a conscientização ambiental da comunidade local e a participação da educação ambiental na gestão, e, principalmente, no que diz respeito à produção do lixo, sua reciclagem e a minimização dos impactos sobre o ambiente. Na ocasião, todo o resíduo produzido pelos feirantes foram coletados e transformados em compostos orgânicos para serem distribuídos à própria população e doados para a produção de mudas de espécies arbóreas na UFRB.

O Projeto C teve o seu desenvolvimento também no município de Cruz das Almas, e apresentou como principal objetivo, o conhecimento acerca da contribuição de uma comunidade localizada na zona rural na dinâmica da poluição das águas de um rio que ficava em seu entorno, decorrente do processo de urbanização e usos múltiplos registrados ao longo dos anos. Para tanto, um programa de educação ambiental foi executado numa escola daquela área, com a finalidade de se estabelecer uma base para a efetivação das ações de recuperação da qualidade do rio e trabalhar a consciência sobre a problemática ambiental evidenciada, levando os indivíduos a adotar uma postura mais participativa na gestão dos recursos naturais, de forma a se tornarem agentes multiplicadores.

Já o Programa D tratou sobre a implantação de um programa de educação ambiental em duas escolas da rede pública de Ensino Fundamental, ainda em Cruz das Almas. O objetivo era alertar sobre a problemática da grande produção de lixo pelos seres humanos e estudar conceitos importantes como, reciclagem, coleta seletiva e compostagem, conscientizando alunos e educadores das escolas cadastradas sobre a importância da mudança de hábitos para melhorar as condições ambientais, através de aulas expositivas e práticas. Todo o resíduo coletado em ambas as escolas foram doados a uma associação de catadores de materiais recicláveis do mesmo município.

Importante destacar que nas análises dos Relatórios Parciais e Finais catalogados na Pró-Reitoria de Extensão, foi possível perceber que a concepção de extensão universitária no âmbito dos projetos e do programa estavam atreladas principalmente ao caráter formativo dos bolsistas, bem como na troca de saberes e experiências entre os extensionistas e a comunidade integrante das ações. Além disso, identificou-se que, de certa forma, o intuito das ações também se direcionavam para o desenvolvimento local⁸, no instante em que temas importantes estavam sendo tratados nos municípios.

Diante das características das ações de extensão apresentadas, notou-se que a maioria destas foram desenvolvidas em escolas. Fato que pôde ser notado também em grande parte das propostas catalogadas na Pró-Reitoria de Extensão da UFRB. Embora o foco de análise fosse o campo ambiental, evidenciou-se que não apenas os projetos e programas da área de meio ambiente tiveram essa característica, mas também diversas outras linhas temáticas do PIBEX como, por exemplo, a de Educação.

Sobre isto, Diniz (2012), em seu estudo sobre a extensão universitária como instrumento de política pública, observou quais têm sido alguns dos compromissos e relações que as universidades brasileiras vem assumindo com a sociedade através da extensão universitária. Em relação à educação no Ensino Formal, o fomento à

⁸ Para Abramovay (1998) desenvolvimento local se refere a uma estratégia que visa garantir para um determinado território (comunidade, município ou microrregião), melhorias das condições socioeconômicas a médio e longo prazo.

extensão tem priorizado ações voltadas primeiramente para o Ensino Fundamental e, após a LDB de 1966, para a Educação Básica.

A [...] dinâmica estabelecida entre a educação básica e o ensino superior é consumida e endereçada por seus públicos-alvos, atendendo às necessidades e desejos dos sujeitos que são capturados nesta trama, instituindo-se como estratégias de consumo pedagógicas eficazes que se justificam pelas necessidades e os interesses dos envolvidos **nesse** ciclo [...]. (ROSA; PINHEIRO, 2012, p. 12, **grifo nosso**).

Essa primazia também foi reafirmada nos documentos do Plano Nacional de Extensão Universitária criado pelo MEC e FORPROEX, e pela Política Nacional de Extensão Universitária. No primeiro documento, se estabeleceu que a atuação junto ao sistema de ensino da rede pública deveria se constituir em uma das diretrizes urgentes para o fortalecimento da Educação Básica por meio de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania (FORPROEX, 2001).

No segundo, reitera-se que uma das prioridades da articulação da extensão universitária com as políticas públicas, inclui a ampliação da oferta e melhoria da qualidade da Educação Básica (FORPROEX, 2012b). Observa-se que primeiramente a atenção voltava-se para o fortalecimento da Educação Básica, num cenário em que se buscava a universalização do Ensino Fundamental. Nos dias atuais, embora se busque contribuir para a ampliação da oferta, o que depende exclusivamente do Estado e não da universidade, existe uma expectativa muito grande para que as IES colaborem na qualificação da Educação Básica.

Em suma, frente ao contexto da declaração da educação como direito do indivíduo e obrigação do Estado, a busca pela universalização do Ensino Fundamental energizou a demanda por formação. E, além da formação, a procura pela qualidade da Educação Básica culminou na realização de pesquisas. As ações de extensão, por sua vez, também passaram a ser desenvolvidas tendo como campo de atuação a Educação Básica (DINIZ, 2012).

Destaca-se o enfoque em que essas ações desenvolvidas no âmbito do PIBEX apresentaram, seja por meio de capacitação dos professores ou da conscientização dos alunos, a culminância desta chegou até mesmo a se estender à comunidade, de uma forma geral. Assim, estabelece-se as novas relações da universidade com a sociedade, que agora passa a exercer seu compromisso perante às demandas sociais, entre eles a aproximação com a educação pública.

Sobre parcerias estabelecidas entre o poder público local e os projetos e programa de extensão, apenas dois destes contaram com algum tipo de articulação ao nível local, especialmente com Secretarias Municipais ligadas as Prefeituras de onde as ações foram desenvolvidas. Os demais não estabeleceram nos seus planos de trabalho e nem durante o decorrer das atividades alguma relação desse tipo.

No Projeto A, por exemplo, foi firmada uma articulação com a Secretaria Municipal de Educação visando uma espécie de autorização (através de uma carta) para que as atividades fossem executadas junto aos professores nas escolas cadastradas. Desta forma, constantemente, ocorriam visitas às instituições de ensino e à própria Secretaria para verificar e informar os docentes e gestores sobre o andamento do projeto, bem como apresentar os relatórios das ações. Os demais avisos eram enviados via *e-mail* ao gestor responsável pelo órgão público e aos diretores dos estabelecimentos escolares.

As atividades do Projeto B precisaram ser subsidiadas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente para facilitar a aproximação com os feirantes e colaborar com demais trâmites. A articulação com esse órgão foi pensada, sobretudo, em virtude do caráter extensionista do Projeto e para atender a demanda da população local, que se incomodava com o descarte inadequado dos resíduos. Após uma série de reuniões com os gestores lotados na Secretaria, houve a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica, onde cogitou-se o apoio na logística e matérias-primas para auxiliar na execução das atividades.

Nós, inicialmente, antes de iniciar o Projeto, levamos para os gestores da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente ver se queriam participar. Na realidade, o Projeto era pra ter sido feito em 4 ou 5 prefeituras do Recôncavo. A gente não conseguiu ter o apoio, porque precisava de um carro, e a Universidade não tinha [...]. Então a gente resolveu fazer só com a de Cruz das Almas pra tentar facilitar, porque a gente ia coletar lixo, e pra ficar mais fácil pra trazer pra Universidade. (ORIENTADOR(A) DO PROJETO B, 2018).

Como o projeto tinha uma interação direta com a feira livre de Cruz das Almas, propondo uma nova estratégia para a gestão e aproveitamento dos resíduos orgânicos, estabelecer uma parceria com a gestão pública local foi fundamental. Diante também da necessidade que existia para viabilizar a coleta e transporte dos resíduos, já que o Projeto tinha recursos só para a bolsa do estudante e não garantia nenhuma etapa de logística nem estrutura do Projeto. Assim, nos aproximamos da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, solicitamos algumas reuniões e apresentamos o Projeto. (BOLSISTA DO PROJETO B, 2018).

Como pode-se notar até o momento, a iniciativa para requerer algum tipo de apoio do poder público local em ambos os casos anteriores, partiu dos(as)

orientadores(as) dos projetos. O que chama à atenção são os instrumentos utilizados para solicitar essa demanda (Carta de Autorização e Termo de Cooperação Técnica) antes mesmo de colocar em prática as atividades. No mais, evidencia-se que as reuniões iniciais foram de fundamental importância para que todas as informações referentes aos projetos fossem transmitidas de forma para os(as) gestores(as), tanto que os(as) mesmos(as) assinaram os documentos que comprovaram tal entendimento do que estava se requerendo naquele instante.

Isto posto, é necessário apontar a importância dos órgãos municipais no contexto da Administração Pública. Sabe-se que o Poder Executivo Municipal desempenha suas funções através de um aparelho administrativo estruturado por órgãos e entidades, dentre estes, as Secretarias, cuja configuração é orientada segundo as especificidades locais em termos de atendimento das necessidades sociais, como a oferta de bens e serviços públicos. O papel central do Poder Executivo de um município é o de proporcionar, em conformidade com os outros níveis de Governo (Legislativo e Judiciário), maior qualidade de vida para os cidadãos, via atuação de forma direta – pela hierarquia de seu aparelho administrativo, ou descentralizada – podendo ocorrer por meio de administração indireta de entidades relacionadas, ou através de ações governamentais – projetos, programas, dentre outras ações (KLERING, et. al., 2011).

Portanto, embora a Prefeitura Municipal seja responsável por todos os atos que interferem no município, dotar as Secretarias locais de maior autonomia administrativa, que pode dar-se na forma de empoderamento e descentralização gerencial, pode trazer contribuições não somente para a flexibilização da gestão, mas também para um comprometimento significativo direto destas com a gestão (KLERING, et. al., 2011).

Todavia, tratando-se da questão ambiental, infelizmente a maioria dos municípios no Brasil ainda carece de uma Secretaria Municipal que seja responsável diretamente pela coordenação das políticas públicas municipais ambientais, assim como de um Conselho de Meio Ambiente exercendo competências consultivas e deliberativas, funções estas que muitas vezes vem exercida por algum órgão estadual, através de convênios firmados entre as Prefeituras e os Estados (HAYASHI; SILVA, 2015).

Outra realidade enfrentada pelos municípios e que também já está posta no cenário nacional é o condensamento dos órgãos (como é o caso da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Cruz das Almas). Acredita-se que essa fusão pode travar e comprometer a atuação das funções, já que cada organismo público apresenta características específicas que devem ser tratadas de forma individual, não descartando a atuação conjunta em determinados casos que venham a somar benefícios para os munícipes.

Quanto aos resultados alcançados por meio da parceria entre os projetos de extensão universitária e o poder público local, as falas indicam que as contribuições ficaram mais condensadas no âmbito do desenvolvimento local dos próprios municípios, gerando também benefícios para a comunidade ao atingir determinadas áreas ambientais que anteriormente não recebiam a atenção devida.

*Essa experiência de Maragogipe foi a primeira experiência oficial com o selo do Ministério do Meio Ambiente (MMA). E o Ministério delegou essa responsabilidade para a ONG **Instituto BiomaBrasil**, já que foi a ONG que adaptou e conhece o guia, fez toda adaptação técnica desse material, foi a ONG que conduziu o curso de capacitação com os professores⁹. O curso durou 100 horas, porque teve uma parte presencial com os professores. Os professores ganharam esses exemplares e levaram para suas escolas. Tinham exemplares para as escolas, mas a **equipe do Projeto também acompanhava** esses professores mês a mês para acompanhar a evolução do trabalho deles, tentar mediar problemas e dúvidas. Só pra você ter ideia, depois dessa experiência de Maragogipe, esse guia com o apoio dessa mesma ONG, já fez essa experiência em mais oito municípios ao longo da costa brasileira: na Bahia, Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo e também São Paulo. O Ministério preza por esse instrumento para se trabalhar com escolas no entorno de áreas protegidas que tenham manguezais. Então, é algo que continua e essa experiência do PIBEX foi a primeira. (ORIENTADOR(A) DO PROJETO A, 2018, **grifo nosso**).*

Ocasionou em uma abordagem inicial com resultados satisfatórios pois a presença e o envolvimento dos professores com a oficina durante a Jornada Pedagógica os motivou para começarem o desenvolvimento dos projetos em suas escolas. (BOLSISTA DO PROJETO A, 2018).

A articulação entre o Projeto com o poder público local, permitiu uma maior aproximação com os feirantes, já que o município carecia de atividades daquele tipo, tendo em vista que, até aquele momento, não se tinha identificado nenhum projeto por parte da Prefeitura Municipal parecido com o que o PIBEX estava executando. Foi possível identificar que, graças à parceria, houve um maior engajamento dos feirantes que participavam das

⁹ O Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (IMCBio) é o órgão responsável pela gestão daquela área protegida. Por conta disso, o Projeto precisou ser cadastrado no portal *online* do Instituto. Além disso, o MMA se dispôs a ceder alguns exemplares do guia didático “Os Maravilhosos Manguezais do Brasil” para que a equipe pudesse trabalhar com os professores da rede pública de ensino local. Tal material teria sido elaborado com base em uma experiência americana desenvolvida por uma Organização Não-Governamental (ONG), denominada *Mangrove Action Project*, e adaptada à realidade brasileira. Assim, uma ONG brasileira, chamada Instituto BiomaBrasil, responsável pela adaptação do guia didático, e da qual o orientador do Projeto de extensão teria atuado como diretor foi a responsável pelo processo de capacitação dos professores da rede pública escolar.

ações, e mesmo os que não tinham sido contemplados pelo Projeto no ato do cadastramento, começaram a se espelhar naqueles que separavam o lixo para compostagem. Além disso, inicialmente, viu-se a sensibilidade dos gestores em colaborar com o Projeto, através do transporte para o carregamento do material coletado na feira-livre. (ORIENTADOR(A) DO PROJETO B, 2018).

A Resolução nº 038/2017, que versa sobre as normas que disciplinam as ações de extensão universitária na UFRB, apresenta como concepções deste termo a relação da Universidade com os demais setores da sociedade, seja como alternativas de diálogo, interação e até mesmo como forma de atendimento das necessidades e resolução das problemáticas sociais.

Art. 3º [...], considera-se que a Extensão Universitária:

I – representa um trabalho em que a relação universidade-professor-estudante-técnicos administrativos-comunidade, torna-se uma possibilidade eficaz de diálogos, intercâmbio, interação, transformação mútua, desafios e complementariedade;

II – constitui uma estratégia de comunicação permanente com os demais setores da sociedade, sua problemática e potencialidades;

III – é um meio de formar profissionais cidadãos capacitados a responder, antecipar e criar repostas às necessidades da sociedade;

IV – favorece a renovação e a ampliação do conceito “sala de aula”, que deixa ser o lugar privilegiado para o ato de aprender, adquirindo uma estrutura ágil e dinâmica, caracterizada por uma efetiva aprendizagem recíproca de estudantes, servidores técnicos e docentes e outros segmentos da sociedade, ocorrendo em qualquer espaço e momento, dentro e fora da Universidade. (UFRB, 2017, p. 1-2).

Para Santiago (2017), a extensão universitária, ao interagir com outros segmentos da sociedade, cumpre alguns papéis importantes tais como, formativos, de colaboração com o desenvolvimento e de socialização de saberes. Ao mesmo tempo, delega à universidade em relação aos objetivos da produção do conhecimento, no tocante à aproximação e a circulação entre seus efetivos destinatários e ao seu compromisso com a transformação da realidade social. Ainda assim, abrange públicos variados, difusos, e para além dos “muros” da universidade, demandando a valorização da dialogicidade e alteridade.

Das principais dificuldades enfrentadas através da relação entre os projetos de extensão universitária e o poder público local, um ponto em comum chama a atenção: ausência de compromisso por parte dos gestores públicos em assumir as responsabilidades perante as ações extensionistas.

Por parte da Secretaria Municipal de Educação, ela não parecia estar organizada o suficiente, preparada o suficiente pra acompanhar, pra conduzir. Ela foi informada o tempo todo. Eu mandava mensagens, e relatos, e relatórios do nosso Projeto para os gestores dessa Secretaria, mas sem muito feedback, sem muito retorno. (ORIENTADOR(A) DO PROJETO A, 2018).

Na minha opinião a principal dificuldade foi o lançamento de outros projetos por parte da Secretaria para as escolas participantes, tornando assim o calendário escolar sobrecarregado bem como também o tempo dos professores envolvidos. (BOLSISTA DO PROJETO A, 2018).

Durante esse processo, foram surgindo algumas dificuldades, porque a Secretaria tinha outras prioridades com a população local, e a gente não podia ficar esperando por muito tempo, por conta da entrega dos Relatórios. E a Secretaria deixou completamente de dar o apoio logístico necessário para as ações do Projeto seguir em frente. Eu, por exemplo, tive que comprar o material com o meu dinheiro. Saiu do meu bolso, por falta de compromisso da Secretaria. (ORIENTADOR(A) DO PROJETO B, 2018).

A Secretaria da Prefeitura se mostrou sensível ao Projeto, compreendia a necessidade de um novo olhar para a gestão dos resíduos, apoiando inicialmente com a logística dos resíduos coletados nas primeiras semanas, mas não conseguiu firmar seu compromisso na totalidade do Projeto, devido as grandes demandas já existentes no próprio município e da inexistência de uma política pública local para fomentar melhor a reutilização da matéria orgânica perdida nos dias de feira. A maior dificuldade foi a descontinuidade do compromisso com a coleta e transporte por parte da Secretaria, que foi o principal gargalo. Já que também era muito complicado articular o transporte através da Universidade. (BOLSISTA DO PROJETO B, 2018).

A questão ambiental passou a fazer parte da vida dos municípios brasileiros com maior ênfase a partir da Constituição Federal de 1988 que, além de conceder-lhes maior autonomia, afirma em seu artigo 225 que o meio ambiente é bem de uso comum, cabendo ao poder público e a sociedade a sua preservação e manutenção. Além de inovar com um artigo específico que tratava de meio ambiente, a Constituição Federal concedeu maior autonomia aos municípios, trazendo com isso a necessidade de descentralização em áreas, como na própria temática ambiental. Antes disso, já constatava-se a existência de algumas leis tratando da matéria mas, foi somente após a Conferência da ONU no Rio de Janeiro em 1992 (Rio-92), que o processo ganhou mais força e maior visibilidade no país (NASCIMENTO, 2008).

Ainda segundo Nascimento (2008), na década de 1990, os movimentos ambientalistas que desde os anos de 1970 atuavam no Brasil em função dos inúmeros problemas ambientais, passaram a estar mais presentes no cotidiano da política brasileira, assim como mais próximos do cidadão comum, pressionando os órgãos públicos para a melhoria da qualidade ambiental.

Porém, com toda essa gama de eventos antepassados que culminaram numa maior disseminação das preocupações com os recursos naturais, não é de se estranhar que a falta de comprometimento frente a algumas questões é uma realidade não apenas local, mas nacional. Infelizmente, algumas Prefeituras Municipais estão totalmente despreparadas para assumir compromissos com setores sociais que podem dar-lhes uma contrapartida muito interessante.

Em um dos relatos de um(a) participante da pesquisa, fica bem claro que houveram tentativas de aproximar os(as) gestores(as) das atividades dos projetos, ao informá-los sobre o que estava acontecendo, utilizando alguns meios para isso como, o envio de mensagens e relatórios. Já em outros relatos, é possível perceber que algumas prioridades foram postas à frete do Projeto de extensão, o que demonstra ainda mais a desorganização na forma de atuação destes órgãos.

Crer-se que uma série de motivos contribuíram para que a relação entre os projetos de extensão e o poder público local enfrentassem os entraves mencionados pelos(as) partícipes da entrevista. Em primeiro lugar, está a questão do capital humano especializado, considerando que, muitas vezes, na gestão municipal, o corpo técnico de funcionários apresenta baixa qualificação, pois a maioria não possui Ensino Superior ou foram apadrinhados com o cargo, não possuindo a especialização técnica necessária para assumir as responsabilidades perante a função que lhe foi concedida.

Outro fator, se refere as limitações financeiras ou a má distribuição dos recursos. Infelizmente, a autonomia municipal apresenta limitações, principalmente quando se trata de “dinheiro público”, e como muitas ações dependem de vários critérios para que o repasse possa ser realizado, as Administrações Municipais acabam “engavetando” projetos e programas, muitas vezes prioritários para o município. Isso também inviabiliza o apoio financeiro a determinadas ações protagonizadas pelos demais setores da sociedade.

Também, existe a ineficiência na prestação de serviços públicos, ou seja, os municípios não conseguem abarcar todas as áreas de interesse social. Por isso, em muitos lugares, o poder público oferece serviços concorrentemente, gerando ineficiência na prestação deles, além de investir muito em determinadas áreas, enquanto outras não são bem executadas visto que, a maioria dos gestores querem se responsabilizar diretamente por eles. Assim, defende-se que a reflexão dos três pontos anteriores aconteceram nos municípios analisados e também vem ocorrendo de forma geral no âmbito dos Governos locais no Brasil.

Por último, é provável que a inexperiência dos(as) orientadores(as) tivessem provocado tais transtornos. Seria interessante uma visão mais calculista a respeito dos(as) gestores(as) daqueles órgãos, suas formações, especialidades e levantamento de projetos apoiados pelos(as) mesmos(as) anteriormente, pois assim,

se refletiria sobre a viabilidade de apoio antes de buscar alguma parceria nestas entidades.

Pelo exposto, é preciso ter em mente que o município é o ente administrativo da Federação, onde os problemas ambientais estão mais próximos da vida dos indivíduos, sendo a Administração Municipal responsável em grande parte pela tomada de decisão e execução das ações que versam sobre o meio ambiente. Deste modo, é cada vez mais urgente que os municípios tenham capacidade de se organizar para tratar dessa matéria, e estejam dispostos a capacitar pessoal e buscar recursos financeiros para o cumprimento das suas obrigações (NASCIMENTO, 2008).

Como o Projeto C e o Programa D não requereram nenhuma forma de articulação com o poder público local, já que em virtude das próprias características dos mesmos vê-se que não seria necessário nenhuma contrapartida da esfera pública municipal, notou-se durante a entrevista com os(as) orientadores(as), concepções ideológicas semelhantes em relação a possibilidade de submissão de projetos ou programas na área ambiental ao PIBEX com uma futura vinculação com órgãos públicos.

Tais orientadores(as), coincidentemente, participaram voluntariamente, anteriormente à estas ações, de um projeto de extensão submetido por um(a) outro(a) docente da UFRB, também de cunho ambiental, porém num programa diferente do PIBEX. Verificou-se diversos transtornos enfrentados durante o decorrer das atividades, em decorrência da articulação com o poder público, o que desmotivava constantemente toda a equipe a continuar executando as atividades. Essa experiência se tornou o passaporte inicial para que os orientadores não queiram mais elaborar projetos ou programas de extensão que firme esse tipo de relação.

Atualmente, pela experiência que a gente teve, até posterior a esse Projeto, é difícil, pelo menos com as Secretarias que eu entrava em contato. A gente enfrentou dificuldades de relacionamento para elas participarem. Quando a gente solicitava algum material ou mão-de-obra, ou algum custo, eles não apoiavam. Quando solicitamos só espaço físico, eles ainda cedem. Não só a Prefeitura Municipal de Cruz das Almas, mas a de outros municípios também, se sensibilizam com os projetos, mas não querem arcar com os custos, porque acham que a Universidade tem a obrigação de fazer tudo. Como uma das atividades da Universidade é a extensão, a Prefeitura acha que a Universidade tem que fazer tudo e arcar com aquelas obrigações que são da própria Prefeitura. Então, acham que a gente tem mais dinheiro, que os professores tem mais tempo, que os alunos tem mais tempo e que os recursos da Universidade são maiores do que os da Prefeitura. Então, não querem ceder recursos pra gente desenvolver os projetos. (ORIENTADOR(A) DO PROJETO C, 2018).

Uma coisa que eu já percebi é que muda Governo, muda o secretário, aí você tem que começar do zero, né? Não existe um histórico ou nenhuma continuidade lá dos projetos que estão em andamento ou que eles estão apoiando. Aí você tem que chegar e tentar fazer toda essa articulação de novo, de conversar com o secretário pra falar do projeto, pra falar do que está acontecendo e colocar ele à par e dar continuidade. Então, isso é o que eu acho pior de todo o processo. A Prefeitura acha que a Universidade é rica e tem mais dinheiro que eles. (ORIENTADOR(A) DO PROGRAMA D, 2018).

Observando estes depoimentos, depreende-se que há uma confusão acerca dos papéis na relação entre universidade e poder público, que de maneira geral, coloca esta primeira e as suas ações de extensão universitária apenas na concepção de prestação de serviço. Sobre isso, Santos (2013, p. 26) aponta que:

Importa destacar, entretanto, que a universidade pública não se constitui como uma secretaria de Governo; sabe-se que não é papel dela realizar as funções intrínsecas do poder público. Apesar de se discutir muito sobre o seu desempenho, levando-se em conta esta questão, é importante diferenciar suas atribuições. Um fato interessante, neste contexto, é sua força nas intervenções dos problemas de caráter social, o que a apresenta como parceira do poder público.

Nota-se também que a questão financeira aparece como um dos maiores gargalos quando trata-se do apoio do poder público. Existe a concepção de que a Universidade possui mais recursos que os demais órgãos públicos, e, por isso, deve arcar com todas as questões que envolvem finanças. No entanto, grande parte dos programas de ensino, pesquisa e extensão da UFRB somente concedem as bolsas aos estudantes de graduação, como é o caso do próprio PIBEX, sendo necessário que os professores busquem apoios externos para viabilizar as atividades. E, em virtude das atividades serem desenvolvidas em beneficiamento dos próprios municípios, recorre-se a algumas organizações locais para se firmar articulações.

De acordo com Ávila e Malheiros (2012), o município, além da decisão política de envolver-se no tema e enfrentar todos os conflitos oriundos da tomada de posição em relação a um tema tão abrangente e complexo como o meio ambiente, também precisa preparar-se, capacitar-se. Cabe aos gestores públicos estabelecer parcerias, porque algumas questões ambientais extrapolam as fronteiras de um município e condicionam a eficácia da solução à resolução cooperada do problema. Isto favorece o uso eficiente de recursos públicos e a otimização dos recursos humanos. Ainda assim, é preciso a disponibilização dos recursos necessários, legais, estruturais, operacionais, financeiros, tecnológicos e técnicos, de modo a atender tanto às exigências de uma ação eficiente no trato das questões ambientais, quanto as suas interfaces de cooperação com a sociedade em termos de participação.

É relevante também que haja a continuidade das ações, pois ainda perdura dentro dos órgãos municipais, o retardamento do processo da administração local, e persistem modelos de administração marcadas pelo individualismo e pela burocracia. As próprias Secretarias Municipais não conversam entre si, processo que é consequência das diferenças partidárias que inviabilizam qualquer atuação conjunta e o prosseguimento daquilo que já estava posto como possível contribuição para o desenvolvimento local. As Prefeituras Municipais não fazem os Consórcios Públicos¹⁰ para tratar de determinadas especificidades locais, sem considerar que isso poderia estar acarretando benefícios nas contas públicas e gerando bem-estar aos cidadãos.

Por outro lado, mesmo com os gargalos enfrentados na relação do Projeto com o poder público, o(a) Orientador(a) do Projeto A, afirmou que estaria disposto(a) a submeter novamente ao PIBEX um novo projeto ou programa de extensão universitária, cuja articulação contasse com o apoio da esfera pública local, inclusive o(a) mesmo(a) tem participado atualmente de algumas ações em municípios do Recôncavo da Bahia com diálogos nas Prefeituras e Secretarias a fim de firmar um Termo de Cooperação Técnica entre a UFRB e o poder público a partir do rascunho de um projeto.

Já o(a) Orientador(a) do Projeto B esclareceu que, por conta dos entraves oriundos dessa articulação, somente estaria disposto(a) a escrever um novo projeto ou programa de extensão com apoio do poder público local, se tivesse conhecimento sobre referências anteriores acerca dos aspectos profissionais e acadêmicos do gestor responsável pelo órgão público. O(a) mesmo(a) acredita que caso haja alguma mudança do ponto de vista político dos gestores e o viés do que eles veem como meio ambiente, a construção de ações de extensão iria facilitar ainda mais a aproximação da Universidade com a esfera pública municipal. Inclusive, este(a) tem sido procurado(a) pelos(as) gestores(as) da mesma Secretaria em que recorreu-se ao apoio no passado para o Projeto de extensão, no sentido de elaborar um projeto ambiental de conservação de uma área protegida, mas já deixou claro que a sua

¹⁰ Consórcios Públicos são pessoas jurídicas formadas exclusivamente por entes da Federação, com o objetivo de criar termos de colaboração federativa, incluindo a realização de objetivos com interesses semelhantes. Estes podem ser formados como associação pública, com personalidade jurídica de Direito Público e natureza autárquica ou como pessoa jurídica de Direito Privado sem fins lucrativos (BRASIL, 2005).

função será apenas a de escrever a parte teórica das atividades, ficando o desenvolvimento prático por parte daquela.

De todo modo, a participação do poder público local foi considerada por todos(as) os(as) entrevistados(as) como de extrema importância para o desenvolvimentos de projetos ou programas de extensão universitária na área de meio ambiente. A seguir apresenta-se as fala dos(as) bolsistas perante essa consideração.

Ao enxergar os pontos positivos que resultará da parceria com a Universidade, poderia abrir espaço em eventos para atividades do Projeto, auxiliar com material ou pessoal para o desenvolvimento das atividades e oferecer incentivos as pessoas envolvidas para participar do Programa. (BOLSISTA DO PROJETO A, 2018).

Por intermédio de uma parceria comprometida com o desenvolvimento local que de certa forma contribuiria para fomentar o crescimento socioeconômico e sustentável. A população teria a oportunidade de obter uma resposta por parte da UFRB para sanar alguma questão social, sem contar que a instituição possui em seu quadro professores pesquisadores de um alto nível de conhecimento capaz de oferecer para a sociedade diversas alternativas de soluções de problemas sociais. (BOLSISTA DO PROJETO C, 2018).

O poder público local tem tudo para obter resultados positivos. Investindo, divulgando, exigindo encontros de forma que possa abranger mais ainda a população. (BOLSISTA DO PROGRAMA D, 2018).

Interpretando o conteúdo das falas, infere-se que os(as) gestores(as) públicos poderiam estar contribuindo de diversas formas no desenvolvimento das ações extensionistas nesta área, principalmente com a disponibilização de recursos humanos, materiais e até financeiros. O que seria uma maneira de dar uma contrapartida à população, afinal de contas, além dos impostos em geral, a mesma também contribui com os tributos municipais, os quais poderiam ser reinvestidos para atividades do tipo. Não apenas isto, mas o poder público deveria divulgar os projetos, de forma que a população pudesse ficar ciente das relações que ele firma com uma universidade que está localizada dentro do próprio município.

No que se refere a identificação de temas prioritários para o desenvolvimento de projetos ou programas de extensão universitária na linha ambiental em parceria com o poder público local, verificou-se que os resíduos urbanos constituem-se uma problemática que está mais em evidência no momento. Além dessa temática, foram citadas como urgentes: a arborização urbana, a questão agroecológica sustentável, o saneamento básico e a conservação das nascentes.

Eu não compreendo como que temos uma UFRB aqui dentro da cidade, com 3 ou 4 grupos que trabalham pesquisa sobre gestão de resíduos sólidos, e a

Prefeitura gasta dinheiro contratando empresas externas para preparar o seu Plano de Gestão. Isso é surreal. Então, nem a Universidade está conseguindo se impor, e me parece que nem a Prefeitura está muito disposta a nos ouvir, embora exista afinidades políticas e ideológicas, até partidárias. Então, isso é só um exemplo de Cruz das Almas, mas de todas as Prefeituras da região que padecem do mesmo problema. Me assusta, por exemplo, o aspecto de arborização urbana. Aqui, não existe um sistema de poda de árvore, existe mutilação de árvore. Quando você vai no Recôncavo inteiro, você vê que nenhuma Secretaria tem uma Política Municipal de Educação Ambiental, correto? (ORIENTADOR(A) DO PROJETO A, 2018).

*Aqui em Cruz das Almas, não tem nenhuma ação da Prefeitura em relação a reciclagem de lixo. Então, todo mundo joga lixo da forma que quer, na hora que quer. E isso a Prefeitura tem que passar à frente, porque já era pra ter terminado a questão dos lixões, só que o Governo Federal achou que tem que ampliar, então ampliou o prazo pra mais 10 anos. Então, não tem que ter mais lixão, só aterro sanitário. Mas, aqui em Cruz das Almas ainda não despertaram, porque o lixo é problema. Eu acho que tem muita coisa que a gente pode fazer. A Prefeitura deveria reverter recursos para esta questão. (ORIENTADOR(A) DO PROJETO B, 2018, **grifo nosso**).*

As relações etnobotânicas e as novas perspectivas da aproximação da sociedade e a natureza, na construção de estratégias de conservação e recomposição ambiental, garantindo a sobrevivência e geração de renda, através dos recursos naturais; a agricultura ecológica versus agricultura convencional, desmistificando os modos de sobrevivência na roça a partir da Agroecologia e seus sistemas dinâmicos; e recuperação de áreas degradadas e corpos hídricos utilizando a restauração produtiva, construindo soberania alimentar. (BOLSISTA DO PROJETO B, 2018).

Um tema é o saneamento básico, principalmente no cenário atual, onde existe aí uma força política não oferecendo mais os recursos que estavam praticamente aprovados para a questão do saneamento. Ainda no cenário nacional a questão do saneamento é uma questão muito urgente, né? Olhando para o Brasil, tem uma carência muito grandes por falta de saneamento. Esse tema está diretamente relacionado as outras áreas como, por exemplo, a saúde e até a própria educação. (ORIENTADOR(A) DO PROJETO C, 2018).

Alguns temas seriam de suma relevância para a sociedade como, por exemplo, algum programa que amparasse as questões do meio ambiente como, identificação e manutenção de todas as nascentes existentes na cidade, recuperação dos afluentes. A Secretaria de Meio Ambiente do município de Cruz das Almas deveria buscar parceria junto à UFRB, já que a Universidade dispõe de pesquisadores e profissionais na área, assim como, uma parceria que viesse contribuir para sanar os impactos causados pelo lixão do município atrelado a um estudo mais apurado para apresentar algumas alternativas de criar outro meio de destinação dos resíduos sólidos da cidade. (BOLSISTA DO PROJETO C, 2018).

Eu acho que uma coisa que é muito necessária, que também está dentro da minha área de trabalho, é a gestão dos resíduos. A gente vê muitos problemas com a gestão dos resíduos da construção civil que a gente poderia trabalhar de alguma maneira isso, por exemplo, ensinando os pequenos geradores a fazer a sua própria construção, os pedreiros – como deveriam gerenciar os resíduos, como poderiam aproveitar esses resíduos da construção civil, porque a gente vê muito entulho espalhado na rua. Então, eu acho que esse era um trabalho que a gente deveria desenvolver. E outro também é em relação aos resíduos da feira livre. Seria interessante que os feirantes soubessem gerenciar os seus resíduos, como aproveitar esse material, pra tirar aquela sujeira da rua. Acho que poderia contribuir muito e até desonerar a Prefeitura desses custos. Só que pra Prefeitura se desonerar

futuramente desses custos, é preciso que ela invista um pouco agora. (ORIENTADOR(A) DO PROGRAMA D, 2018).

As informações dos indivíduos da pesquisa, indicam possíveis caminhos que o poder público local poderá percorrer para incluir algumas temáticas na gestão ambiental. Para tanto, recomenda-se que algumas políticas públicas nesta seara sejam incorporadas nas ações das Prefeituras Municipais, a exemplo da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010); Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/ 2007); Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997); Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) dentre outras.

A partir das discussões tecidas até aqui, cumpre informar que ainda existe uma grande dificuldade de trazer as Prefeituras do Recôncavo da Bahia para apontar, pensar e demandar os seus problemas para a Universidade. Os vários grupos de pesquisa, ensino e extensão formados no âmbito da UFRB poderiam estar contribuindo significativamente para a resolução das problemáticas enfrentadas pelos municípios, mas parece existir um fechamento para o surgimento de uma ação colaborativa. Em outro viés, também cabe refletir sobre a atuação da UFRB nos municípios em que ocorreram as atividades do PIBEX, ou seja, como a instituição é interpretada fora de seus muros e qual a visão que o poder público tem a respeito das suas funções. Sobre isso, discutira-se no próximo subtópico.

5.2 PODER PÚBLICO LOCAL E A QUESTÃO AMBIENTAL: UM OLHAR A PARTIR DOS PROJETOS E PROGRAMAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE DA UFRB

Durante o decorrer da pesquisa, foi proposta a realização de entrevistas com os(as) gestores(as) do poder público lotados(as) nas Secretarias dos municípios em que os projetos de extensão universitária foram executados, e, conseqüentemente, mantiveram algum tipo de articulação nesses órgãos. Por conseguinte, foram entrevistados os(as) gestores(as) da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e da Secretaria Municipal de Educação de Cruz das Almas, bem como, o(a) gestor(a) da Secretaria Municipal de Educação do município de Maragogipe.

Quando questionados(as) sobre a existência de iniciativas de ações de desenvolvimento ambiental, os sujeitos da pesquisa citaram diversos projetos em que

os municípios tem se apoiado, através das Secretarias Municipais, que tratam especificamente dessa matéria.

As principais iniciativas são arborização urbana e rural em parceria com a comunidade local no sentido dos moradores demandarem a plantação de árvores nos bairros, e, posteriormente, cuidar das mudas para que elas possam crescer saudáveis; projeto de combate à poluição sonora; o projeto de valorização dos catadores de materiais recicláveis, principalmente no cadastramento desses profissionais para atuarem nos períodos festivos do município; coleta de pneus de veículos automotores, no sentido de retirar esse material do meio ambiente, encaminhando para reciclagem; e projetos pontuais de educação ambiental nas escolas públicas e privadas, de onde a Secretaria atua organizando visitas destas escolas à algumas áreas protegidas que existem no município, assim como conscientizando o corpo escolar sobre a importância da preservação ambiental. (GESTOR(A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE CRUZ DAS ALMAS, 2018).

Tem o Programa Semear, que tem como finalidade educar ambientalmente todos os alunos das escolas localizadas nas áreas rurais sobre a problemática ambiental da atualidade no espaço rural, respaldado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, e enfatizando em suas atividades a plantação de hortaliças para a merenda escolar. Outra ação acontece durante a Jornada Pedagógica de Educação – evento que acontece sempre no início do ano letivo, reunindo todo o corpo docente da rede pública de ensino escolar. Nessa ocasião, os diretores são informados sobre o calendário ambiental e são instruídos a colocar em prática diversas atividades neste sentido com os alunos. (GESTOR(A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CRUZ DAS ALMAS, 2018).

*A gente possui uma gama de projetos na área de meio ambiente em todas as escolas da rede pública do município. Essas ações envolvem o trabalho com diversos temas: horta escolar, arborização, resíduos sólidos, manejo do solo, uso racional da água, dentre outros. Antes disso, realizamos cursos, oficinas e palestras com todos os professores e coordenadores das escolas, e, no final do ano letivo, todo o corpo docente juntamente com os(as) gestores(as) da Secretaria, fazem um balanço sobre os resultados alcançados e as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento das ações realizadas durante o ano. A responsabilidade pela capacitação desses agentes cabe a equipe de Departamento de Ensino, lotada nessa própria Secretaria, que participa de diversos outros eventos no Estado para assumir a missão de compartilhar o ensinamentos. (GESTOR(A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARAGOGIPE, 2018, **grifo nosso**).*

As respostas demonstram o empenho destes sujeitos perante a perspectiva ambiental, fato que pode ser notado tanto na quantidade de projetos e ações citadas, quanto na forma em que ocorre a realização dos mesmos. Identifica-se ainda nas falas, os espaços em que as ações acontecem: nos bairros, nas escolas e durante eventos anuais que ocorrem nos municípios. Tais espaços possibilitam que as Secretarias apareçam em determinados cenários como responsáveis pelas ações de desenvolvimento local.

A municipalização da questão ambiental é apontada por Ávila e Malheiros (2012) como um passo evolutivo importante na gestão ambiental descentralizada e na

institucionalização da participação popular, aspectos já consagrados pela Constituição Federal de 1988. Em nível local, a autoridade e o poder de decisão estão mais perto da comunidade, o que permite um maior engajamento dos cidadãos no equacionamento e solução das problemáticas ambientais. Atualmente, os municípios aparecem como o local privilegiado para o tratamento dos problemas socioambientais que afetam diretamente a população em seu cotidiano, tornando possível que os Governos locais encontrem, em conjunto com a sociedade, alternativas saudáveis para seu crescimento, superando o discurso tradicional de progresso a qualquer custo.

Ficou evidente no decorrer da entrevista que existe uma relação entre as ações das Secretarias e a comunidade beneficiada (sem a presença de parcerias institucionais), o que não deixa de ser essencial, entendendo-se que o ser humano é a parte mais interessada quando se trata da questão ambiental. Para Fernandes et. al. (2014), é certo que para se ter uma boa qualidade de vida, o meio ambiente tem que estar em equilíbrio, e o reconhecimento da necessidade desse equilíbrio é pressuposto para que se possa efetivamente garantir a proteção da personalidade humana. Ao preservar esse bem, gera-se uma forma de dar as futuras gerações uma qualidade ambiental melhor e o cumprimento do princípio da igualdade, onde todos poderão ter acesso dos recursos naturais em sua totalidade. Dentre os princípios constitucionais, o relacionado à vida humana ganha destaque, já que um dos requisitos mínimos para se viver com dignidade é estar em um meio ambiente saudável. Evidentemente, a preocupação com a preservação da natureza existe em função dos sujeitos humanos, para que eles possam viver melhor e com saúde.

Naquela oportunidade, os(as) gestores(as) foram perguntados se existe alguma atuação conjunta entre as Secretarias das Prefeituras Municipais para o desenvolvimento das atividades ambientais. Somente a Secretaria Municipal de Educação do município de Maragogipe faz essas articulações; já os(as) gestores(as) lotados(as) nas duas Secretarias de Cruz das Almas, apontaram que cada órgão desenvolve a sua ação de forma individual, alegando que possuem departamentos próprios para tanto.

A gente tem articulação com várias Secretarias aqui do município, por exemplo, quando a gente precisa de transporte pra fazer os projetos nas escolas, a Secretaria de Transporte para toda pra gente; e quando é alguma coisa de meio ambiente, a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente também se dispõe a ajudar com pessoal e algum material, porque aqui tem algumas

organizações que trabalham com o meio ambiente, aí a Secretaria de Meio Ambiente articula a gente quando tem visitas das escolas nestes lugares. Enfim, a gente não tem dificuldade de relacionamento aqui não, porque a gente se une bem. (GESTOR(A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARAGOGIPE, 2018).

As nossas ações são próprias da Secretaria, porque a gente tem um Departamento de Meio Ambiente que cuida somente disso. (GESTOR(A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE CRUZ DAS ALMAS, 2018).

A gente faz os projetos de meio ambiente sozinho. Aqui tem um Departamento. Infelizmente existe uma disputa política, porque os partidos dos(as) secretários(as) são diferentes, o que dificulta o desenvolvimento das coisas, mas se viesse algo de fora seria uma coisa mais fácil da gente alcançar. A gente hoje trabalha para uma política de Governo construída por uma pessoa (que é o(a) prefeito(a)), e a gente tem vários(as) secretários(as) que trabalham dentro dessa política. Só que cada secretário(a) quer fazer o seu aparecer, quer trabalhar do jeito que quer. (GESTOR(A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CRUZ DAS ALMAS, 2018, grifo nosso).

Os depoimentos expostos condizem com a abordagem revelada no momento das entrevistas com os(as) orientadores(as) dos projetos e programa de extensão do PIBEX, levando-se a deduzir, que, provavelmente, a forma de trabalho das Secretarias que não buscam apoio entre si é baseada num modelo administrativo-burocrático, caracterizado pela divisão de responsabilidades, especialização do trabalho e relações impessoais. A própria disputa política entre os partidos inviabiliza o relacionamento entre os órgãos e impossibilita o desenvolvimento de atuações comuns em prol do meio ambiente.

Também foi possível identificar que existe a descontinuidade dos trabalhos no momento em que há as transições da gestão pública municipal, fazendo com que a nova gestão tenha que se reorganizar novamente e pensar uma nova maneira de desenvolver o seu plano de trabalho. Vale destacar que em todos esses órgãos existe mudanças em relação ao quadro de funcionários, devido as últimas eleições que acabaram empossando novas associações político-partidárias, sendo que a maioria desses profissionais não são concursados.

Os primeiros anos de atuação foram muito difíceis, porque a gente encontrou muita desorganização, principalmente em relação à inexistência de projetos anteriores na linha ambiental. Tanto que foram aproximadamente nove meses para que a nova equipe pudesse se organizar e colocar em prática os seu plano de trabalho. Dessa organização, surgiu um Departamento de Meio Ambiente com a responsabilidade da criação e desenvolvimento de ações ambientais dentro deste município. (GESTOR(A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE CRUZ DAS ALMAS, 2018).

Na concepção de Silva (2013), o grande desafio da gestão pública é justamente

transformar estas estruturas administrativo-burocráticas em estruturas flexíveis e empreendedoras. Para o autor, é preciso que os gestores estejam capacitados, adotem padrões e ferramentas de gestão mais inovadoras, como o planejamento estratégico. O que significa uma busca por eficiência e melhoria na qualidade do serviço público prestado à população. É evidente que a importância do planejamento estratégico é reforçada pela necessidade das Administrações Públicas se desenvolverem nos períodos de turbulência, transição, incertezas e aproveitamento de novas oportunidades.

Bryson (2004) acredita que a implantação do planejamento estratégico em organizações públicas pode gerar até cinco benefícios: a) promoção do pensamento estratégico, com análise do ambiente externo e das capacidades internas, abertura de diálogo, direcionamento de longo prazo e estabelecimento de prioridades; b) aprimoramento do processo de decisão, permitindo que os gestores foquem seus esforços na busca por soluções para os assuntos urgentes sob seu controle e influenciar os que não estão; c) otimização da performance, já que através de uma boa gestão há a resposta rápida e eficiente perante as demandas sociais; d) coordenação sistêmica, considerando que as instituições públicas lidam com assuntos de interesse público, por isso é comum haver mais de uma organização atuando dentro de um mesmo escopo ou em função de um mesmo objetivo, além disso, essa coordenação possibilita a identificação, formação de parcerias e coordenação de ações entre esses agentes; e) por último, está o potencial de beneficiar pessoas envolvidas, ou seja, os gestores podem se favorecer dos benefícios do planejamento estratégico (por meio de reeleições, por exemplo) para o cumprimento de seus papéis e responsabilidades.

Silveira (2002) conclui que o planejamento estratégico tende a adotar mecanismos flexíveis de atuação em rede, no intuito de articular e coordenar uma grande quantidade de agentes públicos, envolvidos em ações comuns. A proposta é que a articulação entre organizações públicas sejam expandidas para aumentar a eficácia e a eficiência na gestão pública, reduzindo sobreposições e potencializando sinergias.

Diagnosticou-se que, dentre as três Secretarias visitadas, em duas delas foram apresentados projetos de extensão universitária na área de meio ambiente da UFRB, porém, estes ainda não foram executados. Por diversas vezes, a pesquisadora

buscou respostas quanto a relação entre o poder público local e a Universidade perante as ações extensionistas mas, não foi possível identificá-las, porque os gestores não tinham nenhum conhecimento a respeito. Os sujeitos não conhecem contribuições por parte da esfera pública em prol desses projetos, tampouco sobre os resultados e as dificuldades oriundas de uma possível relação. Além disso, ninguém soube informar de qual programa da UFRB partiram tais projetos. Surpreendentemente, apenas um(a) gestor(a) apresentou plenos conhecimentos acerca do PIBEX, porque havia feito um curso de doutoramento há alguns anos atrás na Universidade.

Foi apresentada à essa Secretaria, nesse ano um projeto de extensão universitária sobre compostagem de resíduos orgânicos com os agricultores da feira-livre municipal, o qual foi escrito por um ex-aluno e um professor do quadro efetivo desta instituição, da UFRB. (GESTOR(A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE CRUZ DAS ALMAS, 2018).

A gente teve uma visita de uma professora do curso de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFRB pra apresentar um projeto de extensão universitária, pra desenvolver nas escolas do município. Ela quer fazer o controle do consumo de água e propor alguma tecnologia para captar água da chuva em algumas escolas. (GESTOR(A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CRUZ DAS ALMAS, 2018).

Com base no que foi falado, é possível observar que há conhecimentos rasos sobre os objetivos, as justificativas e as finalidades dos projetos de extensão apresentados às Secretarias. Embora os(as) orientadores(as) desses projetos tenham se deslocado até os órgãos públicos para apresentá-los, fica evidente que existe apenas informações superficiais sobre eles.

Também cabe salientar que, até o momento das entrevistas, nenhum(a) orientador(a) tinha comparecido às Secretarias para dar prosseguimento às possíveis articulações, e nem os(as) gestores(as) tinham os(as) procurado para estabelecer essa relação. Em virtude disso, alguns depoimentos revelam uma espécie de “insatisfação” por parte dos(as) gestores(as), pois, de acordo com eles(as), existe um distanciamento muito grande entre a UFRB com as políticas públicas do poder público local.

A gente sabe que tem muito projeto de pesquisa, de ensino e de extensão que são realizados no município pelos professores da UFRB, porém as ações não são dialogadas com a Secretaria, pois ficam restritas apenas dentro da própria Universidade. (GESTOR(A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE CRUZ DAS ALMAS, 2018).

Cruz das Almas é conhecida como uma cidade universitária, mas parece que a gente não tem uma interlocução entre ambas as partes. Parece que o

mundo da UFRB é um mundo, e o do município é uma coisa que não faz parte da UFRB. A UFRB parece que é um município isolado dentro de Cruz das Almas. (GESTOR(A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CRUZ DAS ALMAS, 2018).

Os depoimentos deixam transparecer que a principal responsável por esse distanciamento é a própria instituição de ensino, que mesmo apresentando dois Centros de Ensino dentro do município, parece estar trabalhando completamente isolada das políticas públicas locais. De certo modo, pela análise obtida na Pró-Reitoria de Extensão, encontrou-se apenas dois projetos na área ambiental que mantiveram relações de parcerias com as políticas públicas do poder público local, sendo que os mesmos foram executados no ano de 2010, ou seja, parece realmente que existe uma resistência dos(as) orientadores(as) das propostas em buscar algum contato com as instâncias públicas. Sabe-se, por exemplo, que muitas ações da Universidade, incluindo projetos, programas e até mesmos trabalhos de conclusões de cursos de graduação e pós-graduação, são realizadas em diversos municípios do Recôncavo, porém, nem todas são comunicadas aos órgãos municipais competentes, tampouco busca-se uma autorização para isto. Ainda assim, os resultados dessas ações, na maioria dos casos, não são compartilhados com as instâncias governamentais, considerando que o compartilhamento poderia estar servindo de contribuição para alguma questão prioritária do município.

Aqui aparece alguns professores e alunos para solicitar estágios nas escolas, principalmente dos cursos de licenciatura da UFRB, mas quando eles encerram, com relação aos resultados, isso é uma coisa que deixa muito à desejar, porque as pessoas vem até a gente, e, na maior parte das vezes, no final do trabalho, não existe o compromisso de trazer os resultados. É uma coisa que é falha, porque deveria haver essa consciência dos alunos de entregar a gente um trabalho contendo os resultados. (GESTOR(A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CRUZ DAS ALMAS, 2018).

As revelações contadas pelas pessoas entrevistadas leva a indagar sobre o verdadeiro papel que as IES dever exercer perante a sociedade, sendo que muitas vezes ela é vista com olhares distante da realidade local. Assim, é relevante que se faça a seguinte questão para dar prosseguimento a essa análise: De que maneira a função atribuída a universidade pode contribuir para o desenvolvimento local?

Sobre a competência e função da universidade, Romano (1998) lhe apresenta como de caráter universal e que vai além dos interesses particulares e ideológicos, e cujo compromisso é a sua natureza, eminentemente ético. Neste mesmo viés, Lopes (2003) acrescenta que as universidades públicas são organizações sem fins lucrativos, mas que geram diversos serviços, inclusive muitos não observáveis, como

é o caso do crescimento econômico e o resgate cultural e local. Tal afirmação, demonstra o grau de relevância da universidade no que se refere ao desenvolvimento local o que, muitas vezes, é colocada no discurso neoliberal, que sugere sua privatização como alternativa para a superação dos problemas observáveis nela.

Pensando numa mudança da universidade pública pela perspectiva da formação e da democratização, Chaui (2003, p. 12) acredita em alguns pontos que são a condição e a forma dessa mudança, dentre eles:

[...] Colocar-se claramente contra a exclusão como forma da relação social definida pelo neoliberalismo e pela globalização: tomar a educação superior como um direito do cidadão (na qualidade de direito, ela deve ser universal); defesa da universidade pública tanto pela ampliação de sua capacidade de absorver sobretudo os membros das classes populares, quanto pela firme recusa da privatização dos conhecimentos, isto é, impedir que um bem público tenha apropriação privada. Romper, portanto, com o modelo proposto pelo Banco Mundial e implantado no Brasil com a pretensão de resolver os problemas da educação superior por meio da privatização das universidades públicas ou pelos incentivos financeiros dados a grupos privados para criar estabelecimentos de ensino superior, que provocou não só o desprestígio das universidades públicas (porque boa parte dos recursos estatais foram dirigidos às empresas universitárias) como a queda do nível do ensino superior (cuja avaliação era feita por organismos ligados às próprias empresas).

A atribuição da universidade na condição de parceira de políticas públicas e de desenvolvimento local volta-se para a sua própria característica de extensão do Estado, uma vez que como afirma Araújo Júnior (1995), órgãos públicos são criados para desempenhar as funções do Estado, ou seja, faz parte da sua estrutura, motivo pelo qual não apresenta personalidade jurídica própria, visto que não são considerados pessoas, por constituírem-se como parte integrante do próprio Estado.

No mais, a ideia de se conceber a universidade como fonte de desenvolvimento local depende muito de ações internas e externas a ela. Internamente, tem-se a luta da comunidade acadêmica que busca melhorias para a instituição e que preza acima de tudo, pela função social do bem servir desta. Externamente, os projetos de extensão são apresentados como mecanismos que podem colaborar socialmente e interferir na economia, na mudança socioambiental, no desenvolvimento de novas tecnologias, na construção conjunta de conhecimento e no desenvolvimento das localidades dentro do contexto universitário (SANTOS, 2014). Assim, através de seu tripé de atuação, a universidade realiza sua função social, aumentando as possibilidades de desenvolvimento local. “A instituição social aspira à universalidade. [...] Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua

referência normativa e valorativa” (CHAUI, 2003, p. 6).

As possibilidades de articulações entre o poder público local e a UFRB, através dos projetos e programas de extensão universitária na área de meio ambiente, foram consideradas pelos(as) gestores(as) como um alicerce contributivo para o desenvolvimento local do município.

Essa parceria UFRB e poder público local possibilita a gente ampliar as nossas possibilidades de ação no município. Até com a experiência dos professores e alunos da Universidade, com os trabalhos que eles fazem e essa troca com o campo, com as pessoas. E além disso, o conhecimento é bem-vindo. A comunidade precisa acessar o conhecimento. Todo conhecimento que parte da academia, porque essa seria a lógica – de as pessoas acessarem ele. Isso é fundamental para que o município dê um salto qualitativo. (GESTOR(A) DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, 2018).

Como a gente tem muitos doutores, muita gente com expertise e conhecimento concentrado na UFRB, a gente precisa estreitar esses laços, a gente precisa começar a conversar com vocês e vocês com a gente. A gente precisa fazer esse intercâmbio de conhecimento. E, para isso, a gente tem que fortalecer esses projetos. Seria uma forma desses professores da UFRB estarem capacitando nossos professores e trazendo alguma tecnologia nova e, de repente, abrir novas portas para que realmente esses projetos aconteçam aqui nas escolas. (GESTOR(A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CRUZ DAS ALMAS, 2018).

Essa parceria, eu acho importante no sentido de expandir as ações e tornar conhecida não somente a Secretaria, mas também a própria Universidade. Todo conhecimento acadêmico e a troca de diálogo entre as pessoas envolvidas em qualquer que seja uma determinada ação ambiental é bem vindo aqui na cidade. (GESTOR(A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARAGOGIPE, 2018).

Como pode-se ver, os(as) entrevistados(as) acreditam que as relações de parceria entre as Secretarias e a UFRB, podem trazer algum tipo de benefício para o município, e, conseqüentemente, para a população, levando em consideração que a instituição apresenta um quadro de professores que poderiam estar interagindo com a comunidade através de seus projetos de extensão. Inclusive, a pesquisadora foi informada durante a pesquisa de campo que, tanto na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente quanto na Secretaria Municipal de Educação de Cruz das Almas, alguns estágios já foram concluídos e ainda existem estudantes da UFRB de diversos cursos estagiando nos próprios órgãos e na rede pública de ensino escolar, o que demonstra um passo importante na busca do diálogo entre ambas as partes.

Os(as) gestores(as) também foram perguntados(as) se teriam interesse em citar temas que considerem prioritários no campo ambiental e de que maneira poderiam estar contribuindo com os projetos e programas de extensão universitária (apoio logístico, humano, financeiro, dentre outros), caso estes fossem executados no

município. Observou-se que a maioria dos temas levantados são semelhantes a àqueles refletidos pelos(as) orientadores(as) e bolsistas do PIBEX, e que vão de encontro com o que as próprias Secretarias já buscam abordar no âmbito de suas ações com a população.

A questão hídrica, porque nós estamos vivendo um momento difícil com essa questão do acesso à água, da produção da água. Esse é um tema que nós temos bastante interesse em tratar com a Universidade, porque aí entra recuperação de nascentes, entra reflorestamento e entra outras questões. E a outra questão, são os resíduos sólidos. Ampliar mais ainda esse debate dentro da Universidade, construir estratégias pra gente tratar disso também e garantir que a sociedade acesse aquilo que está sendo produzido na academia, que é o conhecimento. Tem a questão da terra, mas não só o uso e o manejo do solo, mas a questão agrária, que mesmo aqui tendo um Centro de Ciências Agrárias, nós não discutimos as questões agrárias, nós só discutimos a questão do solo. Nós queremos discutir questões que são importantes ferramentas e que vai ajudar o trabalhador do campo a compreender o seu espaço local, de cultura, de vivência. Eu quero dizer aqui que nós não estamos fechados para a UFRB, a gente quer contribuir com o que for necessário para esses projetos, com logística, material e o próprio pessoal daqui também está aberto a colaborar. (GESTOR(A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE CRUZ DAS ALMAS, 2018).

A gente tem várias questões urgentes aqui no município. A gente tem a questão do esgoto, da coleta de lixo e do reflorestamento. Acredito que a parceria através da abertura de estágios dos estudantes da UFRB seria o principal apoio. (GESTOR(A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CRUZ DAS ALMAS, 2018).

Pela característica do município, a principal abordagem é sobre o manguezal. Os estudantes da Universidade poderiam estagiar aqui nas escolas e ajudar a gente a construir projetos nessa área. (GESTOR(A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARAGOGIPE, 2018).

A possibilidade de apoio econômico, recursos humanos, materiais e logísticos, além de novas aberturas de estágio, foram citadas pelos(as) gestores(as). Mas, por outro lado, a questão financeira foi apontada pelos(as) orientadores(as) como sendo uma das grandes dificuldades no momento da abordagem ao poder público. Sabendo-se que o PIBEX concede apenas bolsas para os estudantes de graduação e não para viabilidade financeira dos projetos e programas. Acredita-se que os órgãos municipais poderiam contribuir com essa lacuna através da estruturação da gestão ambiental local, o que inclui o fortalecimento dos Conselhos Municipais e a criação de Fundos Especiais de Meio Ambiente.

Verificou-se que os municípios envolvidos na pesquisa ainda não formularam as suas Políticas Municipais de Meio Ambiente e nem de Educação Ambiental, atuam apenas com os Departamentos e os Conselhos Municipais de Meio Ambiente e de Educação. Porém, tais organismos não conseguem dar conta de todas as abordagens

que envolvem o meio ambiente, além disso, o modo de funcionamento mostra-se pouco efetivo.

Neste sentido, Carvalho et. al. (2005) recomenda que é preciso que os Conselhos Ambientais funcionem formalmente e atuem de maneira diferenciada, no sentido de que as recomendações e deliberações tomadas fortaleçam o debate em torno da autonomia municipal, o que é firmado a partir dos novos canais de participação, que inclui o diálogo com entidades representativas do poder público, associações de moradores e profissionais, entidades de representação de trabalhadores e religiosas, organizações ambientalistas, dentre outras. Do mesmo modo, as Administrações Públicas municipais podem, eventualmente, contar com um Fundo Especial de Meio Ambiente, objetivando apoiar projetos destinados ao uso racional e sustentável dos recursos naturais de seu território, assim como a manutenção e a recuperação da qualidade ambiental.

É preciso finalizar este subtópico dizendo que a boa relação entre poder público e a UFRB depende da força de vontade dos dois lados em querer trabalhar em conjunto. Unir esforços nesse cenário significa o abandono do individualismo, da burocracia exacerbada, do sentimento de poder (que está ligado ao ego) e de todas as problemáticas que impossibilitam a aproximação dessas entidades. É preciso inovar para se chegar junto ao objetivo comum que, neste caso, trata-se da questão ambiental, e, para tanto, os laços precisam ser firmados para se alcançar as finalidades almejadas. O PIBEX, por meio das atividades de extensão universitária, aparece como um elo para se tentar firmar os vínculos, e é sobre a importância desse Programa para o fomento à extensão que se abordará no próximo momento.

5.3 A IMPORTÂNCIA DO PIBEX PARA O FOMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFRB

Antes de iniciar as abordagens que serão discutidas nesta parte do trabalho, vale informar que a entrevista com os membros da comissão do PIBEX mostrou-se fragilizada em virtude da quantidade de participantes. Embora tenha-se encaminhado três convites por *e-mail* em diferentes períodos e alguns convites pessoais diretamente na Pró-Reitoria de Extensão da UFRB para os 14 componentes, apenas 2 se voluntariaram em integrar a pesquisa.

Em um momento anterior já foi citada como é formada a comissão do PIBEX e as responsabilidades dos(as) membros(as). Cabe agora descrever em que espaço da UFRB estão localizados cada um(a) deles(as). Reforça-se que a mesma é constituída por 7 membros(as) da Pró-Reitoria de Extensão e 7 gestores de extensão dos Centros de Ensino da UFRB. Lembrando que a seleção das propostas é realizada por dois pareceristas integrantes dessa mesma comissão.

Acerca da contribuição do PIBEX para o tripé ensino, pesquisa e extensão, foi dito pelos(as) membros(as) da comissão que o Programa vem contribuindo de forma significativa para a formação dos estudantes de graduação, já que este apresenta, na sua essência, a vivência com as comunidades em que os projetos e programas são desenvolvidos. Destaca-se ainda, a contribuição para a futura carreira profissional dos alunos, caso optem por seguir uma trajetória extensionista.

Levando em consideração o aspecto institucional da formação acadêmica, hoje o PIBEX traz a questão da vivência do aluno quanto ao seu processo de graduação, a experiência com as atividades extraclasse. Então, isso é fundamental. No mais, ele proporciona a participação desses alunos com essa vivência extensionista, através dos projetos dos quais eles participam como bolsistas e também como voluntários, porque o PIBEX tem essa modalidade de que os alunos participem de forma voluntária nos projetos que são selecionados. Digamos que, às vezes, são os primeiros contatos dos alunos durante o seu processo de formação com a comunidade através de projetos diversos, dentro das oito áreas que nós temos. Então, ele tem esse valor, de proporcionar esse contato com as comunidades e com as demandas que são apresentadas pelas comunidades. Tem a questão do diálogo, da construção do conhecimento de forma conjunta. Isso vai influenciar, quando ele formar, porque ele já sai daqui como um profissional que tem uma visão diferenciada, já que ele teve esse contato, se ele optar pela carreira extensionista, é claro. (MEMBRO(A) 1 DA COMISSÃO PIBEX, 2018).

A experiência de bolsistas em campo, especialmente, dar a este a oportunidade de conviver com as mais distintas situações e com sujeitos de personalidades variadas, talvez seja este o momento decisivo de continuar no curso de graduação ou não, pois, dessa vivência também pode vir à tona suas expectativas e decepções. Foi dito pelo(a) entrevistado(a), a possibilidade de aquisição de uma visão diferenciada do extensionista em virtude da sua integração no PIBEX, quando este atingir a sua formação acadêmica. Importa lembrar que, caso faça da extensão a sua futura carreira, é muito provável que as mesmas situações vividas enquanto bolsistas sejam repetidas novamente, mas agora em uma outra perspectiva, mais madura, crítica e reflexiva.

Conforme o referencial teórico deste trabalho, um dos princípios que a extensão universitária apregoa é o dever da universidade retornar à sociedade suas produções

e seus conhecimentos. Tratava-se de um processo de mão dupla (universidade-sociedade) numa busca incessante pela profunda compreensão da realidade social que a comporta (SANTOS, 2010).

Nestes termos, a extensão universitária permite que a universidade leve à comunidade os conhecimentos de que é detentora, os quais são produzidos com a pesquisa e que geralmente divulgam o ensino. É uma maneira de a universidade divulgar e democratizar o saber científico, de modo que este não seja disponível a uma parcela da população (universitária), mas socializado à comunidade não acadêmica, mediante os próprios interesses dessa mesma comunidade. Assim, a extensão ocupa lugar tão relevante quanto o ensino e a pesquisa, entendendo-se que é através dela que os dados empíricos e teóricos se confrontam, gerando as constantes reinterpretações que definem a construção do conhecimento científico (SANTOS, 2010).

Outro ponto que precisa ser colocado é a respeito da obrigatoriedade da curricularização da extensão nas universidades. Elas vão ter que implementar, na sua base curricular, uma parte de sua carga horária dedicada à extensão, ou seja, todo aluno vai ter que ter uma carga horária mínima da extensão, vai ter que ter uma vivência extensionista no momento da sua formação. Então, isso já é obrigatório. A partir disso, a gente vê o que é a importância do PIBEX para a formação dos alunos. (MEMBRO(A) 1 DA COMISSÃO PIBEX, 2018).

A obrigatoriedade da curricularização extensionista não é um fato recente. A mesma apareceu pela primeira vez no Plano Nacional de Educação 2001-2010 nas metas 21 e 23, garantindo “[...] no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no Ensino Superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas.” (BRASIL, 2001, p. 4). Essa responsabilidade reapareceu no Plano Nacional de Educação 2014-2024, em sua estratégia 7 da meta 12, com a seguinte redação: “[...] assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social; [...]” (BRASIL, 2014, p. 74).

Tendo a curricularização como foco e entendendo a sua relevância para a formação em extensão universitária, acredita-se que o PIBEX poderia constituir-se num importante instrumento para o fomento desse processo na UFRB. Para tanto, normas específicas deveriam ser elaboradas pela comissão do Programa e apresentadas à Câmara de Extensão para uma possível discussão sobre essa

possibilidade.

Portanto, ao refletir sobre a questão da formação dos extensionistas e da relação universidade-sociedade, tem-se que a curricularização da extensão universitária faz parte do princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, realçando ainda mais o papel social das IES. E debater sobre esse tripé, é permitir que o mesmo seja equivalente e disponha de uma igualdade em tratamento por parte das universidades, porque, caso contrário, elas estarão violando um preceito que possui caráter legal.

O PIBEX é hoje o nosso principal Programa de bolsas de extensão na Universidade. A gente acredita que ele tem uma relevância muito grande para fortalecer o tripé ensino, pesquisa e extensão, porque é uma forma dos alunos estarem integrados nas ações de extensão, seja programas ou projetos, atuando como extensionista. Então, entendendo a extensão como espaço formativo, a gente entende que esse Programa contribui para que esse tripé seja realizado, porque é impossível fazer a extensão sem a pesquisa. Acaba que, quando o aluno vai a campo, quando ele tá lidando com a sociedade em geral, a pesquisa tá integrada nessas situações, assim como as atividades de ensino, que faz exatamente esse link. (MEMBRO(A) 2 DA COMISSÃO PIBEX, 2018).

Nestes termos, além de ser compreendido como um espaço formativo, compreendendo-se que a sala de aula não é o único espaço capaz de agregar conhecimentos, a intenção do PIBEX também é cuidar e garantir que o princípio da indissociabilidade seja mantido no âmbito dos projetos e programas de extensão. O PIBEX oportuniza, dentre outras coisas, o convívio direto do bolsista com orientador do projeto ou programa, e diferente dos demais alunos que não participam de nenhuma ação desse tipo, o mesmo tem o privilégio de aprender com as experiências anteriores dos docentes. Tais experiências podem estar carregadas de aprendizagens quanto ações de pesquisa, além disso, sabendo-se que a prática do ensino incentiva, e o discente também pode ser influenciado quanto à docência como profissão.

Mesmo com essas contribuições para o princípio da indissociabilidade, atualmente, a maior dificuldade que o PIBEX tem enfrentado é o contingenciamento de recursos para o pagamento das bolsas de extensão, que é decorrente da escassez e redução de recursos para financiamento das IES no Brasil. Portanto, o desafio agora é manter o Programa, já que houve a redução nos períodos de vigência dos projetos e programas.

Fazendo só um breve histórico do PIBEX, ele foi criado em 2009, inicialmente eram 30 bolsas, e isso foi aumentando gradativamente, passamos para 50, e atualmente estamos com 70 bolsas. Só que isso era no período de um ano. Hoje, devido toda a escassez de recursos, pela trajetória política que o Brasil

*tomou, a gente tem muita dificuldade para manter o Programa, e, por conta disso, estamos indo para o terceiro ano que houve a redução na quantidade de meses de execução dos projetos, porque no passado os projetos tinham a vigência de 1 ano, agora somente 6 meses. Então, conseguimos manter as bolsas. Não houve redução do número de bolsas, mas, infelizmente, houve a redução na quantidade de meses. Hoje, a maior dificuldade é garantir a permanência do Programa. É evidente que na execução sempre tem um ou outro problema com a comunidade acadêmica ou com o corpo docente, mas nada que possa comprometer a execução do Programa. **No primeiro ano, a redução do tempo foi para normalizar dentro do ano civil.** (MEMBRO(A) 1 DA COMISSÃO PIBEX, 2018, **grifo nosso**).*

O corte no orçamento das universidades brasileiras, o contingenciamento e a ausência de políticas públicas tem sido um dos maiores problemas para manter os programas na área da extensão universitária, e essa precariedade não atinge apenas as IES localizadas no interior dos Estados, mas ocorre ao nível nacional. Mesmo assim, observa-se um esforço por parte da gestão da UFRB em manter a funcionalidade do PIBEX, entretanto, com a redução no período de vigência das atividades das propostas selecionadas. Fato este que atinge diretamente os projetos e programas, pois infere-se que o plano de trabalho seja minimizado em relação as ações planejadas, e muitas vezes até deixado de ser cumprido em virtude do curto período de sua execução.

Essa problemática foi debatida nos dois recentes FORPROEX, demonstrando a preocupação em relação a ameaça no crescimento e na consolidação das atividades extensionistas nas IES. Segundo o que dispõe o FORPROEX (2017), para além do contingenciamento nos recursos das universidades públicas, outras problemáticas consequentemente contribuíram para que isso viesse a acontecer como, por exemplo, a fusão, extinção e corte de orçamento de vários Ministérios e Secretarias na base do Governo, e a ameaça na autonomia de gestão em programas de extensão.

Nesse escopo, como primeira frente de atuação, o FORPROEX criou em 2018 uma comissão temporária para defender a incrementação do orçamento destinado à extensão universitária com algumas metas que vão de encontro à incorporação de recursos para as IES que estavam atrasados nos últimos dois anos; viabilizar a implantação da meta 12 do Plano Nacional de Educação (a qual prevê a obrigatoriedade de 10% da carga horária do ensino de graduação ser dedicada à execução de atividades extensionistas); e fortalecimento político das fundações e agências de fomento à pesquisa, apresentando demandas que estruturam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, estabelecendo linhas de financiamento à extensão para compartilhamento de recursos disponíveis nessas

organizações (FORPROEX, 2018). Porém, nada garante que tais metas serão cumpridas, sobretudo, por conta da continuidade dos problemas financeiros na base do Governo Brasileiro.

Outro entrave que dificulta o fortalecimento do PIBEX é ocasionado pelos professores que submetem as propostas aos editais. Há uma confusão muito grande em relação ao verdadeiro entendimento do que vem a ser o termo extensão universitária, fazendo com que esses indivíduos elaborem projetos e programas com um outro viés (puramente de ensino ou pesquisa). A comissão organizadora vem tentando barrar essas propostas, selecionando apenas aquelas que apresentam significativamente a essência da extensão.

Existe também essa questão da dificuldade da compreensão do papel da extensão. Ela aparece principalmente durante os processos seletivos do PIBEX. A comissão, inclusive, foi criada exatamente pra gente tentar minimizar projetos que não sejam extensionistas. Está aí associada até a questão do contingenciamento de recursos, para que seja realmente contemplado com bolsas aqueles projetos que de fato são extensionistas, porque ainda existe uma confusão da comunidade acadêmica que acaba, às vezes, submetendo ao edital projetos que não tem nenhuma característica evidentemente extensionista. (MEMBRO(A) 2 DA COMISSÃO PIBEX, 2018).

Embora o princípio da indissociabilidade seja fundamental para a definição do que realmente seja uma estrutura universitária, há de se considerar que na opinião de Santos (2010), a instância extensão universitária se diferencia das outras duas (ensino e pesquisa) por apresentar um aspecto metodológico que indaga sobre a importância social do ensino e que visa, por meio da pesquisa, referências objetivas aos problemas reais que envolvem a sociedade.

Os estudos de Frantz e Silva (2002, apud Santos, 2010), apresentam informações esclarecedoras que possibilitam compreender o ensino, a pesquisa e a extensão como fenômenos específicos, enquanto unidades analíticas, contendo os seguintes sentidos distintos, porém que se complementam: a) ensino – tem como objetivo articular as ciências existentes, estudar seus produtos e formar profissionais; b) pesquisa – visa elaborar novos conhecimentos, assim como confirmá-los, além de contestar aqueles que já estão estabelecidos; c) extensão – tem por finalidade englobar num mesmo leque o ensino e a pesquisa com os interesses sociais.

Frente a isto, seria interessante, no intuito de minimizar essa dificuldade, que a comissão organizadora do PIBEX criasse uma norma regulamentadora particular ou até mesmo tornasse mais clara nos editais de seleção das propostas as

especificidades que norteiam a extensão universitária dentro da UFRB, de forma que aquelas ações aprovadas fossem de encontro com o sentido real do que o Programa almeja: “O PIBEX é um programa que destina bolsa de extensão, como auxílio financeiro, ao aluno de graduação, vinculado a um projeto ou programa de extensão, [...]” (UFRB, 2016, p. 1). Nesse processo, também cabe aos professores se conscientizarem, estudarem e se espelharem em projetos que apresentam o adequado cunho extensionista.

Quando perguntados(as) se existe alguma articulação da UFRB através do PIBEX, com o poder público local, os(as) membros(as) da comissão afirmaram que esta possibilidade não existe diretamente, porque as bolsas de extensão são mantidas com recursos próprios da UFRB. Todavia, sabe-se que algumas propostas selecionadas buscam algum tipo de apoio junto as Secretarias de alguns municípios. Inclusive, um(a) dos(as) entrevistados(as) afirmou que tem conhecimento da existência de uma quantidade muito maior, tanto de projetos quanto de programas que apresentaram relações com o poder público em municípios do Recôncavo. Este(a) ainda informou que a baixa quantidade de propostas encontradas pela pesquisadora durante o estudo de campo na Pró-Reitoria de Extensão deve-se ao fato de que, possivelmente, os orientadores e os bolsistas não citaram essa relação com o poder público nos Relatórios. Daí decorre a importância do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA)¹¹ como ferramenta para o monitoramento e criação de indicadores de acompanhamento do plano de trabalho dos projetos e programas de extensão do PIBEX.

Considera-se que os membros da comissão também poderiam estar articulando dialogicamente o PIBEX com os gestores do poder público local, até mesmo para auxiliar os projetos e programas a firmar e manter parcerias, visto que os(as) orientadores(as) e bolsistas entrevistados(as) disseram ser essa relação uma das maiores dificuldades enfrentadas enquanto integrantes do Programa.

A Resolução nº 038/2017 expõe no artigo 5º, inciso VI, que a extensão universitária deve priorizar atividades cujo enfoque fundamenta-se em algumas

¹¹ O SIGAA informatiza os procedimentos da área acadêmica através dos módulos de graduação, pós-graduação (*Stricto e Lato Sensu*), submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino, registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizagem (UFRB, 2019).

diretrizes, dentre elas: “[...] articulação com a comunidade e seus segmentos significativos, inclusive órgãos públicos.” (UFRB, 2017, p. 4). Tal passagem do texto normativo, torna explícita a capacidade da extensão universitária na UFRB se relacionar não somente com a população, que é a maior interessada quando aborda-se esse tema, mas também garante que o poder público faça parte desse processo no momento que se dispõe a articular-se com a comunidade acadêmica mediante um único objeto: atender as abordagens sociais, em conformidade com as suas funções na sociedade.

Sob a ótica dos dados apresentados até aqui e a fim de entender qual a importância atribuída pelo PIBEX aos projetos e programas que possuem parcerias institucionais internas e externas (as parcerias externas incluem o poder público local), julga-se expressivo considerar os critérios de avaliação das propostas levadas em consideração pelos pareceristas no ato de eleger as proposituras que receberão o apoio de bolsas mensais desse Programa, com olhar mais detido a natureza relacional PIBEX e parcerias externas. Os critérios elencados no Quadro 1 apareceram em todos os editais de escolha das propostas, porém está exposto abaixo aquele mais recente, que está presente no edital de 2018. De antemão, já adianta-se que para Sousa (2018), se os índices fossem classificados por ordem crescente em conformidade ao peso atribuído, haveria maior clareza dos aspectos considerados mais importantes para o PIBEX.

Quadro 1 - Barema para avaliação das propostas de projetos e programas do PIBEX (2018)

Critérios de Avaliação	Peso
Pontuação (0 a 10 pontos)	
1 Contextualização e Justificativa da Proposta (explicitação detalhada dos fundamentos teóricos que orientam a proposta, destacando a relevância do problema/situação que necessite de uma ação extensionista)	0,20
2 Compreensibilidade dos objetivos	0,10
3 Metodologia (explicitação dos procedimentos metodológicos e adequação da metodologia para o alcance dos resultados)	0,10
4 Relação com a sociedade (impacto social pela ação de superação dos problemas sociais, contribuição à inclusão de grupos sociais, inovação e transferência de conhecimento; interação entre conhecimento e experiências acumuladas na academia com o saber popular)	0,15
5 Indicadores/Parâmetros de avaliação (descrição do processo de avaliação, com explicitação dos indicadores qualitativos e quantitativos)	0,05
6 Cumprimento ao preceito da indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa	0,15

(Continuação)

7 Resultados esperados (como participação em eventos, publicações, monografias, dissertações, cartilhas etc.)	0,10
8 Viabilidade do cronograma de execução	0,05
9 Parcerias institucionais (internas e externas)	0,05
10 Avaliação do Currículo Lattes Coordenador(a)	0,05

Fonte: UFRB (2018b).

De acordo com o Quadro 1, o item 1 recebe uma pontuação maior (0,20), ou seja, a indicação da justificativa da proposta, incluindo a sua importância e porque a ação extensionista é necessária. Em seguida, os critérios de peso maior (0,15) são: a) a relação com a sociedade, incluindo, além de outras coisas, a troca de conhecimento entre a comunidade acadêmica e o saber popular; b) e o cumprimento ao princípio da indissociabilidade entre o tripé ensino, pesquisa e extensão. Recebem a mesma pontuação (0,10) três outros aspectos de avaliação, quais sejam: a) a clareza dos objetivos; b) a proposta metodológica, para o alcance dos resultados; c) e os resultados esperados, como por exemplo, a construção de produtos acadêmicos oriundos das experiências. Por fim, os parâmetros quanto à capacidade de execução do projeto no que diz respeito: a) aos parâmetros de avaliação; b) tempo de execução das propostas; c) parcerias internas e externas; d) e avaliação do currículo do orientador, tiveram um índice menor (0,05).

Observando os critérios de avaliação do PIBEX com vistas à seleção dos projetos e programas, conclui-se que não foi atribuído peso adicional as propostas contínuas, isto é, que demonstrem já ter acontecido em edições anteriores ou que, mesmo que não tenham sido aportadas pelo Programa, possuam vínculo com o poder público local.

Do aspecto que traduz literalmente a importância das parcerias institucionais externas, das quais pode-se incluir a esfera pública municipal, demonstra a preocupação do envolvimento com outros segmentos sociais. Apesar disso, com base nas leituras dos editais, assim como das normatizações, identificou-se que não se exige que o proponente comprove, no ato de inscrição da proposta, a existência de vínculo com alguma Prefeitura Municipal ou Secretaria, por exemplo, presente no município para o qual o projeto ou programa está se candidatando.

Há que se pensar em instrumentos que induzam a construção de vínculos com o poder público local. Por exemplo, a apresentação de documento (Termo de

Cooperação Técnica, Carta de Adesão, dentre outros) no qual seja firmado o desejo dos gestores públicos quanto à realização do projeto ou programa no seio dos seus órgãos, e isto poderia passar a ter um valor adicional no barema de avaliação. O mesmo documento seria classificatório, mas não eliminatório. Em outras palavras, seria um documento complementar, contudo, tal ausência documental não impediria a candidatura da ação extensionista para recebimento de apoio do PIBEX. Ainda assim, esse documento serviria de base para ajudar a minorar as tensões entre os extensionistas e os gestores municipais.

Neste íterim, os(as) entrevistados(as) consideram que é de grande importância a parceria do poder público local, sobretudo, diretamente com os projetos e programas, pois seria uma forma de fomentar o trabalho que a Universidade desenvolve com determinados segmentos da sociedade e também contribuir para dar uma maior visibilidade as ações dos municípios.

O poder público é importante para fomentar esses projetos e até para dar uma visibilidade maior ao município e também estreitar possíveis laços de aproximação, até mesmo com a Universidade. (MEMBRO(A) 1 DA COMISSÃO PIBEX, 2018).

A aproximação dos projetos e programas com o poder público seria uma forma de que a sociedade tome conhecimento sobre a utilização dos recursos dessa instituição, já que a gente trabalha com recursos públicos, então seria uma forma de dar alguma contrapartida. (MEMBRO(A) 2 DA COMISSÃO PIBEX, 2018).

Segundo os sujeitos integrantes da comissão do Programa, na composição dos membros do PIBEX não é necessário fazer nenhuma alteração, pois da forma que está alguns avanços se tem conseguido, como é o caso da reformulação dos Relatórios e da não redução da quantidade de bolsas por edição. Existe, na verdade, alguns assuntos que devem ser conversados entre eles para melhorar o relacionamento interno e também a forma de se relacionar com a população integrante das ações de extensão.

*O que sente-se a necessidade é de mais diálogo com essas pessoas, já que a maioria ocupa a posição de professores em todos os Centros de Ensino da UFRB, e a logística acaba sendo um empecilho. No mais, seria de extrema importância que os(as) membros(as) da comissão fossem a campo, ou seja, nos locais aonde os projetos estão sendo desenvolvidos para conhecer mais de perto a realidade em que a equipe está trabalhando, com isso poderia-se está alimentando o site institucional do PIBEX e divulgando publicamente as ações que são realizadas pelos orientadores e bolsistas, já que muita gente ainda não conhece o programa e a culminância que este desenvolve na Universidade (MEMBRO(A) 1 DA COMISSÃO PIBEX, 2018, **grifo nosso**).*

É cabível informar que o principal intuito da pesquisa com a comissão do PIBEX

era o de realizar um grupo focal, de modo que todos pudessem participar voluntariamente em uma única reunião, entretanto, a pesquisadora foi informada por aqueles(as) que aceitaram a entrevista que, ultimamente, as reuniões não tem sido frequentes.

*A gente tem reunião periodicamente, porque nós pegamos os Relatórios, dividimos entre duplas na comissão. A comissão avalia esses Relatórios, e a gente se encontra para conversar. A gente tem feito isso. Infelizmente nesses últimos tempos, a gente tem feito pouco. Lembrando que a **partir de 2016, a comissão também está emitindo pareceres aos Relatórios Finais.** (MEMBRO(A) 1 DA COMISSÃO PIBEX, 2018, **grifo nosso**).*

Contudo, é necessário que essa comissão também pense em algumas alternativas que conduzam-na a realizar reuniões frequentes. Além disso, a mesma deve estar mais aberta a realização de pesquisas acadêmicas (mesmo sendo de forma voluntária), que venham a contribuir com o PIBEX, considerando que a presente pesquisa enfrentou algumas dificuldades em contatar os sujeitos, embora convites pessoais foram feitos e *e-mails* tenham sido enviados.

Uma dificuldade não citada pelos(as) membros(as) da comissão, mas que foi verificada nas leituras dos Relatórios Parciais e Finais, foi o fato de que nem sempre os bolsistas cumprem as suas obrigações perante o plano de trabalho proposto pelo seu orientador. São vários os motivos, mas que, de certa maneira, também acabam afetando todo o desenvolvimento das ações.

Por hora, crer-se que para fomentar ainda mais a extensão universitária na UFRB, a comissão, além de avaliar as propostas selecionadas, não deve se dispor a fazer somente isto, é preciso que novas responsabilidades lhe seja incumbida, o que inclui visitas as comunidades de onde os projetos e programas estão sendo realizados e a condução no diálogo entre os extensionistas e o poder público local, afim de que novos laços sejam estabelecidos.

5.4 CONTRIBUIÇÕES DO PIBEX PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DOS EXTENSIONISTAS

Uma vez feita a abordagem acerca da relação entre o poder público local e os projetos e programas de extensão universitária na área ambiental, é importante que se avance para a discussão se a vinculação dos extensionistas (orientadores e bolsistas) contribuiu para a melhoria do seu processo de formação acadêmica e

profissional. Na tentativa de encontrar respostas ao questionamento sobre a possibilidade de contributo à formação desses agentes, é necessário um olhar em relação aos mecanismos normativos utilizados pelo PIBEX que trazem esse enfoque.

Em observância a Resolução nº 009/2012, dentre os propósitos do PIBEX, está contida a contribuição para a formação acadêmica do bolsista e tal objeto se condiciona textualmente: durante a sua vinculação no projeto ou programa, o estudante deve “[...] ser coordenado por docente do quadro efetivo em pleno exercício de suas atividades nessa Universidade.” (UFRB, 2012, p. 2-3). O que significa dizer que, durante todo esse processo, o aluno deverá ser conduzido por um docente da sua mesma área de formação acadêmica e com vínculo permanente à UFRB, sendo que, como dito anteriormente, professores substitutos e temporários não podem submeter propostas às seleções do Programa. Portanto, compete como responsabilidade aos orientadores:

Art. 12º Compete ao orientador do bolsista:

I – orientar e acompanhar o desenvolvimento das atividades realizadas pelo bolsista;

II – encaminhar à Coordenação do PIBEX, até o dia 10 de cada mês, a declaração de frequência do bolsista referente às atividades do mês anterior;

III – elaborar Parecer do Relatório Parcial¹² e Final das atividades;

IV – incentivar o bolsista a elaborar artigos científicos e outros materiais plausíveis de publicação;

V – participar das reuniões convocadas pela Pró-Reitoria de Extensão;

VI – comunicar à Pró-Reitoria de Extensão a não continuidade do projeto ou programa;

VII – indicar outro coordenador para o projeto ou programa, no caso de afastamento superior a 30 dias. (UFRB, 2016, p. 8-9).

Em consonância aos incisos escritos, chama à atenção as alternativas acadêmicas para a produção escrita, considerando que esta é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos alunos de graduação. Ver-se que o PIBEX impõe esta obrigação ao orientador, como possibilidade da reflexão sobre a prática extensionista durante a execução das ações e que haja a apresentação e consolidação de tais

¹² Atendendo a uma demanda da comunidade acadêmica bolsista do PIBEX, algumas estratégias foram adotadas para dinamizar a avaliação dos projetos e programas. A partir do edital lançado no segundo semestre de 2017, a entrega do Relatório Parcial (que correspondia ao cumprimento de 50% do plano de trabalho) das atividades extensionistas foi extinta, mas o Relatório Final (entregue após o cumprimento de 100% das atividades do plano de trabalho) continua mantido. A novidade agora é que, além dos demais documentos, o orientador deverá entregar mensalmente (como pré-requisito para o pagamento das bolsas de extensão) uma ficha de acompanhamento referente ao cumprimento das atividades e as justificativas caso não seja finalizadas. Além disso, a elaboração de produtos acadêmicos como, cartilhas, livros, revistas, dentre outros, são levados em consideração na avaliação.

experiências, assim como o levantamento de produtos construídos ao longo do programa ou projeto.

Como condições para concorrer aos editais do Programa, a Resolução nº 006/2016, em seu artigo 12, diz que o aluno deverá estar regularmente matriculado em um curso de graduação, a partir do segundo semestre; apresentar escore igual ou superior à média final de aprovação aplicada pela instituição; não receber qualquer outra bolsa e não ter vínculo empregatício; não ter sido bolsista do PIBEX por duas seleções consecutivas; estar disponível para se dedicar no mínimo a 12 horas semanais as atividades do projeto ou programa; e não ter pendências junto ao Programa – se já ter sido integrante em edições anteriores (UFRB, 2016). Logo, cabe aos bolsistas como condições para o recebimento do auxílio financeiro:

Art. 14º Compete ao bolsista:

I – apresentar ao orientador e encaminhar a Pró-Reitoria de Extensão o Relatório Parcial e Final das atividades desenvolvidas;

II – comunicar imediatamente à Pró-Reitoria de Extensão:

a) aprovação em outra bolsa institucional;

b) afastamento provisório das atividades por motivo de doença;

c) desistência da bolsa;

d) atualização dos dados cadastrais.

III – Participar das reuniões promovidas pela Pró-Reitoria de Extensão;

IV – Participar das atividades de formação promovidas pela Pró-Reitoria de Extensão;

V – Participar de eventos afins ao PIBEX promovidos pela Pró-Reitoria de Extensão. (UFRB, 2016, p. 9-10).

Vale ressaltar que conforme o artigo 10 da Resolução nº 009/2012, o candidato a bolsa que for classificado e não convocado, comporá um cadastro de reservas, e poderá pleiteá-la se houver desistência ou exclusão de candidatos convocados na seleção para o projeto ou programa a que ele concorreu (UFRB, 2012). Já o artigo 11 da Resolução nº 006/2016 acrescenta em seu § 1º que nos cadastros de reservas serão mantidos, exclusivamente, aqueles alunos classificados e não convocados que assinarem o Termo de Compromisso ao projeto ou programa de extensão para o qual pleiteou a bolsa (UFRB 2016).

Quando os(as) partícipes da pesquisa foram questionados(as) se a experiência como bolsista do PIBEX influenciou na aprendizagem de parte dos componentes curriculares de seu curso de graduação, obteve-se as seguintes declarações destacadas abaixo:

Os temas vistos de forma apenas com auxílio de livros e aulas, tomam outro direcionamento quando visto na prática e de acordo à realidade das pessoas diretamente envolvidas com o assunto, percebe-se também a influência de

outras questões e demandas. O exemplo das unidades de conservação – na universidade, você aprende os tipos; na prática você percebe o jogo de poder e interesses que também influenciam as decisões tomadas para aquela região. (BOLSISTA DO PROJETO A, 2018).

Essa influência foi bem dinâmica, indo mais para a linha da desconstrução para a construção. A caminhada como bolsista me fez questionar mais ainda a funcionalidade dos componentes curriculares do curso e como eles poderiam ser alicerce para as problemáticas do nosso território. Assim, passei a tentar entender de que forma esses componentes poderiam dialogar com a lógica social do território que estávamos inseridos. De como o curso foi pensando e para o que foi pensado. E tudo isso construiu passos que alimentaram um novo olhar, diante da responsabilidade como estudante, dentro das vias burocráticas que possibilitariam debater as intencionalidades da grade curricular. Assim, participei do diretório, colegiado do curso, coletivos de estudantes, conselhos universitários e da Câmara de Extensão. (BOLSISTA DO PROJETO B, 2018).

Ter conhecimento sobre como funciona as coisas. Compartilhando com a sociedade nos torna mais humanos, e isso é importante para um curso que visa muito o resultado final e não os meios, como é a Engenharia. E a gente também aprendeu muita coisa nas escolas, com os alunos e com os professores. (BOLSISTA DO PROGRAMA D, 2018).

Ao pensar na formação acadêmica, é cabível destacar que a extensão tem a capacidade de promover conhecimentos, o que só é possível pelo mecanismo da experiência, isto é, quando o estudante põe em prática aquilo que se aprende em sala de aula, dentro da universidade. A prática torna-se evidente quando observa-se o interesse do extensionista pela busca de conhecimento para a realização das atividades propostas nos planos dos projetos. Assim, a extensão é tida pelos(as) alunos(as) que participaram do PIBEX como ferramenta relevante no processo de formação, uma vez que os(as) mesmos(as) foram instigados(as) a colocar em prática o conhecimento que ficava restrito apenas em sala de aula e restrito a uma parcela da sociedade.

Santos (2010) enfatiza que através da extensão, a difusão, socialização e democratização do conhecimento existente, tornam-se latentes. A extensão permite a complementação da formação acadêmica de alunos e professores, dada nas atividades de ensino e pesquisa, em conformidade com a aplicação prática. Diante disto, forma-se um campo em que a pesquisa aprimora e produz novos conhecimentos, os quais são difundidos pelo ensino e pela extensão, de modo que as três atividades tornam-se complementares e dependentes, atuando de maneira sistêmica.

É evidente o quando o tripé ensino, pesquisa e extensão é dependente um do outro para uma completa formação acadêmica dos estudantes. Embora a extensão seja o foco deste trabalho, é impossível falar de forma isolada da mesma, bem como

do ensino e da pesquisa, pois como dito recentemente, as três são complementares. Ainda em conformidade com Santos (2010), nesse cenário, para ser efetivada, a extensão precisa dos conteúdos, discentes e docentes do ensino; assim como carece da pesquisa para buscar diagnósticos e possibilitar soluções aos diversos problemas com os quais irá se deparar e para que esteja corriqueiramente se atualizando.

Corroborando com as ideias de Santos (2010), para Jezine (2004), a extensão universitária deve integrar as práticas pedagógicas curriculares, onde tais processos envolvam a formação e a construção de saberes, de forma que a comunidade acadêmica (professores e alunos) interajam de modo dialógico. Essa reflexão permite inferir a extensão como uma ferramenta promotora da construção do conhecimento, de modo a tornar os alunos verdadeiros agentes ativos na busca e construção deste.

Pode-se encontrar ainda nos depoimentos dos(as) partícipes, a relevância social da experiência adquirida durante a integração nas ações de extensão. Assim, a extensão universitária também é vista pelos(as) bolsistas como uma via de mão-dupla, em que a comunidade aprende com as ações desenvolvidas pela Universidade; e a Universidade aprende com os saberes populares dessa comunidade, funciona como uma troca de saberes, cada qual com as suas particularidades, mas sem desprezar nenhum.

De acordo com o artigo 43 da LDB, cabe as universidades a promoção das atividades de extensão, a qual deve ser aberta à sociedade, visando a difusão das conquistas e benefícios oriundos das instituições; e que as ações extensionistas sejam abertas a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos por elas (BRASIL, 1996). Já o artigo 2º do Plano Nacional de Extensão Universitária aponta a extensão como uma atividade acadêmica com fins de articular o ensino e a pesquisa e viabilizar a relação entre a universidade e a comunidade (FORPROEX, 2012a).

Como pode-se entender, constitui como função fundamental da extensão universitária, apresentar à comunidade o conhecimento adquirido dentro da sala de aula e trazer para dentro desta o que a comunidade tem a oferecer em termos de conhecimento popular e cultural. Assim sendo, é muito importante debater sobre a relação universidade-comunidade, porque os projetos de extensão são validados quanto suas intenções e realizações quando essa relação é bem sucedida; bem como

refletir a respeito da importância dessas atividades na formação acadêmica dos estudantes, seja qual for a área de conhecimento (LIMA, et. al., 2017).

Buscando obter respostas sobre a existência de valores, conceitos, experiências e/ou métodos porventura apreendidos através do projeto ou programa que o(a) bolsista ainda leva em consideração em sua vida profissional, os(as) integrantes da pesquisa foram unânimes em apontar a importância da prática para o processo de aprendizagem, sendo isto necessário para se manter uma boa relação com os demais sujeitos sociais, conhecer as suas realidades, problemáticas e possíveis soluções conjuntas para modificar o meio em que vivem.

Escutar o outro, entender que o campo de atuação se modifica de acordo com as pessoas envolvidas, e também que, por mais que tente trazer algo de novo para o outro, isso precisa ter um significado e importância para ele. (BOLSISTA DO PROJETO A, 2018).

O Projeto foi uma grande experiência de posicionamento. Posicionamento para o entendimento de como as carreiras podem construir uma nova sociedade, como é necessário uma visão de integração e corresponsabilidade para a resolução de problemáticas sociais e o quanto somos responsáveis para as transformações sociais, refletindo a partir da realidade que estamos inseridos. Participar do PIBEX foi mais uma forte base para pensar a extensão como ferramenta fundamental na compressão do papel da Universidade e das carreiras de cada curso. Se os programas de extensão fossem prioridades como a pesquisa é para as universidades, teríamos uma realidade muito diferente, profissionais bem mais integrados à sua responsabilidade social e construção de um lugar mais digno de viver. (BOLSISTA DO PROJETO B, 2018).

Principalmente no quesito de saber como monitorar e analisar a qualidade da água dos mananciais. Isso se torna uma ferramenta fundamental para saúde humana e animal, uma vez que precisamos saber como as condições sanitárias e ambientais podem interferir negativamente na vida social. O mais importante é saber identificar os índices da qualidade da água e se um corpo hídrico se encontra fora da normalidade, saberemos como interferir para torná-la viável ambientalmente. (BOLSISTA DO PROJETO C, 2018).

A extensão nos mostra como agir perante as diversas dificuldades do dia-a-dia. Essa humanização é importante para criar confiança e laços com as pessoas envolvidas. (BOLSISTA DO PROGRAMA D, 2018).

Refletir a importância da extensão universitária na formação do profissional é garantir que este terá grandes benefícios em seu processo formativo, considerando que através das ações extensionistas os estudantes podem colocar em prática aquilo que adquiriu dentro da universidade. Em linhas gerais, convém afirmar que hoje, a extensão universitária, juntamente com o ensino e a pesquisa, apresenta-se como uma das maiores virtudes e expressão de compromisso social das universidades brasileiras, já que o exercício dessa função é requerido como dado de excelência no Ensino Superior, fundamentalmente direcionada para a formação profissional de

discentes e docentes, à luz da assimilação e construção do conhecimento científico (SANTOS, 2010).

Em complemento a esse pensamento, o fazer extensionista envolve uma dinâmica sobre a realidade, a qual depende de um processo dialético entre a teoria e a prática dos sujeitos, fato que só é possível a partir da experiência, ou seja, quando é permitido aos alunos desenvolver todos os mecanismos que tiveram contato dentro da universidade (CASTRO, 2004). Analisando as informações ditas por um(a) dos(as) bolsistas sobre a contribuição do Projeto para a sua formação profissional, é perceptível o quanto ele(a) teve que se empenhar para estudar e se atualizar perante os conteúdos da graduação e poder passar as informações cabíveis, necessárias e de forma clara ao público-alvo, de forma didática. Por conta disso, é oportuno destacar o referido Projeto como de extrema importância no processo de formação profissional do(a) aluno(a) extensionista.

Com base nessa reflexão, reitera-se que, dentre os objetivos do PIBEX, tem-se que as atividades acadêmicas devem contribuir, junto ao bolsista, para sua formação profissional e para o exercício da cidadania. Utilizando palavras semelhantes em suas duas resoluções, o PIBEX reafirma que as ações dos projetos e programas devem concorrer para a formação e a qualificação de cidadãos socialmente comprometidos (UFRB, 2012; UFRB, 2016).

Outro ponto bastante significativo que pode-se destacar é a aquisição de alguns valores adquiridos pelos(as) alunos(as) extensionistas – saber ouvir e respeitar o espaço do outro, e compreender as especificidades e as dinâmicas locais. Considerando estes(as) como profissionais já formados(as), a experiência se mostrou de grande contributo para o desenvolvimento dessas habilidades. Deste modo, entende-se a extensão como meio facilitador para o aprimoramento da humanização dos(as) alunos(as), vez que estes(as) eram responsáveis em intervir diretamente junto ao público-alvo da comunidade integrante dos projetos e programa de extensão.

Tendo em vista que o PIBEX aparentemente direciona seu foco prioritariamente para o bolsista, de certa forma existe uma relação de independência entre este e o seu orientador. É oportuno compreender o orientador do projeto enquanto um extensionista formador e igualmente em formação (SOUSA, 2018).

De acordo com Freire (1981), a educação não deve ser imposta pelo educador. Pelo contrário, é uma ação decorrente da relação do indivíduo com a realidade, em que o educador, constantemente, participa como facilitador ou mediador. A educação e o ato de educar para a conscientização, não podem ser fechados, mas devem ser dinâmicos e estar em contínua transformação. Não é apenas transferência de conhecimento de um educador autoritário que se mostra como detentor do saber. Educar é criar alternativas para o sujeito produzir e manter o seu conhecimento e, deste modo, educar-se. Ao promover a educação, o educador estabelece a relação dialógica e não posição de poder, pois numa educação progressista, o educador não é aquele que somente ensina, mas sim que aprende com os educandos. Portanto, “[...] o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educador também educa. Ambos assim se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos.” (FREIRE, 1981, p. 78).

Em vista disso, alguns orientadores(as), espontaneamente, revelaram a contribuição dos projetos para a sua carreira profissional. O(a) Orientador(a) do Projeto A, por exemplo, explicou que, do ponto de vista profissional e acadêmico, o Projeto se mostrou relevante tanto para a sua carreira como docente quanto para o(a) bolsista que integrou as ações. Levando em consideração que este(a) tenha iniciado a docência na UFRB praticamente no início do ano de 2010 (mesmo ano em que o Projeto foi executado), a oportunidade de ir a campo, ampliar a capilaridade no Recôncavo da Bahia e conhecer a realidade das escolas, foi importante profissionalmente, principalmente porque o PIBEX surgiu como a primeira oportunidade de se colocar em prática atividades de extensão que ele(a) já havia desenvolvido em outras organizações ao longo da sua carreira.

Outro ponto importante levantado, diz respeito aos primeiros contatos com os(as) alunos(as) bolsistas. Na ocasião, foram elaborados vários produtos acadêmicos como, monografias de graduação, artigos científicos, vídeos e um site específico para alimentar informações sobre o Projeto.

*Importante destacar que o Projeto deu uma projeção para equipe enquanto um grupo de extensão universitária da UFRB que apareceu naquele cenário trabalhando com educação formal e informal em um município do Recôncavo. Os olhares foram ainda mais ampliados frente a outras universidades porque, na oportunidade, o Projeto foi apresentado em uma ação da **Fundação de***

*Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, que é o Projeto Baía de Todos os Santos*¹³. (ORIENTADOR DO PROJETO A, 2018, **grifo nosso**).

Para o(a) Orientador(a) do Projeto C, a experiência teve um caráter social muito importante ao evidenciar a necessidade constante da relação entre universidade-comunidade. Depois que o Projeto chegou ao fim, a equipe foi procurada pela comunidade para dar continuidade as ações, o que demonstrou a apropriação dos conhecimentos repassados aos moradores. Além disso, o projeto possibilitou colocar em prática a teoria que era repassada em sala de aula para os discentes e a construção e apresentação de trabalhos acadêmicos para serem apresentados em congressos universitários.

Infere-se que os depoimentos desses(as) orientadores(as) encontram eco legitimador nos incisos II e III do artigo 5º da Resolução nº 003/2014, para os quais a extensão universitária deve priorizar atividades que estejam fundamentadas nas diretrizes, dentre outras, de conhecimento a seguir:

[...] II) promover o desenvolvimento do saber por meio de ações que tenham como objetivo produzir, sistematizar, criticar, atualizar, proteger, integrar e divulgar e difundir o conhecimento; III) articulação da atividade extensionista com o desenvolvimento das ações das atividades de ensino e pesquisa. [...]. (UFRB, 2014, p. 3).

Nesta linha, permitir que sejam conferidas novas significações às práticas de ensino e pesquisa, a partir do fazer extensionista, é reconhecer que o campo da extensão universitária desloca o eixo privilegiado de conhecimento científico da UFRB para a construção de um saber e conhecimentos variados cuja responsabilidade se concretiza na partilha entre Universidade e sociedade. Por conseguinte, o reforço no enlace do fazer pesquisa, extensão e ensinar, aparece como um estímulo para os professores ao fornecer subsídios renovadores que os motivam para o exercício da docência em suas múltiplas dimensões (SOUSA, 2018).

Loyola et. al. (2005) afirma que a extensão universitária exige dos docentes habilidades especiais. É importante, segundo a autora, que os mesmos desempenhem pluriproficiência, domínio não apenas numa especialidade de conhecimento, pois, muitas vezes, a extensão é um campo tenso e de constante demanda, tanto para os sujeitos que possuem a pluriproficiência como para aqueles

¹³ O Projeto Baía de Todos os Santos é uma ação da FAPESB, caracterizado como o conjunto de ações de pesquisa, ensino e extensão, desenvolvidas com a população do Estado, por pesquisadores vinculados a todas as universidades públicas da Bahia e apoiados por algumas entidades governamentais (FAPESB, 2018).

tantos outros que dela carecem.

Pela ênfase conferida nas falas à colaboração da extensão universitária para a atividade docente, em nível do PIBEX, é possível entender que este fazer acadêmico constitui-se num percurso formativo cujo alcance favorece o aprimoramento das ações laborativas dos docentes, sob uma ótica humanística e cidadã, além de expandir a aplicabilidade do conhecimento dentro e fora da Universidade tendo como foco questões sociais, com contribuições positivas para o ensino na UFRB.

Frente ao exposto, fica demonstrado o quanto as ações de extensão universitária são tidas como fundamentais na formação acadêmica e profissional de discentes e docentes. Isso em decorrência das grandes responsabilidades que são postas aos mesmos enquanto extensionistas e estes, por sua vez, são elevados a agentes ativos na busca e na construção do conhecimento. Por esse motivo, as IES (em especial a UFRB) precisam criar instrumentos que incentivem a comunidade acadêmica a participar da extensão universitária, a fim de que estas possam ter uma formação mais completa em nível de vivenciarem na prática aquilo que é visto em sala de aula.

6 PROPOSTA DE UM PLANO DE AÇÃO PARA POTENCIALIZAR AS AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DO PIBEX NA LINHA AMBIENTAL, COM VISTAS A OTIMIZAÇÃO DO VÍNCULO ENTRE A UNIVERSIDADE E O PODER PÚBLICO LOCAL

Como parte de um dos objetivos da pesquisa propôs-se a elaboração de um Plano de Ação a ser aplicado junto a comissão do PIBEX, o mesmo foi criado com base nos dados obtidos a partir de quatro momentos distintos: a) das entrevistas semiestruturadas; b) das leituras dos Relatórios emitidos pelos orientadores e bolsistas do PIBEX; c) da análise das normatizações que tratam do Programa e da extensão universitária na UFRB; d) e das propostas elaborados por SOUSA (2018), para o fortalecimento do Programa a partir de um olhar sobre os atores beneficiários das ações extensionistas.

Numa simples definição de Plano de Ação, Westwood (1996 apud Sousa, 2018) explica que é uma espécie de documento em que são criadas ações necessárias para o alcance de um determinado objetivo, devendo apresentar o marco temporal para o cumprimento das ações traçadas, os recursos financeiros e humanos envolvidos e os procedimentos a serem seguidos. Logo, para a elaboração do Plano de Ação, contou-se com a metodologia 5W2H, a qual também pode ser utilizada para o desenvolvimento de estratégias desse tipo, e possibilita o planejamento de soluções claras que colaboram para a promoção da qualidade das ações a serem alcançadas (SOUSA 2018 apud OLIVEIRA, et. al., 2016).

As táticas a serem adotadas também foram elaboradas a luz do trabalho de Sousa (2018 apud Behr, et. al., 2008), sendo traçadas a partir das respostas às sete questões comportadas no acrônimo 5W2H, na qual a letra W representa as indagações a seguir: What? (O quê?) – qual a ação desenvolvida; When? (Quando?) – quando será realizada; Why? (Por quê?) – qual será o resultado esperado da ação; Where? (Onde?) – onde a ação será desenvolvida; e Who? (Por quem?) – quem são os responsáveis pela atividade. Por sua vez, a letra H aparece em duas perguntas: How? (Como?) – como as ações serão implementadas e How much? (Quanto?) – quanto será gasto nessa implementação.

Neste sentido, o presente documento traça as atividades e metas identificadas no intuito de que sirva de apoio para firmar e manter relações entre a Universidade e

o poder público local a partir do PIBEX. Assim, almeja-se que o mesmo possa se tornar um mecanismo de gestão a ser utilizado na Pró-Reitoria de Extensão da UFRB, principalmente pelos membros da comissão do PIBEX, para o planejamento das estratégias sugeridas por estudos já desenvolvidos sobre o Programa e acompanhamento dos resultados obtidos, transformando os dados coletados neste trabalho em ações palpáveis e tangíveis em prol da comunidade acadêmica (que integra o Programa) e da comunidade externa (parceiras das ações extensionistas), tendo como foco a extensão universitária.

No Quadro 2 está apresentado as seis estratégias do Plano de Ação, distribuídas quanto à Articulação entre a UFRB e o Poder Público Local para novas Edições do PIBEX, à Formação em Extensão Universitária, com foco em ações ambientais e à Seleção das Propostas.

Quadro 2 - Plano de Ação para fortalecimento da relação entre a UFRB e o poder público local

ARTICULAÇÃO ENTRE A UFRB E O PODER PÚBLICO LOCAL PARA NOVAS EDIÇÕES DO PIBEX				
1. Atividade	Benefícios	Responsável	Prazo	Local
Apresentação do PIBEX junto aos gestores do poder público local integrantes dos Consórcios Públicos Municipais.	Dialogar com os gestores públicos, com vistas ao estabelecimento de novas parcerias institucionais para os projetos e programas de extensão, aproveitando o ensejo para levantamento de demandas municipais referentes à matéria ambiental.	Comissão do PIBEX junto aos orientadores dos projetos e programas de extensão universitária do PIBEX.	Primeiro semestre de 2019.	Auditório da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação da UFRB, localizado no <i>campus</i> universitário de Cruz das Almas.
Como			Custo	
Atividade em formato de evento, após o convite nas Prefeituras do Território do Recôncavo da Bahia em que são desenvolvidos ações de extensão do PIBEX, inclusive nos municípios que possuem Centros de Ensino da UFRB, tendo como público-alvo os gestores públicos. Os temas ambientais considerados prioritários para os municípios, formaria uma espécie de banco de dados para divulgação no site institucional do PIBEX de forma que, posteriormente, os futuros requerentes pudessem elaborar propostas com as temáticas apontadas. Em contrapartida, os gestores públicos colaborariam com recursos humanos, através do seu quadro de pessoal, para participação neste momento dialógico.			A definir.	

(Continuação)

2. Atividade	Benefícios	Responsável	Prazo	Local
Elaboração de um Guia com Orientações para o Fortalecimento da Gestão Ambiental, no âmbito dos Consórcios Públicos Municipais.	Inserir o componente ambiental no processo de tomada de decisão dos Governos locais.	Pró-Reitoria de Extensão numa ação conjunta com a comissão do PIBEX junto aos orientadores dos projetos e programas de extensão universitária do PIBEX.	A partir de 2019.	Pró-Reitoria de Extensão, localizada no <i>campus</i> universitário de Cruz das Almas.
Como				Custo
O Guia de orientação seria um subproduto gerado a partir do evento com os gestores públicos. Deverá ser disponibilizado em formato impresso ou digital, cuja linguagem do texto seja adaptada à realidade local. Além disso, necessitará abordar a importância dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente (como espaço de participação social) e a criação de Fundos Especiais de Meio Ambiente (arrecadados a partir de tributos e impostos municipais). Além disso, tal Guia trataria da relevância das parcerias institucionais, em especial, com a Universidade, no intuito de que relações fossem firmadas visando a abordagem conjunta das questões ambientais. Como forma de apoiar essa ação, os gestores públicos contribuiriam com recursos humanos – na elaboração do documento; bem como com auxílio financeiro – para a edição e impressão do material; e posterior auxílio logístico – com a distribuição do Guia no âmbito das Prefeituras Municipais.				A definir.
FORMAÇÃO EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA				
3. Atividade	Benefícios	Responsável	Prazo	Local
Curso sobre Concepção de Extensão Universitária, com foco em experiências ambientais.	Capacitar os docentes da rede pública de ensino acerca da importância das ações de extensão universitária junto à comunidade escolar.	Comissão do PIBEX numa ação conjunta com os orientadores dos projetos e programas de extensão universitária do PIBEX.	Em 2019.	Durante as Jornadas Pedagógicas de Educação nos municípios em que os projetos e programas do PIBEX ocorrem.
Como				Custo
Atividade formativa com carga horária a ser definida, seria ofertada no formato presencial, com tutoria, tendo como público-alvo os docentes da rede pública de ensino, devendo ser recomendada também, aos diretores das escolas e aos gestores lotados nas Secretarias Municipais de Educação. Em contrapartida, os gestores públicos disponibilizariam a infraestrutura, ou seja, os locais em que o evento irá acontecer, assim como ceder pessoal qualificado para auxiliar nas atividades.				A definir.

(Continuação)

4. Atividade	Benefícios	Responsável	Prazo	Local
Cartilha sobre Extensão Universitária.	Divulgar o que é extensão universitária junto aos professores e diretores da rede pública de ensino municipal.	Pró-Reitoria de Extensão, numa ação conjunta com os membros da comissão e orientadores dos projetos e programas de extensão universitária do PIBEX.	A partir de 2019.	Pró-Reitoria de Extensão, localizada no <i>campus</i> universitário de Cruz das Almas.
Como				Custo
A Cartilha seria um subproduto gerado a partir do curso presencial sobre extensão universitária, com foco em experiências ambientais junto aos docentes da rede pública de ensino. Para tanto, além das abordagens sobre a extensão universitária, recomenda-se a elaboração de capítulos específicos que apresentem diversas experiências com ações ambientais nas escolas, principalmente àquelas ocorridas no âmbito do PIBEX. A Cartilha deverá ser disponibilizada em formato impresso ou digital e distribuída em todas as escolas em que os projetos e programas do PIBEX ocorrem. Em contrapartida, os gestores públicos contribuiriam com auxílio financeiro (para a edição e impressão do material) e auxílio logístico (com a distribuição da Cartilha no âmbito das Prefeituras Municipais).				A definir.
SELEÇÃO DE PROPOSTAS				
5. Atividade	Benefícios	Responsável	Prazo	Local
Modificação do barema de avaliação das propostas, agregando pontuação adicional para o item que trata das parcerias institucionais, em especial das externas.	Induzir um maior número de propostas de projetos e programas de extensão universitária na área de Meio Ambiente que possuem vínculo com a esfera pública local.	Pró-Reitoria de Extensão	A partir do edital de 2019.	No âmbito dos editais do PIBEX.
Como				Custo
Inclusão desse critério no barema para avaliação das propostas do PIBEX, permitindo que os proponentes formulem mais ações extensionistas com esse apontamento, e, conseqüentemente, mais projetos e programas sejam apoiados pelos gestores públicos, tendo em vista a manutenção da parceria com foco no desenvolvimento local. Caso as propostas submetidas aos editais sejam aprovadas, os gestores públicos deveriam dispor de qualquer tipo de auxílio requerido pelos proponentes (financeiro, material, logístico, humano, infraestrutura, dentre outros).				A definir.

(Continuação)

6. Atividade	Benefícios	Responsável	Prazo	Local
Convite aos gestores públicos municipais para participação do processo seletivo das propostas.	Fortalecer a articulação das ações do PIBEX com a promoção do desenvolvimento local, através de um processo seletivo com a participação dos gestores do poder público.	Pró-Reitoria de Extensão.	Em 2019.	Pró-Reitoria de Extensão, localizada no <i>campus</i> universitário de Cruz das Almas.
Como				Custo
Os gestores, integrantes dos Consórcios Públicos Municipais, deverão dispor de experiências ou conhecimentos acumulados sobre meio ambiente, podendo participar como pareceristas e/ou no momento de julgamento de recursos porventura impetrados pelos proponentes dos projetos e programas. Como contrapartida perante os projetos e programas de extensão, os gestores públicos deveriam dispor recursos humanos qualificados para fomentar e subsidiar esta ação.				A definir.

Fonte: Própria Autora (2018).

Recomenda-se, caso a comissão organizadora do PIBEX ache necessário, a utilização desse Plano de Ação nas demais áreas temáticas do PIBEX (Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Saúde, Trabalho, e Tecnologia e Produção). Para tanto, é preciso que se faça algumas modificações, substituindo o quesito Meio Ambiente por outros temas do Programa. É necessário que o mesmo possa ser discutido no âmbito da Câmara de Extensão, de modo que possa servir de base para se pensar em futuros avanços referentes a esse tripé na UFRB.

Sugere-se ainda, que esse Plano possa ser desenvolvido não apenas nos municípios que possuem ações executáveis do PIBEX, mas também ampliado para os demais, a partir do momento em que novos projetos e programas de extensão forem aprovados para o desenvolvimento em outras localidades. E, compreendendo que a extensão universitária aparece como um pilar estruturante e estruturador na UFRB, defende-se que o documento que se segue contribuirá para a qualificação de outros ambientes comprometidos com o desenvolvimento local e com a relação dialógica entre a universidade e poder público.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho investigou os fatores limitantes e potencializadores das relações entre a UFRB e órgãos do poder público local no âmbito dos projetos e programas de extensão universitária na área ambiental do PIBEX realizados nos últimos oito anos. Em virtude da sua inclusão no seio de políticas públicas educacionais, o PIBEX aparece no cenário da Universidade como uma estratégia institucional de formação dos extensionistas, conforme consta nas resoluções desse Programa.

Considerando os depoimentos relatados na pesquisa de campo e a interpretação das informações à luz do referencial teórico e dos documentos normativos sobre extensão da UFRB, identificou-se que a relação entre o poder público local e a Universidade, através dos projetos e programas de extensão universitária na área de Meio Ambiente do PIBEX tem como fatores potencializadores:

- É pensada, sobretudo, para subsidiar com recursos materiais, humanos, logísticos ou financeiros os projetos e programas de extensão, já que o PIBEX possibilita apenas aporte com bolsa pecuniária ao estudante de graduação;
- Possibilita a visibilidade pela comunidade não apenas da Universidade, mas também do poder público, especialmente quando trabalham coletivamente em face do meio ambiente;
- Contribui para o tratamento de alguma questão ambiental pouco trabalhada no município, além de incluir a comunidade em atividades que visam o desenvolvimento local;
- Favorece o fazer extensionista, entendendo-se que esta relação abre caminhos para que a comunidade acadêmica (orientadores(as) e bolsistas) aja como protagonista, seja no diálogo com os(as) gestores(as) das administrações locais ou com a comunidade integrante das ações, para resolução de problemas a partir da realidade local;
- Facilita a entrada e o trabalho da equipe dos projetos e programas de extensão na comunidade local.

E como elementos limitantes da relação entre o poder público local e a Universidade, através dos projetos e programas de extensão universitária na área de Meio Ambiente do PIBEX, tem-se:

- A iniciativa para requerer articulações parte sempre dos(as) orientadores(as) e bolsistas do PIBEX para com os(as) gestores(as) do poder público local, mas o contrário dificilmente acontece;
- Há resistência por parte dos(as) orientadores(as) em solicitar ou firmar vínculos com a esfera pública local, em decorrência dos inúmeros entraves que inviabilizam os projetos e programas, reforçando ainda mais o distanciamento entre universidade-poder público local;
- Existe a ausência de comprometimento por parte do poder público local, por conta da desorganização, inclusão de outras prioridades à frente das atividades de extensão e descontinuidade de apoio (material, humano, logístico e financeiro) pelas Secretarias das Prefeituras Municipais, incluindo nesse cenário, a transição da gestão municipal que, muitas vezes, impossibilita que ações anteriormente apoiadas sejam levadas à diante;
- Ocorre distanciamento do poder público local quando é requerido apoios financeiros nos planos de trabalho das atividades de extensão;
- Nota-se a presença de entendimentos superficiais pelos(as) gestores(as) a respeito dos projetos e programas de extensão que serão implementados no município, principalmente quanto as verdadeiras finalidades e objetivos destes;
- Os resultados oriundos das ações extensionistas realizadas no âmbito do município nem sempre são compartilhados com os(as) gestores(as) das Administrações Municipais.

Levando-se em consideração os dados obtidos a partir desta investigação, os quais permitiram a exposição da relação entre o poder público local e a Universidade, por meio do PIBEX, como também a identificação de lacunas oriundas desse vínculo, recomenda-se à Pró-Reitoria de Extensão da UFRB, a adoção de algumas medidas junto à comissão organizadora do PIBEX para a otimização da articulação entre UFRB e poder público local:

- Buscar parcerias institucionais com o poder público local, afim de viabilizar as ações dos projetos e programas de extensão universitária na área de Meio Ambiente;
- Fomentar a importância dos Conselhos e dos Fundos Municipais de Meio Ambiente junto aos gestores locais, além de divulgar a relevância da atuação conjunta deste junto com a Universidade, no sentido de contribuir sustentavelmente para o desenvolvimento local;
- Rever os pesos atribuídos as propostas que apresentem vinculação com parcerias institucionais externas (poder público local);
- Identificar os temas ambientais considerados urgentes pelos gestores municipais, fomentando a inscrição de propostas junto aos futuros orientadores candidatos às seleções;
- Desenvolver produtos como, cartilhas e guias, para divulgar as ações que disciplinam as atividades de extensão universitária na UFRB.

Espera-se que as sugestões propostas anteriormente sejam apreciadas pelas instâncias acadêmicas responsáveis pela elaboração dos trâmites do PIBEX na Pró-Reitoria de Extensão, contribuindo para o seu aprimoramento. Entende-se que os debates feitos neste trabalho se referem ao contexto da UFRB, mas que, no entanto, adentram em revelações e conceitos que podem ser extrapolados para a realidade brasileira, considerando as determinadas particularidades locais. Espera-se ainda que o poder público mostre-se sensível quanto às ações que contribuem para o desenvolvimento local do município, dando o apoio devido, quando solicitado.

As constatações e as informações conclusivas apresentadas aqui, no entanto, não assumem caráter definitivo, tendo em vista que a realidade está em constante transformação, e, deste modo, é importante que os debates acerca da extensão universitária continuem sendo realizados em novos estudos. Sobre essa possibilidade, tem-se como apontamento para a elaboração de trabalhos futuros: a criação de estratégias para integrar o PIBEX ao processo de curricularização em extensão universitária na UFRB, bem como a criação de alternativas de financiamento para o PIBEX, tendo como foco parcerias institucionais externas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. A formação do capital social para o desenvolvimento sustentável. In: FÓRUM CONTAG DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, 2., 1998, São Luiz. **Anais...** São Luiz: CONTAG, 1998. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/contag16.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. **O método nas ciências sociais**. São Paulo: Pioneira, 2000.

ANDES, SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. **Proposta ANDES-SN para a universidade brasileira**. Brasília: ANDES, 2013.

APPIO, E. F. **O controle judicial das políticas públicas no Brasil**. 2004. 472 f. Tese (Doutorado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

ARENA FILHO, A. Políticas públicas ambientais e limpeza urbana. In: SEMINÁRIO NACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 12., 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul: Unisc, 2015. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/viewFile/14290/2741>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

ÁVILA, R. D.; MALHEIROS, T. F. O Sistema Municipal de Meio Ambiente no Brasil: avanços e desafios. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 3-47, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21s3/04.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: LDA, 2009.

BEHR, A.; MORO, E. L. S.; ESTABEL, L. B. Gestão da biblioteca escolar: metodologias, enfoques e aplicação de ferramentas de gestão e serviços de biblioteca. **Ciência da Informação**, v. 37, n. 2, p. 32-42, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n2/a03v37n2.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas

Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Casa Civil, 1961.

_____. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1968.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1999.

_____. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2001.

_____. **Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.** Dispõe sobre normas gerais de contratação de Consórcios Públicos e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2005.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2014.

_____. **Portaria nº 1.350, de 17 de dezembro de 2018.** Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. Brasília: Congresso Nacional, 2018.

_____. **Resolução nº 002, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília: MEC/Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno, 2012.

BRYSON, J. M. **Strategic planning for public and nonprofit organizations: a guide to strengthening and sustaining organizational achievement.** San Francisco, Califórnia: JosseyBass Publishers, 2004.

BUCCI, M. P. D. Políticas públicas e direito administrativo. **Revista de Informação Legislativa**, v. 34, n. 133, p. 89-98, 1997. Disponível em: <

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/198/r133-10.PDF?sequence=4>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

CAMPOS, S. R. M.; NEHME, V. G. F.; COLESANTI, M. T. M. A cidade sustentável e o desafio da educação ambiental na superação da utopia. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 2, p. 1-17, 2011. Disponível em: < <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/3008/2876>>. Acesso em: 22 set. 2018.

CANOTILHO, J. R. M. Direito constitucional ambiental português e da união europeia. In: CANOTILHO, J. J. G.; LEITE, J. R. M. (Org.) **Direito constitucional ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CARVALHO, A. V. Educação ambiental no desenvolvimento sustentável municipal. **Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, v. 2, n. 1, p. 97-108, 2015. Disponível em:< <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/1609>>. Acesso em: 05 out. 2018.

CARVALHO, P. G. M.; OLIVEIRA, S. M. C.; BARCELLOS, F. C.; ASSIS, J. M. Gestão local e meio ambiente. **Ambiente & Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 1-19, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v8n1/a08v08n1.pdf> >. Acesso em: 11 dez. 2018.

CASTRO, L. M. C. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2004. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/sites/default/files/t11111.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24. p. 1-15, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

COUTINHO, N. C. A. Poder público e a proteção ao meio ambiente. **Colloquium Humanarum**, v. 6, n. 2, p. 59-66, 2009. Disponível em: < <http://revistas.unoeste.br/revistas/ojs/index.php/ch/article/viewFile/433/442>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã: o Ensino Superior, da Colônia à Era Vargas**. São Paulo: UNESP, 2007.

DINIZ, F. P. **A extensão universitária como instrumento de política pública**.

2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

FERNANDES, K. S.; MENEZES JÚNIOR, E. E.; BRITO, E. S. O papel dos municípios na gestão ambiental: ações protetivas e preventivas à sustentabilidade ambiental. **Boletim Jurídico**, v. 13, n. 1388, p. 1-14, 2014. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/artigo/4195/o-papel-municipios-gestao-ambiental-acoes-protetivas-preventivas-sustentabilidade-ambiental>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Pedagogia do oprimido?** 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FRANTZ, W.; SILVA, E. W. **As funções sociais da universidade:** o papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí: UNIJUÍ, 2002.

FORPROEX, FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Avaliação nacional da extensão universitária**/Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Brasília: MEC/SESu; Paraná: Universidade Federal do Paraná; Ilhéus: Universidade Federal de Santa Cruz, 2001. 98 p.

_____. **Extensão universitária:** organização e sistematização/Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. PROEX/COOPMED, 2007. 112 p.

_____. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular:** uma visão da extensão/Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Brasília: MEC/SESu; Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. 100 p.

_____. **Plano Nacional de Extensão Universitária 2011-2020.** FORPROEX, 2012a. 05 p.

_____. **Política Nacional de Extensão universitária.** Manaus: FORPROEX, 2012b. 40 p.

_____. **XLII Encontro Nacional do FORPROEX. Carta de Florianópolis-SC.** Florianópolis: FORPROEX, 2017. 03 p.

_____. **XLIII Encontro Nacional do FORPROEX. Carta-Manifesto de Natal-RN.** Natal: FORPROEX, 2018. 03 p.

FRANÇA, R. G.; RUARO, É. C. R. Diagnóstico da disposição final dos resíduos sólidos urbanos na região da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), Santa Catarina. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 6, p. 2191-2197, 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n6/26.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2014.

GONÇALVES, N. G. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, 2015. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n3p1229>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

GUIMARÃES, S. S. M.; TOMAZELLO, M. G. C. A formação universitária para o ambiente: educação para a sustentabilidade. **Ambiente & Educação**, v. 7, n. 7, p. 55-71, 2003. Disponível em: < <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/viewFile/898/356>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

GURGEL, R M. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez, 1986.

HAYASHI, C.; SILVA, L. H. A. Instrumentos de políticas públicas em gestão ambiental e Sustentabilidade no Brasil. In: FÓRUM AMBIENTAL DA ALTA PAULISTA, 11., 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Fórum Ambiental da Alta Paulista, 2015. Disponível em: <http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum_ambiental/article/view/1223/1246>. Acesso em: 02 jan. 2019.

IBEU, INDICADORES BRASILEIROS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. BORTOLINI, M. H. Z.; DANTAS, N. S.; HENRIQUES, R. L. M.; JUNIOR, M. M.; SILVA, D. M. O.; SILVA, E. A.; SOUSA, A. I. (Org.). **Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária.** Campina Grande: EDUFPG, 2017.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Caderno de Pesquisa**, v. 1, n. 118, p. 189-205, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

JEZINE, E. **As práticas curriculares da extensão universitária**. Brasília: UNESCO, 2004.

KLERING, L. R.; BERGUE, S. T.; SCHRÖEDER, C. S.; PORSSE, M. C. S.; STRANZ, E.; KRUEL, A. J. Competências, papéis e funções dos poderes municipais no contexto da administração pública contemporânea. **Análise**, v. 22, n. 1, p. 31-43, 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/9778/6701>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

KUNTZ, T. G.; VOLPATO, L. F. S. Políticas públicas ambientais: uma análise a partir da política nacional de resíduos sólidos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 12., 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul: Unisc, 2015. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/13204/2352>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

LARA, P. T. R. Sustentabilidade em instituições de Ensino Superior. **Monografias Ambientais**, v. 7, n. 7, p. 1646-1656, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/viewFile/5341/3308>>. Acesso em: 29 set. 2018.

LEITE, J. R. M. Sociedade de risco e estado. In: CANOTILHO, J. J. G.; LEITE, J. R. M. (Org.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007.

LENZA, P. **Direito Constitucional esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2008.

LIMA, A. C. P.; GOLEMBIEWSKI, C. Agenda ambiental na UNICENTRO: um estudo da qualidade de vida no trabalho a partir do método Kruger. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, v. 2, n. 1, p. 23-36, 2015. Disponível em: <<https://www6.univali.br/seer/index.php/rbts/article/viewFile/8341/4689>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

LIMA, G. F. C. Crise ambiental, educação e cidadania. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. (Org.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, J. E. C.; SILVA, I. R. N.; NASCIMENTO NETO, P. F.; PEREIRA, C. K. S.; BAKKE, L. A. A importância da extensão universitária na formação profissional: experiência vivenciada por alunos do Curso de Farmácia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE, 2., 2017, Campina Grande. **Anais...**

Campina Grande: COMBRACIS, 2017. Disponível em: <
http://www.editorarealize.com.br/revistas/conbracis/trabalhos/TRABALHO_EV071_M D1_SS3_ID2191_14052017154833.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

LOPES, R. P. M. **Universidade pública e desenvolvimento local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.** Vitória da Conquista: UESB, 2003.

LOYOLA, C. M. D.; OLIVEIRA, R. M. P. A universidade “extendida”: estratégias de ensino e aprendizagem em enfermagem. **Escola Anna Nery revista de Enfermagem**, v. 9, n. 3, p. 429-33, 2005. Disponível em:<
<http://www.scielo.br/pdf/ean/v9n3/a11v9n3>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

MALGARIM, E. A. **Novos direitos no estado democrático de direito: meio ambiente e sociedade de risco.** 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Escola de Direito, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

MARCOMIN, F. E.; SILVA, A. D. V. Reflexões acadêmicas - a sustentabilidade no Ensino Superior brasileiro: alguns elementos a partir da prática de educação ambiental na universidade. **CONTRAPONTO**, v. 9, n. 2, p. 104-117, 2009. Disponível em: <
http://rases.reasul.org.br/downloads/subsidios/30_sustentabilidade_ensino%20superior%20brasileiro_fatima%20e%20alberto_2009_ARTIGO.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.

MELO NETO, J. F. **Extensão universitária: uma análise crítica.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

MILARÉ, É. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco – doutrina, jurisprudência, glossário.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P.; SANTOS, N. C. Métodos, técnicas e relações em triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagens de programas sociais.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MOITA, F. M. G. S. C.; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, p. 269-280, 2009. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a06.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

MONOSOWSKI, E. **Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil**. FUNDAP, São Paulo, 1989.

MORAES, D. O papel dos municípios na competência ambiental. **Diritto & Diritti**, v. 11, n. 11, p. 1-30, 2007. Disponível em: <<https://www.diritto.it/o-papel-dos-municipios-na-competencia-ambiental/>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

MOREIRA, M. S. **Estratégia e implantação do sistema de gestão ambiental: modelo ISO 14001: 2004**. Nova Lima: Falconi, 2013.

NASCIMENTO, D. T. Fatores determinantes da gestão ambiental municipal: um estudo inicial. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 4., 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT8-611-573-20080510234934.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

OLIVEIRA, F.; GOULART, P. M. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. **Revista Ciência em Extensão**, v. 11, n. 3, p. 8-27, 2015. Disponível em: <http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1225/1165>. Acesso em: 28 mar. 2019.

OLIVEIRA, M. **Universidade e sustentabilidade: proposta de diretrizes e ações para uma universidade ambientalmente sustentável**. 2009. 90 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

OLIVEIRA, M. M. F.; MONTEIRO, M. A. F. O poder público e a preservação do meio ambiente. **Revista Jus Navigandi**, v. 19, n. 4086, p. 1-12, 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/30304/o-poder-publico-e-a-preservacao-do-meio-ambiente>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

OLIVEIRA, P. F. R.; OLIVEIRA, B. F.; ROHRICH, S. S. Sustentabilidade em instituições de Ensino Superior: uma revisão sobre as conferências internacionais para a sustentabilidade em IES. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 18., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2016. Disponível em: <<http://engemausp.submissao.com.br/18/anais/arquivos/242.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

PECCATIELLO, A. F. O. Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). **Desenvolvimento & Meio Ambiente**, v. 2, n. 24, p. 71-82, 2011. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/21542/17081> >. Acesso em: 13 ago. 2018.

PHILIPPI JUNIOR, A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. **Curso de gestão ambiental**. São Paulo: Manole, 2004.

PRADO, L. R. **Direito penal do ambiente**. 5º ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

ROCHA, N. R. M.; BUTZKE, N. A universidade frente aos desafios de uma educação para a sustentabilidade. **Revista Eletrônica Direito e Política**, v. 6, n. 2, p. 641-662, 2011. Disponível em: < <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/download/6069/3336> >. Acesso em: 07 set. 2018.

ROSA, S. M. O.; PINHEIRO, C. G. A “nova” aliança entre a educação básica e o ensino superior: um avatar científico ou uma prática discursiva necessária? In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012. Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: ANPED, 2012. Disponível em: < <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/226/345> >. Acesso em 13 mar. 2019.

SALHEB, G. J. M.; PERES NETO, H. A. P.; OLIVEIRA, I. M.; AMARAL JÚNIOR, M. F.; BOETTGER, R. J. C. S.; MONTEIRO, V. C. S.; SUPERTI, E. Políticas públicas e meio ambiente: reflexões preliminares. **Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, n. 1, p. 5-26, 2009. Disponível em: < <https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/view/57/v1n1Gleidson.pdf> >. Acesso em 01 mar. 2019.

SANTIAGO, A. R. Extensão universitária: entre o pensar, experiência e o por fazer. In: SOUSA, A. J.; CARNEIRO, S. R. O.; ROCHA, V. O. (Org.). **Extensão universitária na UFRB**. Cruz das Almas: UFRB, 2017.

SANTOS, J. R. R. **Universidade pública e desenvolvimento local**: a presença da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) no bairro do Salobrinho em Ilhéus, Bahia, no período de 1991 a 2008. Ilhéus: Editus, 2013.

SANTOS, M. P. Contributos da extensão universitária brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: um debate necessário. **Revista Conexão**, v. 6, n. 1, p. 10-15, 2010. Disponível em:

<<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3731/2622>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SCHNEIDER, E. **Gestão ambiental municipal: preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre: UNIVATES, 2009.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SILVA, J. A. **Educação ambiental: um estudo das contribuições do projeto de olho na água para a promoção do desenvolvimento local em Icapuí - CE**. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2015.

SILVA, F. C. L. **Universidade e extensão: a pesquisa-ação em um centro universitário**. 2008. 266 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 2008.

SILVA, V. B.; CRISPIM, J. Q. Um breve relato sobre a questão ambiental. **Revista Geografia, Meio Ambiente e Ensino**, v. 2, n. 1, p. 163-175, 2011. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/viewFile/30/pdf_24>. Acesso em: 10 set. 2018.

SILVA, W. C.; MUCCI, C. B. M.; BAETA, O. V.; ARAÚJO, D. S. O planejamento estratégico na administração pública: um estudo multicaso. **Revista de Ciências Humanas**, v. 13, n. 1, p. 90-101, 2013. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol13/artigo6vol13-1.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

SIRVINKAS, L. P. **Tutela constitucional do meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SOUSA, A. J. **De qual extensão universitária estamos falando? O caso do Programa Institucional de Bolsas de Extensão da UFRB**. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) – Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2018.

SOUTO, L. E. C. O. **Direitos fundamentais e tutela do meio ambiente: principio**

e instrumentos à consolidação do estado de direito ambiental. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) – Centro de Educação de Ciências Sociais e Jurídica, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2008.

TRINDADE, A. A. C. **Direitos humanos e meio ambiente:** paralelos dos sistemas de proteção internacional. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1993.

TRIVIÑOS. A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UFRB, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Editais nº 03/2018** – chamada para seleção de propostas de projetos e programas de extensão universitária do PIBEX. UFRB: Pró-Reitoria de Extensão, 2018b. 11 p.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia 2010-2014.** UFRB: Pró-Reitoria de Planejamento, 2009. 195 p.

_____. **Pró-Reitoria de Extensão 2018a.** Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/proext/>>. Acesso em: 17 set. 2018.

_____. **Regimento Interno do Conselho Acadêmico da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.** UFRB: CONAC: 2007, 19 p.

_____. **Resolução nº 003/2014.** Dispõe sobre a aprovação das normas que disciplinam as atividades de Extensão Universitária no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. UFRB: CONAC, 2014. 15 p.

_____. **Resolução nº 006/2016.** Dispõe sobre o regulamento para o Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX – na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). UFRB: CONAC, 2016. 11 p.

_____. **Resolução nº 009/2012.** Dispõe sobre o regulamento para o Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX – na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). UFRB: CONAC, 2012. 9 p.

_____. **Resolução nº 038/2017.** Dispõe sobre a aprovação das normas que disciplinam as ações de extensão universitária no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). UFRB: CONAC, 2017. 22 p.

_____. **Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA 2019.** Disponível em: <<https://ufrb.edu.br/portal/sigaa>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

VAZ, C. R.; FAGUNDES, A. B.; OLIVEIRA, I. L.; KOVALESKI, J. L.; SELIG, P. M. Sistema de gestão ambiental em instituições de Ensino Superior: uma revisão. **Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, v. 5, n. 3, p. 45-58, 2010. Disponível em: < <https://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/viewFile/327/314>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

VEIGA, I. P. Docência universitária na educação superior. In: RISTOFF, D.; SEVEGNANI, P. (Org.). **Docência na educação superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

VIERO, T. V. **Programa de extensão universitária: perspectivas emergentes na educação em ciências**. 2012. 67 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro para entrevista com os orientadores dos projetos/programa do PIBEX

01. Quantidade de edições do projeto/programa:

() 1 edição () 2 edições () 3 ou mais edições

02. Houve articulação/parceria entre o projeto/programa com o poder público local? Se sim, de que forma ocorreu? Se não, por quê?

03. Se houve relação entre o projeto/programa com o poder público local, cite os principais resultados alcançados pelo plano de trabalho por meio desta articulação/parceria.

04. Se houve relação entre o projeto/programa com o poder público local, cite as principais dificuldades enfrentadas pelo plano de trabalho por meio desta articulação/parceria.

05. Caso ainda não haja relação entre o(os) projeto(os)/programa(as) de extensão universitária na área de meio ambiente submetido(os) ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX), futuramente, estaria disposto(a) a firmar algum tipo de articulação/parceria entre os próximos projetos/programas de sua autoria e o poder público local? Se sim, de que maneira? Se não, por quê?

06. Acredita que o poder público local poderia colaborar para o desenvolvimento de projetos/programas de extensão universitária na área de meio ambiente? Se sim, de que forma? Se não, por quê?

07. Teria interesse em identificar e propor temas que considere prioritários para o desenvolvimento de projetos/programas de extensão universitária na área de meio ambiente em articulação/parceria com o poder público local? Se sim, quais temas? Se não, por quê?

APÊNDICE B - Roteiro para entrevista com os bolsistas dos projetos/programa do
PIBEX

01. Quantidade de edições em que integrou o projeto/programa:

() 1 edição () 2 edições () 3 ou mais edições

02. Houve articulação/parceria entre o projeto/programa com o poder público local? Se sim, de que forma ocorreu? Se não, por quê?

03. Se houve relação entre o projeto/programa com o poder público local, cite os principais resultados alcançados pelo plano de trabalho por meio desta articulação/parceria.

04. Se houve relação entre o projeto/programa com o poder público local, cite as principais dificuldades enfrentadas pelo plano de trabalho por meio desta articulação/parceria.

05. Acredita que o poder público local poderia colaborar para o desenvolvimento de projetos/programas de extensão universitária? Se sim, de que forma? Se não, por quê?

06. Teria interesse em identificar e propor temas que considere prioritários para o desenvolvimento de projetos/programas de extensão universitária na área de meio ambiente em articulação/parceria com o poder público local? Se sim, quais temas? Se não, por quê?

07. A experiência como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX) influenciou na aprendizagem de parte dos componentes curriculares de seu curso? Se sim, de que forma isso ocorreu (exemplifique)? Se não, o que teria faltado para que esta influência ocorresse?

08. Quanto à sua formação profissional, existem valores, conceitos, experiências e/ou métodos porventura apreendidos através do projeto/programa que você ainda leva em consideração em sua vida profissional?

APÊNDICE C - Roteiro para entrevista com os membros da comissão do PIBEX

01. Explícite a relevância do Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX) para o tripé ensino, pesquisa e extensão?
02. Quais os maiores entraves ou dificuldades para o fortalecimento do PIBEX?
03. Existe alguma articulação/parceria da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) com o poder público no desenvolvimento do PIBEX? Se sim, como ocorre esta articulação? Se não, considera importante desenvolver? Justifique.
04. Considera que existam dificuldades enfrentadas pela UFRB para promoção/ampliação da articulação/parceria com o poder público para o desenvolvimento do PIBEX? Se sim, quais e como sugeriria superá-las?
05. Haveria, do seu ponto de vista, a necessidade de promover alguma alteração/ajuste na composição/atribuições da comissão do PIBEX?

APÊNDICE D - Roteiro para entrevista com os gestores do poder público local

01. Existe alguma relação do órgão em que atua na Prefeitura Municipal e iniciativas de ações de desenvolvimento ambiental?

02. Tem conhecimento de alguma articulação/parceria entre o poder público local e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) no desenvolvimento de projetos/programas de extensão universitária na área de meio ambiente? Se sim, quais? E de que forma ocorrem?

03. Tem conhecimento se existe contribuições por parte do poder público local em prol do desenvolvimento de projetos/programas de extensão universitária na área de meio ambiente da UFRB?

04. Tem conhecimento sobre resultados obtidos ou que estão sendo alcançados através da articulação/parceria entre o poder público local e a UFRB em projetos/programas de extensão universitária na área de meio ambiente?

05. Tem conhecimento sobre as dificuldades enfrentadas através da articulação/parceria entre o poder público local e a UFRB em projetos/programas de extensão universitária na área de meio ambiente? Se sim, teria sugestões de superação?

06. No seu ponto de vista, a articulação/parceria entre o poder público local e a UFRB em projetos/programas de extensão universitária na área de meio ambiente é importante para o desenvolvimento local do município? Justifique.

07. O órgão em que atua teria interesse em identificar e propor temas que considere prioritários para o desenvolvimento de projetos/programas de extensão universitária na área de meio ambiente? Se sim, haveria a possibilidade de apoio do órgão na viabilização desses projetos/programas (ex.: apoio logístico, estrutural, humano, etc.)? Se não, por quê?

APÊNDICE E - Termo de Consentimento e Esclarecido (TCLE) – orientadores dos projetos/programa do PIBEX

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa: **Interface entre poder público e universidade: o caso dos projetos de extensão universitária da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) na área ambiental**. Esta pesquisa parte do reconhecimento da importância dos projetos de extensão universitária na área ambiental da UFRB e a sua contribuição para o desenvolvimento local, com o objetivo de investigar os fatores limitantes e potencializadores das relações entre a Universidade e órgãos do poder público local no âmbito dos projetos/programas de extensão realizados nos últimos oito anos. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine este termo, que está apresentado em duas vias, ficando uma de posse do(a) participante e outra arquivada por cinco anos com a pesquisadora, após o término da pesquisa. Em caso de recusa, você não terá nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisadora ou com a instituição em que trabalha. Ressalte-se que, você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração por participar da pesquisa. Salienta-se ainda que, os riscos relacionados à sua participação nesta pesquisa são: o desconforto por responder questões que envolvam as temáticas que serão abordadas, a possibilidade de atrapalhar a realização de suas atividades acadêmicas e/ou laborais e a necessidade de disponibilização do seu tempo. Entretanto, como forma de minimizar tais riscos, está previsto que a entrevista semiestruturada acontecerá em local, data e horário condizentes com sua disponibilidade. Além disso, salienta-se o respeito, caso queira abster-se de responder alguma questão. Ainda que não tenha benefícios diretos em participar desta pesquisa, você, indiretamente, estará contribuindo para a compreensão do fenômeno acima mencionado, para a produção de conhecimento científico e, possivelmente, para a elaboração de estratégias para minimização deste problema. As informações são confidenciais e garantimos o total sigilo de sua participação durante toda pesquisa, inclusive na divulgação da mesma. Se houver alguma questão que deseje esclarecer, você poderá entrar em contato com os pesquisadores envolvidos com a referida pesquisa: Fabiane Correia da Cunha, Pós-Graduanda do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) da UFRB, pesquisadora; Alexandre Américo Almassy Junior, Docente da UFRB e orientador da pesquisa. Ainda poderá entrar em contato através do telefone (075) 9 8177-1736 e e-mail: fabiane_correia@hotmail.com. E, em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa: Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), UFRB, Rua Ruy Barbosa, nº 719, Centro (Prédio da Reitoria), Cruz das Almas-BA, CEP: 44380 000, telefone: (075) 3621-6850, e-mail: eticaempesquisa@ufrb.edu.br.

Atenciosamente,

Alexandre Américo Almassy Junior
Orientador da pesquisa

Fabiane Correia da Cunha
Pesquisadora

Termo pós-consentimento

Eu, _____ concordo com a participação na pesquisa e confirmo que fui esclarecido(a) dos seus objetivos, riscos e benefícios, conforme termo acima.

_____, _____ / _____ / _____
Local, Data

Assinatura do(a) participante

APÊNDICE F - Termo de Consentimento e Esclarecido (TCLE) – bolsistas dos projetos/programa do PIBEX

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa: **Interface entre poder público e universidade: o caso dos projetos de extensão universitária da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) na área ambiental**. Esta pesquisa parte do reconhecimento da importância dos projetos de extensão universitária na área ambiental da UFRB e a sua contribuição para o desenvolvimento local, com o objetivo de investigar os fatores limitantes e potencializadores das relações entre a Universidade e órgãos do poder público local no âmbito dos projetos/programas de extensão realizados nos últimos oito anos. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine este termo, que está apresentado em duas vias, ficando uma de posse do(a) participante e outra arquivada por cinco anos com a pesquisadora, após o término da pesquisa. Em caso de recusa, você não terá nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisadora ou com a instituição em que trabalha. Ressalte-se que, você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração por participar da pesquisa. Salienta-se ainda que, os riscos relacionados à sua participação nesta pesquisa são: o desconforto por responder questões que envolvam as temáticas que serão abordadas, a possibilidade de atrapalhar a realização de suas atividades acadêmicas e/ou laborais e a necessidade de disponibilização do seu tempo. Entretanto, como forma de minimizar tais riscos, está previsto que o roteiro da entrevista estruturada será encaminhado via *e-mail* (anexado ao formulário do *Microsoft Word*) com questões respondidas virtualmente. Desta forma, o(a) participante poderá definir o tempo para responder, de modo que não altere significativamente a sua rotina de estudo e/ou trabalho e em horário que lhe seja mais conveniente. Além disso, salienta-se o respeito, caso queira abster-se de responder alguma questão. Ainda que não tenha benefícios diretos em participar desta pesquisa, você, indiretamente, estará contribuindo para a compreensão do fenômeno acima mencionado, para a produção de conhecimento científico e, possivelmente, para a elaboração de estratégias para minimização deste problema. As informações são confidenciais e garantimos o total sigilo de sua participação durante toda pesquisa, inclusive na divulgação da mesma. Se houver alguma questão que deseje esclarecer, você poderá entrar em contato com os pesquisadores envolvidos com a referida pesquisa: Fabiane Correia da Cunha, Pós-Graduada do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) da UFRB, pesquisadora; Alexandre Américo Almassy Junior, Docente da UFRB e orientador da pesquisa. Ainda poderá entrar em contato através do telefone (075) 9 8177-1736 e *e-mail*: fabiane_correia@hotmail.com. E, em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa: Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), UFRB, Rua Ruy Barbosa, nº 719, Centro (Prédio da Reitoria), Cruz das Almas-BA, CEP: 44380 000, telefone: (075) 3621-6850, *e-mail*: eticaempesquisa@ufrb.edu.br.

Atenciosamente,

Alexandre Américo Almassy Junior
Orientador da pesquisa

Fabiane Correia da Cunha
Pesquisadora

Termo pós-consentimento

Eu, _____ concordo com a participação na pesquisa e confirmo que fui esclarecido(a) dos seus objetivos, riscos e benefícios, conforme termo acima.

_____, _____ / _____ / _____
Local, Data

Assinatura do(a) participante

**APÊNDICE G - Termo de Consentimento e Esclarecido (TCLE) – membros da
comissão do PIBEX**

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa: **Interface entre poder público e universidade: o caso dos projetos de extensão universitária da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) na área ambiental**. Esta pesquisa parte do reconhecimento da importância dos projetos de extensão universitária na área ambiental da UFRB e a sua contribuição para o desenvolvimento local, com o objetivo de investigar os fatores limitantes e potencializadores das relações entre a Universidade e órgãos do poder público local no âmbito dos projetos/programas de extensão realizados nos últimos oito anos. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine este termo, que está apresentado em duas vias, ficando uma de posse do(a) participante e outra arquivada por cinco anos com a pesquisadora, após o término da pesquisa. Em caso de recusa, você não terá nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisadora ou com a instituição em que trabalha. Ressalte-se que, você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração por participar da pesquisa. Salienta-se ainda que, os riscos relacionados à sua participação nesta pesquisa são: o desconforto por responder questões que envolvam as temáticas que serão abordadas, a possibilidade de atrapalhar a realização de suas atividades laborais e acadêmicas e a necessidade de disponibilização do seu tempo. Entretanto, como forma de minimizar tais riscos, está previsto que a entrevista semiestruturada acontecerá em local, data e horário condizentes com sua disponibilidade. Além disso, salienta-se o respeito, caso queira abster-se de responder alguma questão. Ainda que não tenha benefícios diretos em participar desta pesquisa, você, indiretamente, estará contribuindo para a compreensão do fenômeno acima mencionado, para a produção de conhecimento científico e, possivelmente, para a elaboração de estratégias para minimização deste problema. As informações são confidenciais e garantimos o total sigilo de sua participação durante toda pesquisa, inclusive na divulgação da mesma. Se houver alguma questão que deseje esclarecer, você poderá entrar em contato com os pesquisadores envolvidos com a referida pesquisa: Fabiane Correia da Cunha, Pós-Graduada do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) da UFRB, pesquisadora; Alexandre Américo Almassy Junior, Docente da UFRB e orientador da pesquisa. Ainda poderá entrar em contato através do telefone (075) 9 8177-1736 e e-mail: fabiane_correia@hotmail.com. E, em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa: Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), UFRB, Rua Ruy Barbosa, nº 719, Centro (Prédio da Reitoria), Cruz das Almas-BA, CEP: 44380 000, telefone: (075) 3621-6850, e-mail: eticaempesquisa@ufrb.edu.br.

Atenciosamente,

Alexandre Américo Almassy Junior
Orientador da pesquisa

Fabiane Correia da Cunha
Pesquisadora

Termo pós-consentimento

Eu, _____ concordo com a participação na pesquisa e confirmo que fui esclarecido(a) dos seus objetivos, riscos e benefícios, conforme termo acima.

_____, /_____/_____
Local, Data

Assinatura do(a) participante

APÊNDICE H - Termo de Consentimento e Esclarecido (TCLE) – gestores do poder público local

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa: **Interface entre poder público e universidade: o caso dos projetos de extensão universitária da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) na área ambiental**. Esta pesquisa parte do reconhecimento da importância dos projetos de extensão universitária na área ambiental da UFRB e a sua contribuição para o desenvolvimento local, com o objetivo de investigar os fatores limitantes e potencializadores das relações entre a Universidade e órgãos do poder público local no âmbito dos projetos/programas de extensão realizados nos últimos oito anos. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine este termo, que está apresentado em duas vias, ficando uma de posse do(a) participante e outra arquivada por cinco anos com a pesquisadora, após o término da pesquisa. Em caso de recusa, você não terá nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisadora ou com a instituição em que trabalha. Ressalte-se que, você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração por participar da pesquisa. Salienta-se ainda que, os riscos relacionados à sua participação nesta pesquisa são: o desconforto por responder questões que envolvam as temáticas que serão abordadas, a possibilidade de atrapalhar a realização de suas atividades laborais e a necessidade de disponibilização do seu tempo. Entretanto, como forma de minimizar tais riscos, está previsto que a entrevista semiestruturada acontecerá em local, data e horário condizentes com sua disponibilidade. Além disso, salienta-se o respeito, caso queira abster-se de responder alguma questão. Ainda que não tenha benefícios diretos em participar desta pesquisa, você, indiretamente, estará contribuindo para a compreensão do fenômeno acima mencionado, para a produção de conhecimento científico e, possivelmente, para a elaboração de estratégias para minimização deste problema. As informações são confidenciais e garantimos o total sigilo de sua participação durante toda pesquisa, inclusive na divulgação da mesma. Se houver alguma questão que deseje esclarecer, você poderá entrar em contato com os pesquisadores envolvidos com a referida pesquisa: Fabiane Correia da Cunha, Pós-Graduada do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) da UFRB, pesquisadora; Alexandre Américo Almassy Junior, Docente da UFRB e orientador da pesquisa. Ainda poderá entrar em contato através do telefone (075) 9 8177-1736 e e-mail: fabiane_correia@hotmail.com. E, em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa: Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), UFRB, Rua Ruy Barbosa, nº 719, Centro (Prédio da Reitoria), Cruz das Almas-BA, CEP: 44380 000, telefone: (075) 3621-6850, e-mail: eticaempesquisa@ufrb.edu.br.

Atenciosamente,

Alexandre Américo Almassy Junior
Orientador da pesquisa

Fabiane Correia da Cunha
Pesquisadora

Termo pós-consentimento

Eu, _____ concordo com a participação na pesquisa e confirmo que fui esclarecido(a) dos seus objetivos, riscos e benefícios, conforme termo acima.

Local, Data

Assinatura do(a) participante